

SIMPÓSIO 44

LINGUÍSTICA HISTÓRICA E ONOMÁSTICA

O simpósio Linguística Histórica e Onomástica reúne estudos da língua (portuguesa) numa perspectiva diacrônica, com ênfase nos tipos de mudanças de sons, na mudança gramatical, semântica e lexical, contextualizando a teoria linguística, sua terminologia e a análise de dados. O escopo teórico fornece a base para a compreensão da natureza dessas mudanças, e a terminologia, com a aplicação de termos necessários para a explicação científica, possibilita perceber os progressos desses estudos. Nessa perspectiva histórica, os trabalhos versam ainda sobre a função e a significação dos nomes próprios, mais precisamente dos topônimos e dos antropônimos, seus aspectos geográficos e culturais. Os nomes próprios (topônimos e antropônimos, entre outros) são de importância histórica fundamental para os estudos linguístico-históricos, das relações de grupos humanos, das intervenções políticas e da lei. O ato cultural de nomear estabelece uma relação social entre o espaço natural e o utente da língua. No contexto brasileiro, a relação nome (topônimos, antropônimos e outros) e sua vinculação de identidade com o espaço, com os grupos humanos e processos migratórios são atividades de pesquisa que contribuem para os estudos inovadores dos nomes de lugares, de pessoas e das diversas coisas. Tais considerações também são aplicáveis a trabalhos voltados para as línguas de sinais.

COORDENAÇÃO

Maria Sueli de Aguiar

Universidade Federal de Goiás
aguiarmarias@gmail.com

Maria Célia Dias de Castro

Universidade Estadual do Maranhão
celialeitecastro@hotmail.com

ANTROPÔNIMOS DOS GRUPOS INDÍGENAS PÁNO

Maria Suelí de Aguiar (UFG)⁷⁹⁶

Resumo: O presente trabalho analisa os antropônimos pelos quais os grupos Páno são reconhecidos na literatura, dando atenção, mais especificamente, àqueles antropônimos terminados em *-bo*, *náwa* e *huaca*. Uma primeira versão deste trabalho foi publicada em inglês com o título *Names of the Pano groups and the endins -bo, nawa and huaca*, na revista UniverSOS (AGUIAR, 2008, p. 9-70). Oportunamente revimos nosso texto, aproveitando para aprofundar alguns pontos que nos pareceram pouco claros, como a expressão *nawa*, que tanto acontece como [náwa] quanto [nawá], o que implica uma situação de grande relevância no seu uso.

Palavras-chave: Antropônimos. Grupos indígenas. Família Páno.

1. Introdução

O presente trabalho se ocupa de analisar os antropônimos com que os grupos Páno são reconhecidos na literatura, dando atenção, mais especificamente, àqueles antropônimos terminados em *bo*, *náwa* e *huaca*. Uma primeira versão foi publicada em inglês com o título original *Names of the Pano groups and the endins -bo, nawa and huaca*, UniverSOS (AGUIAR, 2008, p. 9-70). Resumimos nosso texto e grande parte dos argumentos sobre a expressão *bo* e *nawa* que, apesar de ser de grande relevância, fez-se necessário.

Essa análise dos antropônimos dos grupos Páno visa a apreender seus possíveis significados e levantar hipóteses acerca de sua motivação. Ao considerar o significado que os motivaram, podemos obter mais elementos para compreender a pouca aceitação desses antropônimos por parte de vários grupos Páno.

A análise proposta é precedida pela discussão sobre a arte de nomear e, em seguida, por uma explicação sobre as motivações que determinaram a antroponimização desses grupos Páno, de modo geral. Nesse sentido, observamos o que há de comum entre os antropônimos.

Enfocamos em nossa análise, como ponto central, as expressões *-bo*, *nawa* e *huaca*, suas variedades, suas origens e suas aplicações nas línguas Páno aos antropônimos dos grupos dessa família linguística.

Essa análise nos leva a considerar, também, os outros os antropônimos Páno que não receberam essas expressões, antropônimos esses que serão classificados em duas modalidades: os de origem Páno e os de origem não Páno, estando essa última modalidade subdividida em antropônimos de origem românica-Tupi e Tupi.

No final dessa discussão, espera-se ter contribuído com esclarecimento sobre a característica dos antropônimos dos grupos Páno e, conseqüentemente, ter formado uma base mais segura para retomar a questão do antropônimo com que os grupos indígenas Páno são identificados, um ponto que tem sido polêmico. Julgamos, todavia, que essa discussão é quase tão necessária e oportuna como a análise da construção desses antropônimos.

A nossa discussão não visa a promover mudanças dos antropônimos dos

⁷⁹⁶ Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Residente em Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: aguiarmarias@gmail.com.

grupos indígenas Páno. O que propomos aqui consiste em apresentar questões de cunho histórico e linguístico que oportunizem aos estudiosos e a esses grupos emitem opiniões sobre esses antropônimos.

2. Ocorrência dos antropônimos

Antroponimizar é um ato que, se quisermos, podemos destringir por vários ângulos. Por exemplo, por que quase todos os grupos humanos atribuem nomes aos seus membros? É para individualizá-los? O que nos motiva na escolha de um nome para alguém ou para um grupo de pessoas?

Quanto aos antropônimos dos grupos indígenas Páno, houve inúmeras motivações, desde modismo, como é o caso dos Katukina do Acre, até ‘apelidos’ que causam constrangimento quando analisados, como é o caso de *Chácobo*.

3. Motivações dos antropônimos Páno

Os antropônimos com que os grupos indígenas Páno geralmente são reconhecidos nos têm chamado atenção por vários anos pela sua curiosa uniformidade. Esses antropônimos se mostraram ainda mais curiosos após ouvirmos depoimentos de algumas lideranças Páno acerca desse tema.

Por essa razão, reunimos alguns dados que poderiam nos ajudar a traçar um esboço do processo de antroponimização dos grupos Páno. Esse esboço possivelmente nos permitirá chegar a uma identificação das principais características antroponímicas dos grupos Páno.

No caso desses grupos indígenas Páno, dentre outras motivações, as quatro que julgamos mais relevantes apresentamos abaixo.

1. Expressão oral: *Shipibo* por *Chama* [ʊtɕãma]⁷⁹⁷ da expressão [hi:ʊtɕãma], usada antigamente como um grito de incentivo para iniciar uma guerra.
2. Tatuagem no corpo: Remo, porque seus membros traziam tatuado na pele um desenho semelhante a um remo conhecido pelos espanhóis.
3. Artefatos: Korubo conhecidos anteriormente por *Caceteiros* por usarem um tipo de borduna que, na região amazônica, é conhecida por cacete.
4. Visual dos cabelos: Marubo significando ‘os carecas’, *maru* ‘careca’ e *bo* ‘pluralizador de substantivos humanos’.

Além dessas motivações, outras que resultaram em antropônimos de grupos são relacionadas a animais e plantas ou ainda a expressões que significam ‘gente’, ‘homens’. Esses antropônimos são tratados em seguida quando discutimos as terminologias *-bo*, *nawa* e *huaca*.

4. Terminologias dos antropônimos Páno

Na literatura, os grupos indígenas falantes de línguas Páno são reconhecidos por seus antropônimos, em geral, trazerem uma terminologia praticamente uniforme, pois, em sua maioria, eles vêm finalizado por *-bo* [-Bo ~ -bo ~ -bu ~ -vo ~ -vu ~ -va]

⁷⁹⁷ Zingg (1998, p. 94) apresenta várias definições para *chama*. Entendemos, porém, que elas são posteriores ao significado sugerido pelos shipibo. Aqui não assumimos nenhuma destas definições como etimologia dessa expressão.

e *nawa* [*náwa* ~ *nawá* ~ *nahua* ~ *naua* ~ *dawa*]. Isso nos leva a supor que esses antropônimos tenham sido de responsabilidade dos próprios grupos ou de grupos ou de pessoas que dominavam língua de origem Páno. Assim, justifica-se tal finalização.

Outra observação que verificamos é que os antropônimos dos grupos Páno com *bo* ou *nawa* se referem a animais, plantas ou a algo que os caracteriza, como mencionamos anteriormente. Mas vejamos em seguida cada uma dessas expressões.

Expressão *bo*

A possibilidade de variação de *bo*, como já citamos anteriormente, são: *va*, *vu*, *vo*, *Bo*, *hu*, *fo* e *no* encontradas na literatura finalizando antropônimos Páno. Em todas as línguas Páno⁷⁹⁸ que apresentam essa expressão, ela se refere à pluralidade, como apresentamos em seguida:

Cacataibo	“os cacat-ai”	(os “homens verdadeiros”)
Cashibo	“os cashi”	(os morcegos)
Conibo	“os coní”	(os peixes elétricos)
Chacobo ⁷⁹⁹	“os chaco”	(os ruínas ⁸⁰⁰ /porcos)
Korubo	“os koro”	(os cinzentos/sem pintura) (ABREU, 1914)
Shetebo	“os shete”	(os gaviões)
Shipibo	“os shipi”	(os macacos soins)
Marubo	“os maru”	(os carecas)
Panobo ⁸⁰¹	“os pano”	(os tatus)
Pisquibo	“os pisqui”	(os tranquilos) ⁸⁰²

A expressão *nawa*

Nawa também é de origem Páno e sofre alterações na sua forma. As alterações que encontramos na literatura Páno são *nawa* ~ *nawá* ~ *náwa* ~ *dawa* e escrito *nawa*, *naua*, *nava*, *navo* e *nahua* segundo registram alguns autores.

-> *nahua*

Capanahua	“grupo do quatipuru”
Isconahua	“grupo do japó”
Marinahua	“grupo da cutia”
Morunahua	“grupo do bibosi ⁸⁰³ ”
Sharanahua	“grupo amigo”, “grupo bom”
Yaminahua	“grupo do machado”

-> *náwa*

Jamináwa	“grupo do machado”
Bashonáwa	“grupo do mucura”

⁷⁹⁸ Key (1968) afirma que *bo* é “carregar”, “levar” em Shipibo-Conobo e em Chama (Op. Cit p. 88) é “nuvem”, “sombra”.

⁷⁹⁹ Zingg (1998, p. 93) declara, “Chacobo = el chancho” e Abreu (1914, p. 600), “panô: tatu-canastra; parteira”.

⁸⁰⁰ Para Abreu (1914, p. 615), “txakabô: ruim.”

⁸⁰¹ Segundo Navarro (1927), *pano* é “ai”, relacionando a lamento, dor. De acordo com Tessmann (1999, p. 58), *pano* é “armadillo gigante”, espécie de tatu.

⁸⁰² Segundo Montag (1973, p. 149), *pes-ki* é “estar tranquilo”. Já para Abreu (1914, p. 601), “pixĕ: cócegas, fazer cócegas” e “pix: prefixo que indica cintura, costela, sovaco.” Pisqui é o nome de um rio do Peru.

⁸⁰³ Em Chacobo, o termo *moro* é referente a uma árvore conhecida por bibosi, da qual são extraídas fibras para fazer roupa.

Kamannáwa	“grupo da onça”
Kontanáwa	“grupo do jaci (palmeira)”
Kununáwa	“grupo da orelha-de-pau (espécie de cogumelo)”
Mastanáwa ⁸⁰⁴	“grupo do socado”
Náwa	“grupo nativo”
Poyanáwa ⁸⁰⁵	“grupo do pássaro”
Rununáwa	“grupo da serpente”
Saináwa	“grupo do grito”
Shanenáwa	“grupo do pássaro azul”
Txashonáwa	“grupo do veado”
Tutxináwa	“grupo do tui” ⁸⁰⁶
Varináwa	“grupo do sol”
Vitxináwa	“grupo do escudo de couro”
Xixináwa	“grupo do quati”
Waninawa	“grupo da pupunha”
Yoranáwa	“grupo de gente”

-> *nawá*

Kaxinawá	“grupo do morcego”
Yawanawá	“grupo da queixada”

-> *dawa*

Shawandáwa	“grupo da arara”
------------	------------------

A expressão *huaca*

Contamos com apenas três antropônimos Páno com *waka/huaca*. São eles *Amahuaca*, *Atsahuaca* e *Mastahuaca*⁸⁰⁷. Observamos que a expressão *waka* e *huaca* têm características Páno.

O antropônimo *Amahuaca* ou *Amoaca* como quer um índio⁸⁰⁸ dessa etnia que assim diz “eu sou amoaca lá de Santa Rosa.” Decidimos por interpretar da seguinte forma:

Amahuaca	“capivara-veneno”	“povo da capivara envenenada”
Atsahuaca	“mandioca-veneno”	“povo da mandioca envenenada”
Mastahuaca	“socado-veneno”	“povo do socado envenenado”

5. Antropônimos de origem Páno

Antropônimo de origem puramente Páno são apenas três desses nomes, como vemos em:

Matis	“montanha/serra”	“povo da serra”
Matses	“pessoa”	“grupo de pessoas”
Nukini	“nós somos onça”	“povo da onça”

⁸⁰⁴ Segundo Townsley (1994), *masta* se traduz como “escada” em Yaminhua.

⁸⁰⁵ Poya-vo = pássaro (supostamente a forma citada por Abreu (1914) quando trata do Kaxinawá).

⁸⁰⁶ Shell (1985) cita também Tusðinawa. Para Zingg (1998), *tus òi* é “tui” que se refere a um pássaro da classe de loro em Chacobo.

⁸⁰⁷ Grupo extinto citado por Villarejo (1959) e retomado em nota por Shell (1985).

⁸⁰⁸ Sr. Thaumaturgo, 90 anos, indígena da etnia amahuaca que pertence ao grupo Páno Apolima-Arara, localizada no Brasil, às margens do rio Amônia, próximo à fronteira do Peru.

6. Antropônimos não Páno

Totalizam seis antropônimos não Páno, dentre eles, dois são de origem românica, isto é, do português e do castelhano como vemos em seguida:

- a) Apolima-Arara: *apolima* o topônimo de onde veio a maioria dos mais velhos e *arara* nome da etnia Shawandawa, a mais numerosa dentre as cinco outras. *Arara* é tupi, tomada a partir do português.
- b) Remo: português/espanhol.
- c) Karipuna: *kari* origem provável Tupi, ‘branco/estrangeiro’, *puna* não identificamos.
- d) Katukina: antropônimo “genérico” adotado por pura conveniência e para satisfazer às pressões dos não índios que sempre insistiram com os Katukina para saber o nome “verdadeiro” do grupo como vemos em Tastevin (1924).
- e) Kaxarari: pode ser entendido como “o grupo que usa instrumento musical que faz riri”, advindo do empréstimo do português, *caixa*, acrescido de uma expressão onomatopáica *riri*.
- f) Pakawara: “animal comilão”; *paca* e *guará* ‘lobo/comedor’⁸⁰⁹, ambos Tupi.

Há alguns outros antropônimos de grupos Páno, como Mayo, Mayoruna, Parquenahua, Huariapano e outros que não faremos considerações por hora.

7. Conclusão

Entendemos que os antropônimos Páno são apenas apelidos assumidos ou não pelos grupos e pelos pesquisadores. Nós assim os definimos por eles terem sido atribuídos aos grupos no passado e não foi feita nenhuma movimentação para os rever. Os primeiros não teriam um antropônimo tradicional para o grupo, teriam apenas antropônimos que especificam os clãs, enquanto os outros teriam um nome originário dentro da cultura.

A classe dos grupos formados por clãs, para os quais não há um antropônimo tradicional genérico, seria composta por Katukina, Kaxarari, Shanenawa, Setebo, Cashibo e outros. Esses grupos foram levados a admitir um antropônimo genérico por consequências históricas e exigências da sociedade que os circunda.

A classe dos grupos que tradicionalmente teriam antropônimos originários é aquela formada por um povo de uma única história de surgimento, semelhante às histórias de surgimento dos clãs. Esses grupos contemplam fitoantropônimos e zooantropônimos, estando estas denominações intimamente ligadas à história de criação de cada um. Estariam nessa classe os Kontanáwa cujo antropônimo se relaciona com a palmeira jaci, Varináwa, ligados ao sol, e Isconáwa, aos japós, e outros como o Nukini. Esse último é o melhor exemplo de antropônimo tradicional.

Concluindo nossas discussões, destacamos a importância de se considerar as condições em que os grupos Páno passaram a ser nomeados segundo a literatura. Depois desta questão, elegemos como mais importante ainda assegurar de que esses grupos possam rever seus antropônimos e optar por alterá-los ou não, passando a ser chamados de acordo com a própria vontade.

Referências Bibliográficas

⁸⁰⁹ Nós temos *capivara* em tupi, que se traduz por “comedor de capim” (capi = capim; vara = comedor)

- ABREU, J. C. *Rã-txa hu-ni-ku-i*. A língua dos caxinauás. Rio de Janeiro: Tipologia Leuzinger, 1914.
- ALMEIDA, L.L.S. de. Magia das cores. Yawanawá. In: MAGALHÃES, É. et al *Povos do Acre: história indígena da Amazônia Ocidental*. Rio Branco: FEM, CIMI, 2002, p.42-3.
- ARMENTIA, N. Vocabulário del idioma shipibo del Ucayali. *Boletín de la Sociedad Geográfica de La Paz*, La Paz, t.1pp 43-91, 1898.
- AURELIO, B. de Holanda. *Dicionário da língua portuguesa*. (completar).
- CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: (?), 1986.
- FERREIRA, F. *Levantamento da situação atual dos índios Jamináwa*. Fundação Elias Mansour. Rio Branco, 2001.
- FERREIRA, Vitória R. S. *Língua Matis (Pano): uma análise fonológica*. Campinas: Unicamp, 2000.
- GONDIM, S. A. A. de. Cosmologia da terra. Arara. In: *Povos do Acre: História Indígena da Amazônia Ocidental*. Rio Branco: FEM, CIMI, 2002, pp.42-3.
- KEY, M. Ritchie. *Comparative Tacanan Phonology: with cavineña phonology and notes on Pano-Tacanan relationship*. Paris, Mouton, 1968.
- KNEELAND, Harriet. La frase nominal relativa en mayoruna y su ambigüedad. In: *Estudios pano II*. ILV, 1973 (Série lingüística peruana n.11).
- LOOS, E. Pano. In: DIXON, R. and AIKHENVALD, A. (ed.). *The Amazonian Languages*. Cambridge Languages Surveys Cambridge University, 1999, p. 227-250.
- LOOS, E. La señal de transitividad del sustantivo en los idiomas panos. In: *Estudios Pano I*. 1978, p. 133-184.
- LOOS, E. (1969) The Phonology of Capanahua and its grammatical basis. Santa Ana, Calif.: Summer Institute of Linguistics.
- MONTAG, Richard. La estructura semántica de las relaciones entre frases verbales en cashinaua. In: *Estudios panos II*. Yarinacocha, ILV. Série Lingüística Peruana, n.11. 1973, p.107-159.
- NAVARRO, M. Vocabulario castellano-pano-castellano con sus respectivas gramáticas quechua y pana. In: *Historia de las Misiones Franciscanas*. (Ed.) Bernadino Izaguirre. 1927, p. 15-282.
- SHELL, O. Las Lenguas Pano y su Reconstrucción. *Estudios Pano III*. Instituto Lingüístico de Verano. Série Lingüística Peruana, n.12. 1985.

SIGNORINI, Ítalo (1968). *La familia etno-lingüística pano*. Ergologia e attività di sussistenza. Roma: Ricerche.

TESSMANN G. *Los indígenas del Perú Nororiental: investigaciones fundamentales para un estudio sistemático de la cultura*. Quito: Abya-yala, 1999.

TOWNSLEY. Los Yaminahua. SANTOS, F. & BARCLA, F. (ed.). *Guia Etnográfico de la Amazonía*, v.2. Quito: FLACSO-IFEA, 1994, pp 239-58.

ZINGG, Philipp. *Diccionario Chacobo-Castellano Castellano-Chacobo: con bosquejo de la gramática chacobo y con apuntes culturales*. La Paz: Comunicación Visual, 1998.

LÍNGUA PORTUGUESA: FUNÇÃO DO ADVÉRBIO, NOS SÉCULOS XIX E XX, EM UMA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA

Sônia Maria NOGUEIRA – UEMA – IP-PUC/SP⁸¹⁰
Wemylla dos Santos de JESUS – UEMA/CESI-NELLCINE⁸¹¹

Resumo: Esta pesquisa reflete sobre o processo de ensino da sintaxe da Língua Portuguesa, especialmente, da Função do Advérbio, no Brasil, nos séculos XIX e XX. Tomamos como *corpus* a obra *Syntaxe e construção da Língua Portuguesa*, de Thomaz da Silva Brandão (1888). O embasamento teórico em Historiografia Linguística, com os três princípios de Köener (1996): *contextualização*, *imanência* e *adequação*. Para a *adequação* a obra *Novas lições de análise sintática*, de Adriano da Gama Kury (1999). Constatamos que, entre 1888 e 1984, o tratamento dado à função do advérbio apresentou algumas alterações discutidas nesse trabalho.

Palavras-chave: Historiografia Linguística. Função do Advérbio. Ensino.

1. Introdução

Esta pesquisa surgiu da necessidade de fazer uma reflexão sobre o ensino de Língua Portuguesa, no Brasil, nos séculos XIX e XX. Para tanto, tomamos como *corpus* a obra de estudos *Syntaxe e construção da Língua Portuguesa*, de Thomaz da Silva Brandão (1888), traçando o percurso historiográfico do ensino da Língua Portuguesa. Embasamos nosso estudo em Historiografia Linguística (HL), embasados nos três princípios de Köener (1996): o da *contextualização*, o da *imanência* e o da *adequação*. Assim sendo, para a *adequação*, adotamos a obra de estudos *Novas Lições de Análise Sintática*, de Adriano da Gama Kury (1985). Esse estudo se faz necessário nos meios acadêmicos, dado o seu ineditismo. Com esse fim, o estudo pretende selecionar, ordenar e reconstruir o conhecimento linguístico, baseado na interpretação crítica do processo dessa produção, contextualizada do ponto de vista histórico, social e cultural.

Convém ressaltar que, para a análise das obras, abordaremos três aspectos: Prefácio, Organização e Função do Advérbio. Buscaremos verificar o estudo da sintaxe nos séculos XIX e XX, especialmente, a Função do Advérbio, suas abordagens e concepções sobre esse assunto, a metodologia aplicada. Por conseguinte, o percurso historiográfico linguístico do Brasil ajuda-nos a definir o problema desta pesquisa: Como se deu o estudo da sintaxe ao processo de implementação da Língua Portuguesa nos séculos XIX e XX?

A presente pesquisa permite levar novos conhecimentos gramaticais à sala de aula, por meio da Historiografia Linguística, possibilitando, ao professor e aluno, um aprofundamento no ensino da sintaxe da Língua Portuguesa, a fim de formar profissionais mais críticos na construção do conhecimento Linguístico.

Assim sendo, o objetivo geral do nosso trabalho é contribuir com o estudo da sintaxe da Língua Portuguesa, em uma perspectiva Historiográfica e os objetivos

⁸¹⁰ Universidade Estadual do Maranhão – Instituto de Pesquisas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Imperatriz/MA, Brasil. E-mail: nogueirasonia@yahoo.com.br

⁸¹¹ Universidade Estadual do Maranhão/Centro de Estudos Superiores de Imperatriz-Núcleo de Estudos de Línguas, Literaturas e Cinema - Imperatriz/MA, Brasil. E-mail: milla_imp@hotmail.com

específicos tratam de: pesquisar e selecionar material teórico; analisar o estudo da sintaxe da Língua Portuguesa; apresentar discussões teóricas acerca da sintaxe da Língua Portuguesa e propor metodologias para o ensino de Língua Portuguesa no Ensino Fundamental. Apresentaremos teorias historiográficas, incluindo conceitos ligados à Memória, História, Historiografia e Historiografia Linguística, os quais fundamentaram a análise do *corpus* escolhido.

2. Conceitos basilares historiográficos

Memória, História e Historiografia possuem relações entre si, porém, apresentam definições distintas. Quanto à memória, por um lado, está relacionada às lembranças de cada indivíduo, conseqüentemente, a memória é individual, por outro lado, passa a ser coletiva quando fatos ocorridos são narrados por meio da conversa (oralidade) entre indivíduos (BOSSI *apud* NOGUEIRA, 2005, p. 7). Em relação à memória coletiva, o “primeiro domínio no qual se cristaliza a memória coletiva dos povos sem escrita é aquele que dá um fundamento – aparentemente histórico – à existência das etnias ou das famílias, isto é, dos mitos de origem” (LE GOFF, 2003, p. 424-425). Por isso, diante de tais sociedades, existem homens-memória, sendo especialistas da memória, diz esse autor que são “genealogistas, guardiões dos códices reais, historiadores da corte, tradicionalistas”. Ressalta-se a escrita como complementação fundamental à memória que “a utilização de uma linguagem falada, depois escrita, é de fato uma extensão fundamental das possibilidades de armazenamento da nossa memória” (HENRI ATLAN *apud* NOGUEIRA, 2005, p. 8).

Em relação à história podemos perceber que pode ser considerada uma revolução da memória, porém, a primeira é linear, tendo o tempo como sua matéria fundamental, enquanto a memória não é linear (NOGUEIRA, 2005, p. 12). Além disso, “[...] a história define-se em relação a uma realidade que não é observada e nem construída, mas sim indagada e testemunhada” (LE GOFF *apud* NOGUEIRA, 2005, p. 12).

A Historiografia, por sua vez, nasceu na França, está, intrinsecamente, ligada à história. Faz-se necessário salientar a contribuição significativa de Lucien Febvre e Marc Bloch à historiografia “[...] no início do século XX, com a fundação da revista *Annales*, cujo objetivo maior era o de promover um novo tipo de história e, certamente, de historiografia” (BASTOS; PALMA, 2004, p. 16). Nessa perspectiva, percebe-se a interdisciplinaridade presente na Historiografia, de forma que está vinculada com outras disciplinas, a fim de registrar a plenitude dos feitos humanos: Sociologia, Psicologia, Economia, Linguística, Geografia, dentre outras. É de grande relevância ressaltar a *École des Annales*, a qual contribuiu muito ao campo Historiográfico, surgindo em contradição à escola metódica, essa enfatizava o fator político e o conhecimento de longa duração (FÁVERO; MOLINA (2006, p.19).

Diante das teorias apresentadas, a Memória, a História e a Historiografia possuem definições distintas, porém, estão estreitamente vinculadas. Sendo assim, trataremos da Historiografia Linguística, em que focamos o nosso trabalho. A Historiografia Linguística está ligada aos estudos históricos e “[...] é o modo de escrever a história do saber linguístico, tendo como objetivo descrever/explicar como se desenvolveu tal saber em um determinado contexto”. Nesse sentido, a HL vai além de analisar um escrito acabado em um determinado tempo (BASTOS; PALMA, 2004, p. 10).

Nessa perspectiva, adotamos os três princípios de Körner (1996): *Contextualização, Imanência e Adequação*. O princípio da *contextualização* trata do

espírito de opinião, traçando o contexto dos escritos dos documentos, uma vez que aborda os aspectos intelectuais, socioeconômicos, políticos e culturais, assim sendo, leva em conta o clima de intelectualidade da época (KÖERNER, 1996, p.60). Esse princípio leva em conta as questões extralinguísticas que influenciaram a elaboração da obra Brandão (1888). Desse modo, optamos por abarcar o século XIX desde seu princípio, a fim de obtermos uma visão mais abrangente das questões históricas, especificamente, políticas e educacionais. No Brasil, a lei de 15 de outubro de 1827 é a única lei geral ao ensino elementar, mostrando como a organização da educação era trabalhada em 1946. Essa lei era resultado do projeto de Januário da Cunha Barbosa (1826), em que estavam presentes as ideias da Educação como o dever do Estado por todo o território nacional das escolas em diferentes graus e da graduação. Porquanto, esse projeto vigorou apenas nas escolas de primeiras letras, o que apresentou certa limitação quanto a um só grau e aos objetivos de tal grau (RIBEIRO, 2000, p. 45-46).

Convém mencionar, também, a influência positivista à educação nacional, por causa das transformações políticas. Em vista disso, o positivismo tentava fixar ideias por meio da educação escolarizada, que foi decretada em 1890 e colocada com a Reforma Benjamim Constant (1891). A Reforma “tinha como objetivo orientar a liberdade e laicidade do ensino e a gratuidade da escola primária” e apresenta a escola primária organizada em duas categorias a de 1º e 2º grau para crianças de 7 a 13 anos e de 2º grau para crianças de 13 a 15 anos. Diante do exposto, o Brasil passou por grandes transformações políticas, socioeconômicas e filosóficas. Com base nisso, esses fatores influenciaram a educação brasileira por meio de Leis e Reformas, algumas tiverem suas eficácias, outras, não (RIBEIRO, 2000, p. 73).

Ao salientarmos as teorias linguísticas, destacamos que a palavra linguística “começou a ser utilizada em meados do século XIX para enfatizar a diferença entre uma abordagem mais inovadora do estudo da língua, que estava se desenvolvendo na época” (WEEDWOOD, 2002, p. 9). Além disso, a autora acrescenta que a Linguística é a área do estudo científico que estuda a língua(gem), tornando-se abrangente por “incluir todos os tipos de exame dos fenômenos da linguagem, inclusive os estudos gramaticais tradicionais e a filologia”. Esse percurso histórico da Linguística abrange desde os grandes estudiosos do século XIX, em especial, Franz Bopp, irmãos Grimm e Max Müller até ser entendida como ciência, aprimorada na estrutura de Fernind Saussure no início do século XX.

Quanto ao princípio de *Imanência*, refere-se, pois, “[...] ao esforço do historiógrafo de entender o texto lingüístico produzido nos séculos enfocados de forma completa, histórica e criticamente, e filologicamente se possível” (BASTOS; PALMA, 2004, p. 11). O princípio de *Adequação*, por sua vez, “faz aproximações modernas do vocabulário técnico em um quadro conceptual de trabalho que permita uma melhor apreciação de um determinado trabalho, conceito, ou teoria” (KÖERNER, 1996, p. 60). De tal modo que “o resultado obtido após seguir os dois primeiros princípios é a localização e compreensão de um pronunciamento lingüístico no seu contexto histórico original” (NOGUEIRA, 2005, p. 30). Portanto, a Historiografia Linguística torna-se fundamental à nossa pesquisa e, a seguir, apresentamos a análise da obra *Syntaxe e construção da Lingua Portuguesa*, de Thomaz da Silva Brandão (1888).

3. Análise da obra *Syntaxe e construção da Lingua Portuguesa*

Para a análise, partimos do estudo da sintaxe da Língua Portuguesa, especificamente, da Função do Advérbio, no final do século XIX, a partir da obra de

estudo *Syntaxe e construcção da Lingua Portuguesa*, de Brandão (1888), contendo 319 páginas. Para tanto, consideramos três aspectos para a análise das obras: **Prefácio, Organização e Função do Advérbio**.

Convém ressaltar que a ortografia do século XIX, no Brasil, era mista, sendo assim, não existia um sistema ortográfico oficial e isso “causava a adoção de grafias próprias, nem sempre justificáveis, por parte dos intelectuais, assim, a ortografia era comumente denominada *usual*, pois era destituída de qualquer critério sólido além do habitual” (NOGUEIRA, 2005, p. 55). Brandão (1888) apresenta a *Advertência* e a *Introdução* em sua obra. Diante disso, cabe destacar que a **Introdução** está no lugar do **Prefácio**, sendo, assim, uma questão apenas de sinônimo. Dessa maneira, na *Advertencia* há a constatação da necessidade de estudos acerca da sintaxe da Língua Portuguesa. O autor inicia a *Introdução* abordando a *syntaxe e construcção*, que são dois aspectos necessários à análise da expressão culta da língua, e ambas relevantes ao seu trabalho, tendo em vista que essas divisões serão necessárias para o entendimento gramatical. Além disso, acrescenta que adotará outros assuntos que achar relevantes. Logo após, em relação à construção, afirma que “investiga os diversos modos de colocar as palavras, determinados pela indole da lingua, e os varios meios de tonar a phrase clara, harmonica e concisa” (1888, p. VII). Nesse sentido, a construção, por um lado, se importa com o sentido das palavras na oração. Enquanto a sintaxe, por outro lado, se preocupa com o papel que cada uma exerce na proposição.

A sintaxe é “de regencia ou concordancia”, isso é determinado por meio da relação em que as palavras têm entre si. Sendo assim, a sintaxe de regência ensina a agrupar corretamente os complementos exigidos nas palavras pelo sentido e a empregar as preposições que devem ligar os complementos aos antecedentes, de acordo com as relações que as preposições exprimem. Além disso, a sintaxe de concordância ensina a formar a concordância de gênero e número dos substantivos com as desinências dos adjetivos e pronomes, assim como ajustar as flexões dos verbos ao número e pessoa dos seus sujeitos (1888, p. VII).

O Segundo aspecto é o da **Organização**, a obra contém 319 páginas, o índice é dividido em duas partes e apêndice. A primeira contém XIII capítulos, apresentando as proposições e suas partes essenciais sujeito e verbo, os complementos, as concordâncias das palavras, do verbo, do período e a coordenação das proposições. A segunda parte aborda a construção direta, a construção inversa, a construção interpolada, a colocação dos complementos e preposições apositivas e as figuras de palavras. E, por fim, o apêndice que mostra as virtudes das palavras, o estilo e as suas diversas espécies.

Assim sendo, abordaremos o terceiro aspecto, **a Função do Advérbio**. Ao autor cita o advérbio na obra quando discorre da proposição, pois quanto à natureza de suas partes essenciais, diz que são divididas em “proposição complexa e incompleta”. Acrescenta que a proposição complexa “[...] é a que tem o sujeito ou attributo acompanhado de acessório, ou verbo modificado por complemento”. Em relação à proposição incompleta, explica ser “[...] aquella cujas partes essenciaes não têm modificação alguma” (1888, p. 15-16). É nesse sentido que o autor apresenta o advérbio à proposição: “Os advérbios, sendo expressão equivalente a complementos, nos quaes podem transformar-se, tornam complexa a proposição, quando lhe modificam o verbo ou attributo”, e exemplifica: “O tempo passa *rapidamente*”. Em vista disso, a proposição torna-se complexa quando tem um advérbio, desde que esse modifique o seu verbo ou atributo.

O complemento pode “referir-se a um appellativo, adjectivo qualificativo, verbo, participio ou adverbio, a palavra a que se refere o complemento chama-se

antecedente, porque colloca-se ordinariamente antes d'elle”. Acrescenta, também, que o “complemento divide-se em necessario e accidental”. Nesse aspecto, de acordo com o autor, o complemento é necessário, porque é exigido pela significação do verbo, uma vez que o verbo precisa do complemento para dar sentido à proposição. Por sua vez, o complemento é accidental porque não é exigido pela significação do verbo, de modo que a proposição, sem o complemento, possui sentido completo. Diante do exposto, Brandão faz uma abordagem relevante quanto à Função do Advérbio, pois o insere no Complemento Necessário do Verbo Relativo e diz que acontece quando “tem a ideia de direcção, exemplo: «Vieram para o Brasil»”. (1888, p. 18, 22).

O autor trata das formas em que ocorre o complemento necessário do advérbio. A primeira acontece quando afirma que “os advérbios formados de adjectivos qualificativos ou participios passivos e o sufixo *mente*, costumam empregar-se com os mesmos que estes”. A outra forma ocorre com os advérbios *aquém, além, atrás, diante, debaixo, dentro, fora, perto, longe, antes, depois, mais e menos*. Em virtude disso, o autor faz considerações relevantes aos advérbios, partindo de dois exemplos: “Nada lucraram *relativamente ao capital empregado*” e “Não tomava resolução alguma *independentemente de seus aios*” (1888, p. 31).

Com base nisso, explica que “no primeiro exemplo, o advérbio *relativamente* tem um complemento regido da preposição *a*, porque o adjectivo *relativo*, de que é formado, pede também um complemento acompanhado da mesma preposição”. No segundo exemplo, diz que “o advérbio *independentemente* está empregado com um complemento precedido da preposição *de*, porque o adjectivo *independente* é usado também com um complemento regido de *de*”. Diante disso, o autor chega à conclusão de que os advérbios terminados em *mente* exigem a preposição, os outros citados anteriormente, também, exigem preposição, porém, encontram-se ocultas em grande parte (1888, p. 31).

Chama-nos a atenção para uma questão relevante diante da Função do Advérbio, denominando-a de “*complemento accidental circumstancial*”, o autor explica: “O complemento accidental circumstancial, posto não tem relação íntima e necessaria com a palavra a que se refere, não costuma ser separado d'ella por meio de vírgula, principalmente se é curto”, e exemplifica: “Do porto amado nos partimos” (1888, p. 138).

Em relação ao uso desse complemento, por um lado, o autor esclarece que, em cada um desses exemplos, “o *complemento accidental* exprime circumstancia diferente, e em nenhum d'elles está separado por vírgula, por não ser necessário. Por outro lado, adverte que “em alguns casos, porém, difíceis de especificar, costuma-se separar por vírgula esta espécie de complemento, normalmente sendo extenso”, exemplifica: “A pouco mais de duas milhas das encostas do Auseba, dilatava-se n'essa epocha denso bosque de carvalhos”. Com base nisso, o autor esclarece os casos quando o complemento accidental circumstancial vem separado por vírgula e quando é facultativo. No primeiro caso, afirma que acontece “quando denota circumstancia *de tempo em que* ou de *logar onde*, regida da preposição *em* ou *a*, pode-se collocar no principio, no meio ou no fim da proposição”. Além disso, afirma que “colocado no principio, separa-se ordinariamente por vírgula”, exemplifica: “A *este tempo*, Gil Vicente tinha tres filhos” (1888, p. 139).

Diante dos exemplos, o autor afirma que “esta regra não é constantemente observada” e “sendo, porém, extenso o complemento, deve-se sempre empregar vírgula depois d'elle”. A exemplo de “*Em cincoenta paginas de prosa do mesmo manuscripto*, descobri o segredo dos versos”. Além disso, afirma que “posto no meio da proposição e não sendo extenso, é facultativo collocar-o ou não entre vírgulas”,

exemplifica: “O globo, *n’quele tempo*, movia-se em volta do sol com a regularidade assignada pelos astrônomos” e “Estavam no convento umas religiosas de pouco tempo”. Com base nisso, adverte que “colocado no fim, raras vezes se separa por vírgula”, e exemplifica: “Disse-lhe em voz baixa” (1888, p.140). Diante disso, podemos observar que o complemento accidental circunstancial, rara vez, é separado por vírgula quando é colocado no final da proposição. Em seguida, focalizaremos o princípio da *Adequação*.

4. Adequação: *Novas Lições de Análise Sintática*

A obra *Novas Lições de Análise Sintática*, de Adriano da Gama Kury, teve sua primeira edição em 1985, porém, utilizamos a 8ª edição, de 1999, com 207 páginas. Salientamos que a ortografia do período era de acordo com a Reforma Ortográfica do Brasil de 1990. O Acordo de 1990 teve como objetivo principal “promover e salvaguardar a unidade ortográfica (e não simplificar a grafia, embora resulte em simplificação)” (MOREIRA; SMITH; BOCCHESE, 2009, p. 37).

Focalizaremos os três aspectos de análise: o **Prefácio**, a **Organização** e a **Função do Advérbio**. A obra de Kury (1999), não apresenta o *Prefácio*, diante disso, levamos em consideração a *Advertência*. Na *Advertência* o autor justifica o porquê de republicar a sua obra ao afirmar. Convém ressaltar que autor o refere-se à 8ª edição (1999), sendo que a primeira se deu em 1985 e a última, que é a 9ª edição, foi publicada em 2008. Kury (1999) volta a sua obra, especificamente, aos estudantes de Letras, convidando-os a compararem um método tradicional com as novidades da moda.

Quanto ao estudo sintático da Língua Portuguesa, o autor faz referência ao estudo tradicional de Saussure à análise estrutural da frase (1999, p. 5). Com base nisso, a análise estrutural da frase de Saussure tornou-se resistente na década de 70 e perpetua até o início do século XXI. Diante disso, Kury (1999) afirma que para o exame da frase, essa forma de análise estrutural é mantida como o método mais apropriado.

No que diz respeito à terminologia gramatical, o autor faz considerações ousadas e desafiadoras à Nomenclatura Gramatical Brasileira e assevera que “quanto à terminologia, coincide, grosso modo, com a Nomenclatura Gramatical Brasileira, que, velha embora de 25 anos, e necessita de reforma, ainda se presta razoavelmente, no seu conjunto, ao uso prático”. De modo que a Nomenclatura Gramatical Brasileira está ultrapassada quanto aos conceitos gramaticais, de tal maneira que precisa fazer uma reforma, acompanhando, assim, as mudanças ocorridas no ensino da Língua Portuguesa ao decorrer do tempo (1999, p. 5-6). Assim como Brandão (1888), Kury (1999) é um autor que confronta seus colegas e, em vista disso, ambos os autores apresentam esse desafio na *Advertência* de suas obras. Com base nisso, o autor está aberto às críticas de outros estudiosos da gramática, assim como usuários de sua obra, no que diz respeito à concepção da análise sintática abordada em seu estudo.

Assim sendo, após o primeiro aspecto Prefácio, passaremos ao segundo aspecto: **Organização**. A obra contém 207 páginas com quatro capítulos. O autor inicia o primeiro capítulo com o Sintagma, diferente de Brandão (1888) que não apresenta esse assunto em sua obra. Partindo desse conceito anterior, adverte Kury (1999, p. 9) que “[...] embora Saussure estenda o conceito de sintagma à Morfologia (reler, por exemplo, forma-se do determinado *ler* e do determinado *re-*), aqui só o empregamos no campo da sintaxe”. Assim sendo, o presente autor usa o sintagma de uma forma diferente, uma vez que é trabalhado morfológicamente por Saussure, mas,

kury (1999) adéqua o sintagma ao estudo sintático. Nessa perspectiva, o conceito de Kury (1999) à análise sintática difere do de Brandão (1888), apenas, por apresentar a terminologia da palavra “análise”. Em virtude disso, Brandão (1888) apresenta, somente, a sua função da análise sintática.

Ao focalizarmos o aspecto que trata da **Função do Advérbio**, observamos que, de acordo com Kury (1999, p. 55), ocorre quando acrescenta “circunstâncias a verbos, ou intensificam a idéia expressa por verbo, adjetivo ou advérbio”, recebendo assim o nome de ADJUNTOS ADVERBIAIS. Paralelamente, o autor trata desse assunto, em sua *Gramática Objetiva*, vol.II, de uma forma mais suscita e simples, afirmam Kury; Oliveira (1986, p. 38) que Adjunto adverbial “é a função expressa pelo advérbio, locução adverbial ou qualquer expressão que revele circunstância”.

Com base nesses conceitos, Kury (1999) enfatiza que o Adjunto Adverbial é a função do Advérbio na oração, isso é argumentado nas suas obras *Novas Lições de Análise Sintática* (1999) e *Gramática Objetiva*, de Kury e Oliveira (1986). Em virtude disso, percebe-se que Kury(1999) abrange seu conceito ao decorrer dos anos, em vista de tratá-los de uma forma menos abrangente em sua gramática, ao contrário da segunda obra, em que o autor além de dizer que a função do advérbio expressa uma circunstância, o mesmo acrescenta a informação de que modifica o verbo, adjetivo ou o próprio advérbio. Diante disso, vale salientar que Brandão (1888, p.138) opõe-se quanto à nomenclatura, pois, denomina o Adjunto Adverbial de “Complemento Accidental Circumstantial”, entretanto, a ideia da função adverbial é a mesma na oração.

Convém ressaltar uma nova concepção feita ao Adjunto Adverbial, o autor afirma:

Certos verbos de movimento ou de situação (como chegar, ir, partir, seguir, vir, voltar; estar, ficar, morar, etc.), quando pedem um COMPLEMENTO ADVERBIAL DE LUGAR que lhes integre o sentido, embora tradicionalmente classificados como intransitivos, devem ser considerados transitivos, desde que se entenda por TRANSITIVIDADE a necessidade de um complemento “que vem acabar uma idéia insuficiente em si mesma.” (KURY, 1999, p.32).

Assim sendo, Kury (1999) considera que o Adjunto Adverbial ultrapassa o conceito básico de ter apenas o valor do advérbio ou locução adverbial que, com ou sem preposição, modifica o verbo, adjetivo e até o próprio advérbio. Conseqüentemente, percebe-se que o termo é mais abrangente do que os conceitos apresentados, por isso, em alguns casos, será uma informação necessária, sendo assim, não pode ser desconsiderado ao sentido da oração.

Diante disso, mais do que um verbo intransitivo, há a necessidade de um complemento adverbial para completar a predicação de alguns verbos transitivos adverbiais de movimentação ou situação, uma vez que transitividade precisa de um complemento para dar sentido ao verbo que, por si mesmo, é insuficiente. O autor não aborda isso em sua *Gramática*, contudo, exclusivamente, nesta obra de estudo de sintaxe da Língua Portuguesa. Nessa perspectiva, avança-se muito em relação ao conceito do Adjunto Adverbial, de forma que outros autores seguem essa mesma linha de análise, esclarece Kury (1999, p. 33) que esses estudiosos, dentre eles, os ilustres Evanildo Bechara (1976) chama de “transitivos adverbiais” e Rocha Lima (*apud*

KURY, 1999, p. 33) nomeia de “transitivos circunstanciais”, procedendo, assim, à mesma percepção de Kury(1999) quanto ao Adjunto Adverbial.

Tal qual Kury (1999), Brandão (1888) também, faz considerações relevantes sobre o Adjunto Adverbial, quando o acrescenta no capítulo III aos estudos dos Complementos, exclusivamente, do Complemento Necessário do Verbo Relativo. Diante disso, Brandão (1888), da mesma forma, fazia restrições quanto à Função do Advérbio em alguns casos.

5. Conclusão

O processo de implementação do ensino da sintaxe da Língua Portuguesa nos séculos XIX e XX, especialmente, no Brasil, destaca-se pelo fato de contribuir para o ensino da Língua Portuguesa. Nesse período, a obra de Brandão (1888) opta pela continuidade da forma latina e a de Kury (1999) pela descontinuidade. Ressalta-se que ambas foram escolhidas por serem obras de estudo da Gramática, em especial, a sintaxe. Em vista disso, nosso objetivo foi alcançado por meio dos três princípios de Köerner (1996): *Contextualização, Imanência e Adequação*. Dessa forma, constatamos que os fatores externos influenciaram o estudo sintático da gramática.

Convém esclarecer que na obra de Brandão (1888) há uma mistura da morfologia com a sintaxe, especificamente, sobre a Função do Advérbio; de tal modo que trata do Advérbio sintaticamente, embora, não faça uso da nomenclatura, porém, possui a mesma função do Advérbio. Para tanto, faz considerações significativas quanto à Função do Advérbio, prova disso, ele o inclui, sintaticamente, aos complementos. Isso comprova tratar-se de um autor muito à frente de sua época, em virtude de perceber algumas lacunas no ensino sintático.

Assim sendo, escolhemos como *Adequação* a obra *Novas Lições de análise Sintática*, de Kury (1999), que, tal qual Brandão (1888), traz reflexões sobre a Função do Advérbio, uma vez que a Gramática considera-o significativo à oração, visto que esse termo não pode estar inserido, apenas, como acessório, mas também, como integrante. Em vista disso, encontra-se a pesquisa baseada na Morfossintaxe. Esta pesquisa surgiu da necessidade de refletir sobre a Função do Advérbio, chamado por Kury (1999) de “Adjunto Adverbial”. Vale ressaltar, também, que o mesmo está inserido no termo acessório da oração, de acordo com a gramática, porém, em alguns casos de movimentação e situação, o autor o inclui no Termo integrante da Oração. Porquanto, de acordo com a gramática da Língua Portuguesa, o Adjunto Adverbial é apenas um termo acessório, mas esta pesquisa identificou um novo estudo sintático em uma perspectiva da Historiografia Linguística.

Mostrando, em virtude disso, que esse termo da oração não pode passar despercebido, uma vez que possui significações relevantes ao sentido verbal; significações essas indispensáveis para o entendimento da enunciação. Diante disso, a nossa pesquisa, com uma abordagem historiográfica da Língua Portuguesa, pretende contribuir com o ensino da sintaxe da Língua Portuguesa e suscitar reflexões acerca do estudo gramatical.

Referências Bibliográficas

BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Org.). *História Entrelaçada: a construção de Gramática e o ensino de Língua Portuguesa do século XVI ao XIX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BECHARA, E. *Lições de Português pela Análise Sintática*. 10. ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1976.

BRANDÃO, T. da S. *Syntaxe e Construção da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Typ. De Antonio José Gomes Brandão, 1888.

FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. *As Concepções Lingüísticas no Século XIX: a gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

KÖERNER, E.F.K. “Questões que persistem em Historiografia Linguística.”. Trad. de Cristina Altma [orig. inglês “Persistent Issues in Linguistic Historiography” Professing Linguistic Historiography. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1995] ANPOLL. *Revista da Associação Nacional de Pós-graduação em Letras e Linguística* 2. 1996.p.45-70.

KURY, A. da G. *Novas Lições de Análise Sintática*. 8. ed. São Paulo: Ática, 1999.

KURY, A. da G.; OLIVEIRA, U. L. de. *Gramática Objetiva*. V.2. São Paulo: Atlas, 1986.

LE GOFF, J. *História e memória*. Trad. Bernardo Leitão... [et al.]. 5. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

MOREIRA, M. E. SMITH, M. M. BOCCHESI, J. da C. *Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa: questões para além da escrita*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

NOGUEIRA, S. M. *Língua Portuguesa no Maranhão do século XIX sob o enfoque historiográfico*. São Paulo: PUC/SP, 2005. Dissertação de Mestrado.

RIBEIRO, M. L. S. *História da Educação Brasileira: A Organização Escolar*. 16. ed. rev. e ampl. São Paulo: Autores Associados, 2000.

WEEDWOOD; B. *História Concisa da Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

**MEMÓRIA E NARRATIVA: O NOME DA COMUNIDADE
REMANESCENTE DE QUILOMBO MORRO DE SÃO JOÃO, ESTADO DO
TOCANTINS**

Karylleila dos Santos ANDRADE⁸¹² (PPGL/UFT)

*A experiência que passa de pessoa a pessoa
é a fonte a que recorreram todos os narradores.
Walter Benjamin*

Resumo: Este artigo intenciona compreender as reminiscências⁸¹³ e a motivação que envolvem o nome da comunidade remanescente de quilombo Morro de São João, localizada no município de Santa Rosa, estado do Tocantins. O estudo é de natureza interpretativa e descritiva, com procedimentos teórico-metodológicos da memória oral (BOSI, 2003 e 1994), narrativa (BENJAMIN, 1994) e toponímia (CARVALHINHOS, 2002 e DICK, 1992).

Palavras-chave: Memória oral e narrativa. Toponímia. Comunidade remanescente de quilombo. Morro de São João. Estado do Tocantins.

1. Memória e toponímia

A palavra toponímia não consta no dicionário da Língua Portuguesa de P. e Rafael Bluteau do séc. XVIII, nem tão pouco no dicionário de Antônio de Moraes e Silva, início do séc. XIX. É uma área disciplinar contemporânea, tendo como percussores J. Leite Vasconcellos, em Portugal, final do século XIX, e Albert Dauzat, início do século XX, na França. A toponímia se destaca pela importância que tem em várias áreas disciplinares, a saber: linguística, arqueologia, história, geografia, geologia, botânica, inclusive, patrimônio e museologia.

Dick (1992, p. 20) se refere ao topônimo como um verdadeiro fóssil linguístico, expressão emprestada do geógrafo Jean Brunh, geógrafo francês do século XIX, que o considerava como “um fóssil da geografia humana”. Para a autora,

[Os topônimos], ao lado de uma função identificadora, guardam, em sua estrutura imanente, uma significação precisa, muitas vezes não mais transparente em virtude da opacidade que esses nomes adquirem, ao se distanciarem de suas condicionantes tempo-espaciais.” (DICK, 1992, p. 19).

Para Carvalhinhos (2002, p. 172), uma área toponímica pode ser comparada a um sítio arqueológico: reconstrução, através do estudo de significados cristalizados de nomes de lugares, de fatos sociais desaparecidos como material valioso para outras disciplinas, como a história, a geografia humana e a antropologia. A autora compara

⁸¹² Doutora em Linguística. Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Tocantins. karylleila@gmail.com

⁸¹³ Reminiscências aqui são compreendidas como ‘imagem lembrada do passado; o que se conserva na memória; lembrança vaga ou incompleta’ (HOUAISS;SALLES, 2001, p. 2425)

um topônimo a um fóssil descoberto pela paleontologia, “o maior ou menor grau de “descoberta” ou “achado valioso” depende da antiguidade do nome cristalizado em determinado momento da oralidade (termo utilizado: cristalização); Rostaing denominava fossilização o fenômeno. Descreve-se, assim, a tendência conservadora do topônimo. (CARVALHINHOS, 2002, p. 173)

De fato, alguns autores definem como elemento de característica fossilizada pelo valor que se reveste como fonte de conhecimento histórico, cultural e social no sentido de denominação de um lugar, testemunhadas pelo grupo que o habitou, seja de caráter temporário ou permanente.

Nabais (2008, p. 5) diz que a “toponímia define-se como estudo dos nomes de lugares habitados ou não e de sítios, países, ruas e caminhos, é o estudo linguístico ou histórico da origem dos nomes das localidades.” Por nomes não habitados, entende que existem muitos topônimos de lugares desabitados onde permaneceu o nome apenas na memória e, provavelmente, vestígios arqueológicos.

O modo como são indicados e conhecidos os diversos lugares duma região não é indiferente para a História e não resulta do acaso, do capricho ou da vontade singular de quem quer que seja – mas directa ou indirectamente do consenso popular. A necessidade, para a indispensável eficácia das relações sociais e económicas, de fixar a cada um dos sítios da terra específica designação que o distinga dos outros é idêntica à de prender a cada ser humano um nome próprio que o diferencia dos seus semelhantes. (BRAZ, 1985, p. 247, citado por NABAIS, 2008, p. 5)

Neste caso, o estudo dos nomes locais aguça a curiosidade por compreender os enigmas, situações e/ou questões diversas ou, até mesmo, hipóteses, fantasiosas e fúlgidas, que carregam implicitamente os nomes. Todos esses elementos podem fornecer à história e política a reconstituição de uma época da vida de um grupo social.

Os atuais estudos onomásticos no Brasil objetivam resgatar a história social contida nos nomes de uma determinada região, parte da etimologia para reconstruir os significados e, em seguida, ilustrar o cenário motivacional da região em estudo, como um resgate ideológico do denominador e preservação da memória.

2. Memória oral

A memória constitui-se em elemento essencial para o conhecimento e a interpretação do mundo/espço referencial ou imaginário. De acordo com o dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (CUNHA, 2010, p. 419), memória significa ‘lembrança, reminiscência’, vem do latim *mēmōria*, de *memor* – *ōris* ‘que se lembra’, relacionado com *meminisse*⁸¹⁴. Para evocar ou recorrer ao passado, Aristóteles fala em *mnemê* (faculdade de conservar o passado) e em *mammesi* (faculdade de evocar voluntariamente esse passado). A memória, valendo-se de um sentido mais amplo, reporta-se a um conjunto de funções psíquicas que possibilitam ao homem atualizar impressões e informações passadas ou que ele representa como passadas. Entretanto, a memória não consiste em um processo mecânico que permite a atualização ou

⁸¹⁴ *Meminisse*, do latim, significa ‘ter presente no espírito, lembrar-se’. (FARIA, 1962, p. 602).

recuperação automática dos dados do passado; ela aponta efetivamente para a ordenação e releitura desses dados a partir do presente. Os diferentes interlocutores, como membros de uma determinada comunidade linguística, quer como falantes, quer como ouvintes, recorrem à memória de sua comunidade e dela fazem uso, na interação, para produzir atos de fala e interpretá-los a todo instante. Com efeito, enquanto fenômeno que se produz no interior de uma comunidade, a memória se configura como coletiva. Como elemento integrante de uma língua, o léxico se atualiza a partir da combinatória da seleção dos fatos da memória coletiva com os diferentes modos de apreensão do mundo/espço referencial ou imaginário, variando de comunidade a comunidade.

Quando nos reportamos à palavra memória, neste estudo em especial, julga-se necessário defini-la, pois se torna quase impossível referir-se ela sem fazer alusão à noção de identidade de grupo. Nas sociedades tradicionais, a memória individual e a coletiva se fundem. É isso que nos fala Benjamin em *O Narrador*: a síntese que perpassa o passado individual e o coletivo numa situação de comunicação baseia-se na oralidade. E a formação do sujeito acontece nesse câmbio de experiências. Enquanto a memória individual se dá em um processo individual de reminiscência, a coletiva se assenta “na especificação de uma problemática grave que reúne pessoas e possibilita o ordenamento identitário marcado por afinidades politicamente estabelecidas” (MEIHY, 2000, p. 97). O autor exemplifica a comunidade de judeus que viveu em campos de concentração, os quais guardam, coletivamente, uma memória dos acontecimentos. Somam-se, ainda, a estes dois tipos de memória, a histórica e a social. A primeira é produzida a partir de documentos e registros materiais; a segunda corresponde ao conjunto de manifestações de grupos que conservam modos de produção, fazeres e visões sistematizadas sobre si e sobre o mundo.

Quando estamos a coletar nossas informações factuais, nossa preocupação deve-se centrar não na quantidade, mas fazer emergir dessas informações uma visão de mundo. Nesse sentido, Bosi (2003, p. 19) nos provoca: “Como arrancar do fundo do oceano das idades um “fato puro” memorizado? Quando puxarmos a rede veremos o quanto ela vem carregada de representações ideológicas”. Nesse caso, a narrativa aponta para uma complexidade do acontecimento. É o ponto que permite relacionar/ligar a história com o cotidiano.

Bergson (1953) citado por Bosi (2003, p. 36) diz que a memória é a alma da própria alma, ou seja, a conservação do espírito pelo espírito. “Na realidade, não há percepção que não esteja impregnada de lembranças”. Bergson atribui à memória uma função decisiva na existência do homem e discorre sobre a relação que é permitida entre o corpo presente e o corpo passado pelo viés da memória, mas reforça que essa relação interfere no curso das representações. Quando ele fala que não há percepção que não esteja impregnada de lembranças, o que ele está querendo afirmar é que é a lembrança que impregna as representações. Essa percepção de que nos fala Bergson é o resultado da interação do ambiente com o sistema nervoso.

Bosi (1994, 54) chama a atenção para o fato de que Bergson não trata a memória como um fenômeno social. Para ele, “o método introspectivo conduz uma reflexão sobre a memória em si mesma, como subjetividade livre e conservação espiritual do passado, sem que lhe parecesse pertinente fazer intervir quadros condicionantes de teor social ou cultural.” (BOSI, 1994, p. 53 e 54). Diferente de Halbwachs, também citado por Bosi (1994, p. 54), que, orientado pelas leituras de

Emile Durkheim⁸¹⁵, estuda a memória como quadros sociais. Contrariando Bergson, que acredita que o espírito conserva em si o passado na sua inteireza e autonomia, Halbwachs relativiza esse princípio e conduz sua teoria no sentido de que as relações a serem determinadas pela memória não devem ficar restritas ao mundo do indivíduo, mas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais. Para ele, a memória é parte da vida das pessoas, do grupo que convive, dos relacionamentos com instituições como: igreja, escola, trabalho. O ato de lembrar é proporcionado por outras pessoas em determinadas situações presentes. Ou seja: lembramos quando somos provocados por certas situações as quais podem advir de nossos pais, amigos, ou outra(s) pessoa(s) que pode(mos) não manter vínculo pessoal.

Para este autor, o caráter livre, espontâneo, quase onírico da memória, é considerado excepcional. Para Halbwachs

“[...] lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria no inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição. (HALBWACHS citado por BOSI, 1994, p. 55)

Isto nos faz pensar que a lembrança de um fato antigo, por mais real que possa nos pareça, não pode ser encarada com a mesma nitidez de nossas experiências já vividas outrora, seja na infância ou adolescência, ou outra fase de nossa vida. Essa experiência já vivida não pode ser revivida da mesma forma, com os mesmos sentimentos, emoções, porque o ambiente alterou, as ideias e os valores são outros, os anos se passaram, a percepção de mundo é outra. A qualidade da memória sofre com mínimas alterações no ambiente. Seguindo esse raciocínio, Halbwachs atrela a memória individual à memória de grupo, e esta a uma esfera maior: memória coletiva.

3. Tradição oral e narração: a voz de Walter Benjamin

Benjamin, sob o peso da melancolia⁸¹⁶, assinala à narrativa uma necessidade de cultivar – e recontar – o que foi narrado. Para ele, a arte de narrar está se desintegrando porque a sabedoria, a parte épica da verdade, está se aniquilando. O autor aponta para um tom nostálgico referindo-se a um desencanto com a ideia de progresso, pós o horror da Primeira Guerra Mundial.

Neste texto, ele se reporta à *Mnemosyne*, a deusa da reminiscência. Para os gregos, era conhecida como a musa da poesia épica. Essa noção de reminiscência é associada à tradição, patrimônio da poesia épica, que transmite os acontecimentos de geração em geração.

⁸¹⁵ Halbwachs refina o pensamento de Émile Durkheim: “Os fatos sociais consistem em modos de agir, pensar e sentir, exteriores ao indivíduo e dotados de um poder coercitivo pelo qual se lhe impõem. (DURKHEIM, 1985 citado por BOSI, 1994, p. 54)

⁸¹⁶ Em 1936, em decorrências das implicações e do horror da I Guerra Mundial e já sob o espectro do ascendente totalitarismo na Europa, Walter Benjamin publica o ensaio “O Narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. Essa data marca um cenário histórico fundamental para compreender as ideias do autor. Ele vive um tempo de destruição e desesperança, e volta o seu olhar e suas esperanças para o passado, que pode se tornar idealizador.

“[Reminiscência] Ela tece a rede que em última instância todas as histórias constituem entre si. Uma articula na outra, como demonstraram todos os narradores orientais. Em cada um deles vive uma Sherazade, que imagina uma nova história em cada passagem da história que está contando. Tal é a memória épica e musa da narração. (BENJAMIN, 1994, p. 13)

O autor chama a atenção para o fato de que a musa da narração deve-se opor à outra: a musa do romance que habita a epopeia. Ele esclarece, exemplificando a partir das invocações das Musas, que abrem os poemas homéricos, que o que está pronunciado nessas passagens é a memória perpetuadora do romancista, em oposição à memória do narrador. Ou seja: primeira consagra um herói; a segunda, a diversos fatos. Ele caracteriza o romance como sendo rememoração, encontra-se ao lado da memória, musa da narrativa. A memória, nas palavras do autor, é a mais épica de todas as faculdades.

Cruz (2007, p. 18) lembra que para Platão todo processo de formação do sujeito que conhece remete à atividade de reminiscência. Caminhando nesta direção, podemos pensar que o mesmo acontece com o narrador: ao partir de uma retomada de um passado de experiências, esse ato pode impedir que essa memória se apague no silêncio e na escuridão. “O lugar da realização é o instante, vivificado por um salto no passado que anuncia um futuro, um futuro que marca uma novidade. Por isso, a narração é tão importante para a formação do sujeito.” (CRUZ, 2007, p. 18)

Em *O narrador*, Benjamin intenciona harmonizar experiência e memória com o objetivo de abordar a importância da narração oral. Mas isto só é possível quando concilia experiência e memória. A narração representa uma experiência existencial do homem a partir de uma tradição, a qual, necessariamente deve partir da memória. Por fim, considera a narração oral como sendo essencial na troca de experiências. Vale o ditado popular que remete à essência da vida do homem: “quem não honra seu passado não tem futuro”.

O narrador assimila à sua substância mais profunda aquilo que conhece por ouvir dizer. “Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la *inteira*. O narrador é o homem que poderia deixar a luz tênue de sua narração consumir completamente a mecha de sua vida.” (BENJAMIM, 1994, p. 19). A figura do narrador compreende o modo como o justo se encontra consigo mesmo.

4. Comunidade remanescente de quilombo Morro de São João: contextualização, memória e narrativa

A partir da Constituição Brasileira de 1988, a palavra quilombo é ressignificada e adquire um conteúdo mais atualizado, contemporâneo, e menos histórico ao ser inscrita no Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que “confere direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado Brasileiro” (BRASIL, 1988).

No dicionário etimológico de língua portuguesa (CUNHA, 2010, p. 555), o verbete ‘remanescente’ aparece como um substantivo do verbo remanescer “sobrar, restar, sobejar, do latim *remanscere* ‘parar, ficar’”. No dicionário Houaiss (2001, p. 2423), o verbete ‘remanescente’ é assinalado como: “que ou o que remanesce, que sobeja, que resta”. A intenção aqui é enfatizar a diferença entre os termos ‘quilombo’ e ‘remanescente de quilombo’, já que o primeiro adquiriu um significado sócio-

histórico e político negativo ao longo da história. A partir de 1988, o que está em jogo não são mais as “reminiscências” de antigos quilombos, mas “comunidades”, isto é, organizações sociais, grupos de pessoas que “estejam ocupando suas terras”, como diz o “artigo 68” da Constituição. Em meio a um conflito por interpretações conceituais, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), em 1994, emitiu uma explicação “antropológica” que se tornaria dominante para a extensão do termo “remanescentes de quilombos”.

Essa “ressemantização” definia os remanescentes de quilombos como “grupos que desenvolvem práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar”, cuja identidade se define por “uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados”. Nesse sentido, eles constituiriam “grupos étnicos”, isto é, “um tipo organizacional que confere pertencimento por meio de normas e meios empregados para indicar afiliação ou exclusão”, segundo a definição de Frederick Barth (ARRUTI, 2006, p.92).

Finalmente Carvalho (2002) citado por Esteves (2012, p. 09) mostra que os grupos, que são definidos atualmente como remanescentes de quilombos, constituíram-se a partir de uma grande variedade de processos, que envolvem fugas de escravos com ocupação de terras livres, e geralmente isoladas, mas também as heranças, doações, recebimentos de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, simples permanência nas terras que ocupavam e cultivavam no interior de grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua abolição.

Em 2003 no Decreto nº. 4.887/2003, o governo procurou pôr “ordem na casa” regulamentando o procedimento para “identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos”. O artigo segundo determina que comunidades remanescentes de quilombo são

os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (Decreto nº. 4.887/2003)

Percebe-se uma necessidade de contornar a realidade, não através da extensão da Lei, mas com uma interpretação abrangente e supra-histórica da categoria “quilombo”, que passou a designar, em contradição frontal com a realidade histórica, toda e qualquer comunidade com raízes africanas fossem quais fossem suas origem.

A Secretaria da Cidadania e Justiça do estado do Tocantins, dados de 2012, reconhece 29 comunidades remanescentes de quilombo. A comunidade Morro de São tem o seu título reconhecido pelo estado do Tocantins (Secretaria de Segurança, Justiça e Cidadania) como remanescente de quilombo em 20 de janeiro de 2006, Diário da União 15/PAG 17, com registro na Fundação Cultural Palmares⁸¹⁷ (FCP) N°

⁸¹⁷ Fundação Cultural Palmares. Informações sobre a certificação da comunidade estão disponíveis no sítio <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2013/04/1-CRQs-Certificadas-ate-18-04-2013.pdf>. Acesso em: abril de 2013.

451, folha N° 59. A emissão da Certidão de Autodefinição pela FCP tem como base legal a Portaria N° 98/2007 e o Decreto Presidencial n° 4887/2003.

Morro de São está localizada a 20 km do município de Santa Rosa, 160 km da capital Palmas. Até o presente momento, não conseguimos identificar registros oficiais sobre sua história, de modo que essa só pode ser conhecida e interpretado através dos relatos orais dos seus moradores⁸¹⁸. De acordo com os relatos dos moradores, a comunidade tem por volta de 200 (duzentos) anos de existência. Atualmente, sua população é constituída por 70 (setenta) famílias, sendo que somente uma delas não é descendente do padre Bernaldino Ferreira de Sena, tendo procedência do estado do Ceará. Para este estudo, realizamos entrevistas com moradores de faixas etárias diferentes (10 anos, 39 anos, 80 anos), todos com residência fixa na comunidade. As entrevistas foram realizadas em dois períodos: 4 de fevereiro de 2001 e 2 de novembro de 2011).

Para discutir o conceito de memória numa perspectiva toponímica, faz-se necessário, a priori, diferenciar memória de história oral, visto que ambas têm suscitado um debate na academia à procura de diferenciações entre elas. Meihy (2000, p. 93) defende que a história oral se baseia na oficialização das análises feitas sobre documentos grafados, já a memória tem sido considerado o espaço no qual o repertório das versões sobre o passado não ganhou ainda a dimensão escrita. Neste sentido, é a oralidade que separa a história da memória.

Na tentativa de consolidar-se como remanescente de quilombo, a memória da comunidade se apega aos critérios de auto-atribuição com uma trajetória histórica, social e cultural própria e bem definida, narrada por seus moradores, sobretudo, os “mais velhos”. O nome do lugar representa um orgulho de ancestralidade negra

⁸¹⁸ Assim, segundo informações coletadas por meio de entrevistas com os moradores da aludida comunidade, por volta do século XIX, um padre conhecido como Bernaldino de Sena Ferreira, que trabalhava na diocese de Goiás Velho, especificamente na comarca de Natividade, era dono de todas as terras que pertenciam a essa comarca. Pelo fato de ser proprietário de muitas terras, trouxe para a localidade inúmeros escravos oriundos da Bahia para trabalhar nelas. Por isto, o padre era também senhor de escravos. Ainda morando em Goiás Velho, o padre comprou, na Bahia, uma escrava de nome Pelônia. Essa escrava trabalhou para ele exercendo a função de camareira. Naquela época, Pelônia era adjetivada pelas pessoas de “negra do corpo escultural”. Padre Bernaldino de Sena Ferreira teve um filho com essa escrava. Tendo em vista que exercia o ofício de sacerdote na Comarca, o padre Bernaldino não pôde ficar com a criança, mas reconheceu a paternidade e deu a ela uma parte de suas terras. Vitor Ferreira de Sena foi o nome dado à criança, uma vez que Ferreira de Sena era o sobrenome do padre. A escrava Pelônia e seu filho foram morar na Fazenda Roma. Essa propriedade, localizada na antiga região da Comarca de Natividade, próxima ao rio Tocantins e Manoel Alves, foi dada pelo padre ao seu filho. Quando o Padre Bernaldino vinha celebrar uma missa ou desempenhar outra atividade qualquer na localidade costumava visitar seu filho. Preocupado com a educação de Vitor, o padre providenciou professores para alfabetizá-lo. O trabalho de alfabetização se deu em sua própria casa, na fazenda Roma, primeiro nome do local que atualmente é conhecido por Morro de São João. Quando Vitor estava com 16 anos, ele se tornou senhor e dono de centenas de escravos. Esses negros ficavam em senzalas, que se dispunham ao redor da casa grande. Vitor não era considerado um senhor que maltratava os escravos, todavia a estreita convivência com eles era terminantemente proibida pelo padre. Vitor casou com Margarida Pereira de Barros, uma moça branca, filha de Martins Torres, grande proprietário de terras da região. Teve doze filhos com sua esposa, além de dois outros oriundos de relações extraconjugais. Victor herdou a coragem e a vontade de trabalhar de seu pai. Apesar de possuir vários trabalhadores negros, não os escravizava. Naquela região, ele era o único negro rico, fato esse que despertou o ódio e a inveja dos demais fazendeiros da época, tanto por sua condição quanto por sua cor e origem. Devido ao fato de Victor de Sena Ferreira ser devoto de São João e suas terras serem situadas entre morros (nos quais ele escondia os negros que roubava à noite das fazendas vizinhas para livrá-los das tormentas da escravidão), ele colocou o nome de sua fazenda de Morro de São João, o qual designa a comunidade até os dias atuais. Todos os anos, no dia 24 de junho, Vitor realizava uma festa em homenagem a São João.

relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. É preciso se diferenciar do comum, voltar-se ao passado para fincar os pés no presente, tomar posse desse tempo presente. A memória se valida via narrativa, considerada como uma forma artesanal de comunicação, pois ela prosperou de uma forma muito artesã no campo, no mar e na cidade. Nos dizeres de Benjamin⁸¹⁹,

Ela não está interessada em transmitir o "puro em si" da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso. Os narradores gostam de começar sua história com uma descrição das circunstâncias em que foram informados dos fatos que vão contar a seguir, a menos que prefiram atribuir essa história a uma experiência autobiográfica. (BENJAMIM, 1994, p. 9)

A memória dos velhos é uma via que permite uma interação entre a geração do agora e as testemunhas do passado, elemento vivo que intermedia reviver um passado, que, em muitos momentos, promove a apreensão do presente. Ela é o canal informal da cultura no sentido de compreender a formação da identidade de um grupo, já que esse tipo de memória é recheado de vivências, valores, atitudes, elementos constituintes da cultura. No depoimento seguinte, uma senhora de aproximadamente 80 anos, semi-analfabeta, moradora da comunidade desde pequena, rememora a história do nome e narra. Observe a transcrição⁸²⁰ a seguir:

“Porque meus avô, avô e a vó Margarida morava na Ipuera, o véio Vitor que era marido dela roubou ela dos pais, roubou e eles ficaro até junto e aqui era uma mata, ele panho ela lá e veio cum ela pra cá pra dentro da mata, eles procuro ela, até que acho ela num racho de paia...”⁸²¹

A narração oral só consegue se validar nas experiências da comunidade Morro de São João quando concilia experiência e memória. Nesse sentido, a narração representa uma experiência existencial do homem a partir de uma tradição, a qual, necessariamente deve partir da memória. A narrativa constitui-se como sendo essencial na troca de experiências. Vale o ditado popular que remete à essência da vida do homem: “quem não honra seu passado não tem futuro”.

Conforme as reminiscências da comunidade, a formação histórica de Morro de São João origina-se da ruptura dos escravos com as estruturas econômicas sociais do passado colonial, representadas pela fazenda, constituindo-se um dos grupos de população rural negra mais antigos da região. Para o grupo populacional, o presente não se interpreta por si mesmo, mas está envolvido dentro de um discurso de valores “entre tempos”. Assim, todas as coisas que existem agora, e através das quais as pessoas se enfrentam, são definidas a partir de um confronto com tempos anteriores, e

⁸¹⁹ O autor se volta, então, a Nicolai Leskov exemplificando suas narrativas: *A fraude* é uma narrativa que descreve uma viagem de trem, os episódios que são contados ele ouviu de um companheiro de viagem; ou chama uma reunião num círculo de leitura, no qual soube dos fatos relatados em *Homens interessantes*. O que se percebe são sinais/experiências de Leskov em suas narrativas, seja na forma de quem as viveu, seja na forma de quem as relata.

⁸²⁰ Procurou-se respeitar a modalidade oral e o nível de linguagem no momento da transcrição das falas dos entrevistados.

⁸²¹ Informação verbal. Entrevista realizada na comunidade em 04 de fevereiro de 2011.

pelas formas como os mesmos tipos de sujeitos e relações existiram dentro de cada um deles.

*“Até porque ali tem uma serra né, um morro, aí eu num sei se a origem é esse morro. Eu num sei também não, mas o origem é o morro, o veio que nasceu aqui, que era dono, tia o morro aí e ele tia um santo São João, aí boto o Morro de São João.”⁸²²
(informante, 39 anos, fundamental completo)*

A população explica a sua sociedade pelo desdobramento da mesma em duas etapas: passado e presente. Há uma época distante que quase não alcança a biografia de qualquer membro vivo da comunidade. Este é o período que eles costumam chamar de “tempo antigo”.

[...] após esse reconhecimento a comunidade, ela descobriu sua própria identidade, que até porque eles não sabia, então nós trabalhamos, trabalhamos muito com a comunidade sobre esse reconhecimento, né? Até porque eles aceitaram ser quilombola, né? Aceitaram ser remanescente de quilombos, serem negros, né? Que muitos hoje lá nós fizemos até uma pesquisa lá dentro da comunidade, perguntavam as pessoas assim: qual era sua raça, qual era sua cor? Dizia parda, né? É minha cor é parda, então eu sou moreno, né? Então foi difícil, principalmente, nos jovem eles aceitaram ser negros. Foi muito difícil trabalhar isso [...]”⁸²³ (Informante, 39 anos)

Finalmente, o “tempo novo” é um tempo definido por eles como sendo de “benefícios”, em alusão às políticas públicas usufruídas dentro do programa “Brasil Quilombola⁸²⁴.” Para explicar os “tempos” da sua comunidade, os membros empregam fatores como as relações de trabalho, as condições sociais precárias e a falta de políticas públicas como base indicadora para definir o “tempo antigo”, em oposição às melhorias sociais que caracterizam o “tempo novo”.

É no ir e vir constante, às vezes opostos, que encontramos possibilidade de recompor os dados. Bosi nos chama a atenção para que

*Não nos esqueçamos que a memória parte do presente, de um presente ávido pelo passado, cuja percepção “é apropriação veemente de que nós sabemos que não nos pertence mais”⁸²⁵.”
(BOSI, 2003, p. 20)*

É nesse momento, que, ao partir de um presente para um passado, a oralidade alude mais que afirma, dá indícios, vestígios vagos, ora em curvas sinuosas, ora em linha reta. É preciso cuidado na investigação, atenção aos detalhes, uma vez que eles podem ser o caminho para compreender o que se busca.

⁸²² Informação verbal. Entrevista realizada na comunidade em 04 de fevereiro de 2011.

⁸²³ Informação verbal. Entrevista realizada na comunidade em 02 de novembro de 2011.

⁸²⁴ O Programa Brasil Quilombola foi incorporado ao Plano Plurianual (PPA) desde 2004, administração pública federal para as comunidades quilombolas. Os órgãos federais desenvolvem ainda um conjunto considerável de ações que não estão incorporados no PPA. A SEPPIR atua como coordenadora do Programa. Devido à realidade multifacetada das comunidades quilombolas e dos diversos órgãos públicos envolvidos, é fato que, no desenho transversalizado e descentralizado da gestão da política pública, formou-se uma interdependência entre esses órgãos, o que possibilita a apropriação e a consolidação das políticas. Informações disponíveis em <http://www.seppir.gov.br/arquivos/pbq.pdf> Acesso em 05 de Agosto de 2012.

⁸²⁵ As aspas referem-se à citação de BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: *Obras escolhidas I: magia, técnica, arte e política*. Trad.; Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 118-119.

Em um dos depoimentos, identificamos a necessidade pela busca de um reforço à tradição do lugar, do nome. Quando indagados o porquê do nome Morro de São João a explicação parece alimentar também uma tradição religiosa peculiar da comunidade, pois as famílias que residem no lugar são tradicionalmente católicas. Sendo filho do padre Bernaldino de Sena Ferreira, Vitor de Sena, devoto de São João, altera o nome de Fazenda Roma, primeiro nome dado à comunidade, para Fazenda Morro de São João.

“Essa fazenda que ele colocou São João era a Roma, Fazenda Roma. Ele (Victor de Senna) colocou São João por ele ser devoto de São João. Morro é por causa do morro. São João é por causa que ele era devoto de São João (Informante, 39 anos).”⁸²⁶

Segundo Carvalhinhos (2002, p. 173), o topônimo, do ponto de vista mais específico, passou de lexia virtual (antes do momento da enunciação) a lexema⁸²⁷ (como ocorre com qualquer palavra-ocorrência) e a termo, quando se configura o sintagma toponímico, composto por dois termos, a saber: termo ou elemento genérico (o acidente físico ou humano a ser descrito ou denominado) e o termo ou elemento específico (o topônimo propriamente dito).

Ullmann (1964, p. 177) diz que todas as línguas contêm certas palavras arbitrárias ou opacas, sem qualquer conexão entre som e sentido, e outras que, pelo menos em certo grau, são motivadas e transparentes. No segundo caso, sendo elas transparentes, a motivação é analisada sob a ótica dos morfemas derivacionais, palavras compostas e expressões figuradas. As palavras opacas podem ser analisadas por meio do eixo paradigmático, ou seja, seus componentes morfemáticos. As transparentes são motivadas pelas relações de significação que podem ser por contiguidade ou metafóricas.

A estrutura profunda do nome (motivo ou última instância resultante da análise de um discurso toponímico, isto é, quando realmente se logra chegar à ideologia do denominador em questão, revela todo um pendor ideológico de determinada era humana), a estrutura profunda do topônimo é a mesma em qualquer tempo e espaço, embora sua capa linguística⁸²⁸ mude conforme as variantes culturais. (CARVALHINHOS, 2002, p. 173). Para a autora, a capa linguística nos permite identificar idade e etnia do topônimo.

Dick (1992) afirma que, dentro dessa tessitura toponomástica de um território, o amálgama discursivo, pragmático e semântico que fomenta a nomeação de lugares de um espaço deve sofrer uma ordenação ou catalogação a partir não do doador, mas sim, do produto gerado.

No caso do nome Morro de São João, embora tenhamos a presença de um acidente físico, o que identificamos é um hiero/hagiotopônimo, de natureza antropocultural, relativos a nomes sagrados de diferentes crenças, mais especificadamente, um nome relativo a um santo. Sua capa linguística, segundo depoimentos orais, constitui-se em cerca de mais de 200 anos, com uma forte tradição religiosa católica. O nome do lugar tem suas reminiscências primeiro no morro,


⁸²⁶ Informação verbal. Entrevista realizada na comunidade em 02 de novembro de 2011.

⁸²⁷ O caminho percorrido pelo topônimo – se percurso gerativo de sentido –, então, é o mesmo dos lexemas comuns, com uma diferença básica: o lexema transformado em palavra-ocorrência (Coseriu) só pode ser atualizado se fizer parte do léxico virtual do falante, pela própria essência da comunicação verbal. (CARVALHINHOS, 2002-2003, p. 173).

⁸²⁸ Carvalhinhos considera capa linguística como uma forma de identificação da idade e etnia do topônimo. (2002-2003, p. 176)

localizado próximo à comunidade, bem como no santo São João, padroeiro do lugar até hoje.

Dados toponímicos

<p>Topônimo/nome da comunidade</p>	<p style="text-align: center;">Morro de São João (nome atual) Folia do Divino</p>  <p style="text-align: center;">Foto: Karylleila Andrade</p>
<p>Localização</p>	<p>Município de Santa Rosa do Tocantins</p>
<p>Origem (memória oral)</p>	<p>a) Segundo os depoimentos, nas redondezas da comunidade tem um ‘morro’ que servia de cativoiro para esconder os negros desde muito tempo atrás. “<i>Até porque ali tem uma serra né, um morro, ai eu num sei se a origem é esse morro. Eu num sei também não, mas o origem é o morro [...]</i>”</p> <p>b) O primeiro nome da comunidade foi Fazenda Roma. “<i>Essa fazenda que ele colocou São João era a Roma, Fazenda Roma.[...]</i>”</p>
<p>Taxionomia toponímica</p>	<p>a) Geomorfotopônimo b) Corotopônimo</p>

Classificamos o topônimo como *Geomorfotopônimo* (topônimo relativo à forma topográfica: ‘morro’). Para ‘Fazenda Roma’, a taxionomia é *Corotopônimo*, dado que se relaciona ao nome da capital da Itália, Roma. Considerando os relatos das entrevistas, supomos que este nome esteja vinculado à história da comunidade com o padre Bernaldino Ferreira, dono das prováveis terras onde hoje a comunidade se encontra localizada. Roma é a capital da Itália, onde se encontra o Vaticano, local sagrado para os católicos.

5. Considerações finais

Os estudos toponímicos podem contribuir para conhecer melhor a história local de uma comunidade. A designação dos lugares reflete os valores culturais das populações, perpetuando a importância histórica de fatos, pessoas, costumes, eventos e locais. Num momento histórico, como o nosso, em que os testemunhos materiais e imateriais se apagam a uma velocidade assustadora e, sobretudo, em áreas de grande

expansão urbana, descaracterizando o local, urge preservar todos os testemunhos históricos, incluindo os topônimos, para garantir a identidade do lugar, já que a memória perpassa por esses testemunhos.

Estes estudos oferecem elementos preciosos para os historiadores, arqueólogos e geógrafos que fazem estudos de investigação sobre a memória, história local e o território. Por outro lado, satisfazem a curiosidade da população local e dos seus visitantes, dando resposta a questões que os moradores colocam, nomeadamente, o porquê do nome do lugar.

Referências bibliográficas

ARRUTI, José Maurício. *Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1988.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4 ed. Revista pela nova ortografia. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

CRUZ, Ricardo Souza. *Walter Benjamin: O valor da narração e o papel do justo*. 137f. Dissertação de Mestrado (Mestre em Filosofia). UFBA, Salvador, 2007.

BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

_____. Experiência e pobreza. In: *Obras escolhidas I: magia, técnica, arte e política*. Trad.; Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 118-119.

BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória*. Ensaios de psicologia social. 2 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 219p.

_____. *Memória e sociedade*. Lembranças de velhos. 17 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

CARVALINHOS, Patrícia. Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. Estudo de caso: os sociotopônimos. In. *REVISTA USP*, São Paulo, n.56, p. 172-179, dezembro/fevereiro 2002-2003.

DICK, Maria Vicentina de P. do A. Métodos e questões terminológicas na onomástica. Estudo de caso: o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo. *Investigações*,v.9, Recife, UFPE, 1999.

_____. Toponímia e antroponímia no Brasil: Coletânea de estudos. 3. ed. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

ESTEVES, Francisco Patrício. Historicidade e campesinato: Um Estudo sobre a Organização Socioeconômica da Comunidade de Malhadinha e sua Inserção nas Políticas Públicas de Ação Afirmativa (1988 – 2011). Tese de doutorado, 2012.

Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. 150p.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de história oral*. 3 ed. São Paulo, Loyola, 2000.

NABAIS, António J.C. Maia. Toponímia e história: identidade e memória. In: 2ª Jornadas de Toponímia do Sul, 2008, Albufeira/Portugal. *Resumos* da 2ª Jornadas de Toponímia do Sul. Albufeira/Portugal, fevereiro de 2008. p. 5-9.

SANTOS, Irenilde Pereira dos. Memória e geolingüística: o questionário semântico-lexical. In: X Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2006. Rio de Janeiro. *Cadernos do CNLF*, 2006. v. X, N. 14. Disponível em <<http://www.filologia.org.br/xcnlf/14/11.htm>>. Acesso em: 27 mar 2013.

ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução ao significado*. 4. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964. sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.

METONÍMIA E ICONICIDADE NOS NOMES DE ESPÉCIES ANIMAIS NA LIBRAS

Mariângela Estelita BARROS (UFG)⁸²⁹

Maria Suelf de AGUIAR (UFG)⁸³⁰

Resumo: Esse trabalho analisa a abundância do uso dos recursos de iconicidade e da metonímia, à luz da linguística cognitiva, na formação dos nomes de espécies animais na Libras (Língua Brasileira de Sinais). A iconicidade é um recurso linguístico bastante produtivo em línguas de sinais e consiste em representar, linguisticamente, características visuais dos seres em questão. A metonímia destaca propriedades salientes de um domínio cognitivo e as utiliza para representar todo o domínio. Nos sinais da Libras que designam animais, a maioria dos elementos que são metonimicamente reconhecidos como salientes são partes da cabeça.

Palavra-chave: Libras. Metonímia. Iconicidade. Nomes de animais.

1. Metonímia e iconicidade

A onomasiologia é o estudo semântico das denominações (Dubois, 2001). Segundo Brito (2003), a classe dos nomes comporta a) nomes de espécies, b) termos de massa, c) nomes próprios, d) expressões indexicais, e) expressões dêiticas e f) descrições definidas. Esse trabalho é uma proposta de estudo onomasiológico, à luz da linguística cognitiva, sobre os nomes de espécies animais na Libras (Língua Brasileira de Sinais). Ao considerarmos uma espécie, não nos referimos a um ser em particular, mas a um grupo de seres que, por suas semelhanças podem ser reunidos sob um mesmo nome, como “cachorro” ou “boi”, por exemplo.

A linguística cognitiva trata a metáfora e a metonímia não apenas como figuras de linguagem com efeitos poéticos/estéticos. Muito além disso, essa teoria reconhece-as como “os dois meios mais frequentes de extensão semântica dos itens lexicais” (Silva, 1998, p. 12) e detecta sua presença abundante na linguagem corrente, mesmo em situações em que o usuário de uma língua não reconhece que está se valendo de uma metáfora, ou metonímia para se expressar. A metonímia (relevante para esse estudo) realiza-se dentro de um único domínio cognitivo, destacando alguma propriedade saliente deste domínio para representá-lo, ou seja, usa um elemento para representar outro. Isso se dá na forma de “parte pelo todo”, objeto pelo usuário”, “personificação”, “parte da ação pela ação”, “ação pelo agente”, “instituição pelos responsáveis” e outros (Albres e Xavier, 2012).

Nos sinais da Libras que designam animais, a maior parte das propriedades que são metonimicamente reconhecidas como salientes são os formatos das orelhas e “bocas” e outros elementos da cabeça do animal de cada espécie, assim, ao representar a orelha de um “coelho”, por exemplo, refiro-me a todo o animal, e não apenas à sua orelha. Esses elementos metonímicos são realizados linguisticamente na Libras por meio da iconicidade.

⁸²⁹Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Brasil. E-mail: mariangelaestelita@yahoo.com.br

⁸³⁰Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Brasil. E-mail: aguiarmarias@gmail.com

Na Libras, bem como nas demais línguas sinalizadas, a iconicidade é um recurso linguístico bastante produtivo, o qual consiste em representar linguisticamente, ou seja, em conformidade com as regras linguísticas de cada língua de sinais, características visuais salientes dos seres em questão. A iconicidade é uma representação linguística motivada pela estrutura do mundo, ou seja, a estrutura de uma língua reflete a complexidade de natureza conceitual, sua expressão é motivada pelas suas funções, como afirma Givón (1990, 1991). Todavia, nós não devemos nem podemos crer que um signo seja uma cópia do seu referente, apesar de haver casos de signos que nos mostram fortes indícios de cópia. Admitimos que o que há na verdade são arranjos estruturais que refletem relações análogas. Essa discussão é feita por vários estudiosos, por exemplo, Neves (2007).

Assim, segundo Quadros e Karnopp (2004, p.32), “há uma motivação do signo em relação ao referente”. No caso das línguas sinalizadas, a motivação é um elemento visual e sua representação também é de natureza visual, pois esta é a modalidade de realização das línguas de sinais, o que faz com que tais motivações acabem por ficar tão evidentes, tão explícitas, a ponto de ter rendido a essas línguas, por muito tempo, o equivocado *status* de mímica. Línguas orais também representam características visuais de referentes, porém, fazem-no fonologicamente, o que faz com que sua iconicidade seja mais opaca dos que nas línguas sinalizadas.

Segundo a linguística cognitiva, como exposta por Lakoff e Johnson (2002), a realização de uma língua se dá principalmente por metáforas e metonímias elaboradas a partir das experiências físicas, corpóreas dos usuários e sua compreensão plena apenas é possível dentro de um modelo cognitivo cultural compartilhado. Assim, a transparência da iconicidade insere-se no sistema linguístico em que está sendo utilizada e só é percebida por usuários que compartilham conhecimentos e experiências semelhantes. Por exemplo, uma das variações do sinal para “urso” em Libras, representa metonímica e iconicamente uma orelha redonda, como normalmente se vê nos desenhos que representam esse animal. Em comunidades que convivem com a ferocidade e corpulência desse animal, é bastante provável que suas orelhinhas não fossem o elemento mais saliente, escolhido para representá-lo, e talvez fosse considerado mesmo irrelevante.

A arbitrariedade dos signos linguísticos é negada pela linguística cognitiva e a origem de todos eles está nas experiências corpóreas dos indivíduos com o mundo, nos esquemas imagéticos e demais modelos cognitivos criados a partir dessas experiências. Nesse trabalho, faremos um reconhecimento da abundância do uso dos recursos de iconicidade e da metonímia, um dos modelos cognitivos, na formação dos nomes de espécies animais na Libras.

2. Análise dos dados

Quarenta nomes de espécies animais foram escolhidos aleatoriamente, para compor os dados dessa pesquisa. Os sinais foram analisados conforme descrição contida no *Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da Língua de Sinais Brasileira*, de Capovilla e Raphael (2001). Para o registro escrito dos sinais, optamos por não utilizar glosas em língua oral, apesar de ser esse um método ainda muito utilizado em pesquisas de línguas de sinais. Nossa escolha foi pela utilização do sistema brasileiro de escrita das línguas de sinais, ELiS–Escrita das Línguas de Sinais, a fim de alcançar uma maior fidelidade às propriedades viso espaciais de cada sinal na Libras, uma vez que esse sistema contempla tais propriedades e faz-se adequado à transcrição de dados de pesquisa em línguas de sinais.

A seguir, apresentamos um quadro contendo a análise dos quarenta sinais que compuseram o corpus dessa pesquisa. Cada sinal foi escrito em Libras/ELiS, traduzido para o português, e analisado segundo seu elemento icônico e segundo o processo metonímico envolvido em sua formação.

ANIMAIS				
	Português	Libras/ELiS	Elemento icônico	Processo Metonímico
1	Abelha	\\.\.M̄ŌŌ.:.\.M̄T̄'	Movimento / ação	Ação pelo agente
2	Arara	.T̄M̄.L̄'	Bico	Parte pelo todo
3	Baleia	.B̄Ō.L̄'	Movimento / ação	Ação pelo agente
4	Barata	.M̄.L̄'	Antenas	Parte pelo todo
5	Boi	...ĪB̄H̄L̄'	Chifre	Parte pelo todo
6	Burro	//+M̄H̄L̄'	Orelhas	Parte pelo todo
7	Cachorro	<T̄Ō.L̄'	Focinho	Parte pelo todo
8	Canguru	//+B̄Ō	Patas	Parte pelo todo
9	Cavalo	..M̄H̄L̄'	Orelhas	Parte pelo todo
10	Cobra	.M̄.L̄'	Língua	Parte pelo todo
11	Coelho	//..M̄H̄L̄'	Orelhas	Parte pelo todo
12	Formiga	.M̄.L̄':.\.M̄T̄'	Antenas + Movimento / ação	Parte pelo todo + Ação pelo agente
13	Galinha	..M̄ŌL̄'	Crista	Parte pelo todo
14	Gato	\\.\.M̄ŌL̄'	Bigode	Parte pelo todo
15	Girafa	//<T̄ŌM̄T̄'	Pescoço	Parte pelo todo
16	Hipopótamo	//..T̄.B̄B̄L̄.L̄'	Dentes	Parte pelo todo
17	Insetos	.M̄.L̄':.\.M̄ŌM̄++'	Antenas	Parte pelo todo
18	Jacaré	//<T̄B̄L̄.L̄'	Dentes	Parte pelo todo
19	Leão	//..M̄ŌH̄L̄'	Juba	Parte pelo todo
20	Lobo	\\.\.M̄L̄'	Focinho	Parte pelo todo
21	Macaco	//<T̄ŌM̄T̄'	Movimento / ação	Ação pelo agente
22	Papagaio	.T̄M̄.L̄'	Bico	Parte pelo todo
23	Pássaro	\\.\.M̄.L̄':.\.M̄ŌL̄.L̄'	Bico + Asa	Parte pelo todo
24	Pato	\\.\.M̄.L̄'	Bico	Parte pelo todo
25	Pavão	//+M̄ŌM̄L̄'	Cauda	Parte pelo todo
26	Peixe (1)	+M̄ŌL̄'	Movimento / ação	Ação pelo agente
27	Peixe (2)	.T̄Ō.L̄':.\.M̄ŌL̄'	Movimento / ação	Ação pelo paciente
28	Periquito	.T̄M̄.L̄'	Bico	Parte pelo todo
29	Peru	\\.\.M̄L̄'	Crista	Parte pelo todo
30	Pinguim	//+M̄ŌM̄L̄'	Movimento / ação	Ação pelo agente
31	Porco (1)	+M̄ŌL̄'	Movimento / ação	Ação pelo agente
32	Porco (2)	<T̄T̄Ō.L̄'	Focinho	Parte pelo todo
33	Rato	\\.\.M̄ŌL̄'	Bigode	Parte pelo todo
34	Rinoceronte	...ĪB̄H̄L̄'	Chifre	Parte pelo todo
35	Sapo	+M̄L̄'	Movimento / ação	Ação pelo agente
36	Tartaruga	<T̄Ō.M̄ŌM̄L̄'-T̄'	Casco + Movimento / ação	Parte pelo todo + Ação pelo agente
37	Tigre	//..M̄ŌH̄L̄':.\.M̄ŌM̄L̄'	Juba + Listras	Parte pelo todo
38	Tubarão	+M̄ŌL̄'	Barbatana + Movimento / ação	Parte pelo todo + Ação pelo agente
39	Verme	..M̄ŌL̄':.\.M̄ŌM̄L̄'	Localização + Movimento / ação	Ação pelo agente
40	Zebra	..M̄H̄L̄':.\.M̄ŌM̄L̄'	Orelhas + Listras	Parte pelo todo

Quadro1: análise dos sinais segundo seu elemento icônico e seu processo metonímico

Nesses 40 sinais de espécies animais na Libras, os processos metonímicos variaram entre “parte pelo todo” e “ação pelo agente”, sendo 28 do primeiro tipo, 9 do segundo e 3 mesclaram os dois processos (tabela 1).

Processo metonímico	Quantidade
Parte pelo todo	28
Ação pelo agente	9
Combinação de parte pelo todo + ação pelo agente	3

Tabela 1: distribuição dos processos metonímicos

Dentre os processos de “parte pelo todo”, incluindo os que foram combinados ao outro processo, 23 salientaram partes da cabeça, 5 destacaram outras partes do corpo do animal e 3 combinaram partes da cabeça com outras partes do corpo.

Parte saliente	Quantidade
Cabeça	23
Outras partes do corpo	5
Cabeça + outras partes do corpo	3

Tabela 2: distribuição das partes do corpo salientadas

As 26 ocorrências de partes da cabeça estão assim distribuídas: 8 para bico/boca, 4 para orelha, 3 para antena, 2 para chifre, 2 para crista, 2 para bigode, 2 para dente, 2 para juba e 1 para língua.

Partes da cabeça	Quantidade
Bico/focinho	8
Orelha	4
Antena	3
Chifre	2
Crista	2
Bigode	2
Dente	2
Juba	2
Língua	1

Tabela 3: distribuição das partes da cabeça

Observe-se nesses dados que os animais arara, papagaio e periquito são designados pelo mesmo sinal. Isso se deve ao fato de que o elemento saliente para todos eles é o mesmo, ou seja, o formato do bico. Assim, a iconicidade os mantém indiferenciados até então. Já os nomes de espécies de insetos podem simplesmente usar o mesmo nome da classe, como na ocorrência (4), *barata*, ou podem levar o nome da classe justaposto a outro sinal que caracteriza a espécie, como na ocorrência (12), *formiga*.

No processo de “ação pelo agente”, a ação que se torna saliente, é uma ação comumente realizada pelo animal, como a do *macaco*, que é se coçar, a da *baleia*, que é esguichar água, a do *pinguim*, que é seu jeito característico de andar, a do *sapo*, que é pular e outras. Há que se chamar a atenção, no entanto, para uma ocorrência em que o animal não é o agente da ação que o caracteriza, e sim o paciente, ou seja, a ação de outro incide sobre ele: o sinal de *peixe* (27) mostra a ação de *ser pescado* e de *ser comido*. Essa ocorrência mostra não apenas a experiência visual do homem com o animal, mas a experiência interativa e dominadora do homem sobre o animal.

3. Considerações finais

Pelo fato de as línguas de sinais serem de modalidade visual, muitos de seus elementos buscam captar o aspecto físico-visual dos seres para nomeá-los. Como os animais são seres que existem no mundo comum a imagem física, parece ser natural que os usuários de línguas de sinais busquem nos animais alguma característica visual saliente para designá-los, tomando-a como representativa de todo o animal. Segundo esse estudo, as características que se mostraram mais salientes foram as suas características físicas, principalmente as de partes da cabeça, mas também aspectos visuais como os movimentos que os animais realizam foram utilizados. Tais características assumiram, nos quarenta sinais analisados, uma representação icônica Libras, seja por meio de uma configuração de mão, de um movimento, de um ponto de articulação, ou mesmo pela combinação destes elementos, os quais formam a estrutura básica de um sinal em línguas de sinais.

Referências Bibliográficas

- ALBRES, N. A & XAVIER, A. N. Libras em estudo: descrição e análise. Disponível em: feneissp.org.br/downloadensinoeaprendizagem.php. Acesso em 30 jun 2013.
- BRITO, A. N. de. *Nomes Próprios: semântica e ontologia*. Brasília: UnB, 2003.
- CAPOVILLA, F. C., RAPHAEL, W. D. *Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira, v 1 e 2*. São Paulo: USP, 2001.
- DUBOIS, J. (et ali). *Dicionário de linguística*. 8.ed. São Paulo: Cultrix, 2001.
- NEVES, M. H. M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2007.
- GIVÓN, T. Serial verbs and the mental reality of “event”: grammatical vs cognitive Packaging. In: TRAUOGOTT, E. C.; HEINE, B. (Eds). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991, p.81-127.
- GIVÓN, T. *Syntax: a function-typological Introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1990.
- LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução de M. S. Zanotto e V. Maluf. São Paulo: EDUC, 2002.
- QUADROS, R. M. de & KARNOPP, L. B. *Língua de sinais brasileira: estudoslinguísticos*. ArtMed: Porto Alegre, 2004.
- SILVA, A. S. da. A lingüística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. Disponível em: <http://www.inf.unioeste.br>. Acesso em 30 jun 2013.

NARRATIVAS SOBRE AMARO LEITE: RESGATE DE UMA HISTÓRIA

Maria Geralda de A. MOREIRA (UEG)⁸³¹
Maria Suelí de AGUIAR(UFG)⁸³²

Resumo: O presente estudo analisa o topônimo Amaro Leite, resgatando a história social contida nele para compreender a história do município de Amaro Leite e de seu povo. Nesse sentido, torna-se nosso objetivo conhecer a história de criação de Amaro Leite e sua transferência para Mara Rosa em 1963. Nosso estudo se baseia em narrativas orais e em documentos do Arquivo Histórico Estadual de Goiás.

Palavras-chave: História. Toponímia. Amaro Leite.

1. Introdução

A estrada de terra vermelha, majestosamente chamada de Federal até os anos 60, quando perde sua importância para a Belém-Brasília, algumas pontes de madeira, a mata raleada característica do cerrado, a poeira [quando mais alguém se aventura pelos sertões de Amaro Leite]. Seguindo nesse cenário, logo avistamos algumas casas. É o que sobrou do arraial do ouro. É Amaro Leite. Sentados à beira da porta, alguns moradores observam atentos a chegada dos estranhos e logo esses “estranhos” passam a fazer parte da conversa. Os moradores demonstram sentir prazer em contar causos. Relembrar as histórias é um passatempo deles. É prazeroso. Nas conversas aparecem múltiplos elementos da memória individual e coletiva que fazem parte da história do município de Amaro Leite e são usados na tessitura desta narrativa.

Ao contar os causos, os moradores se empoderam de sua capacidade de representar momentos guardados na memória, que são não só reelaborados, mas ressignificados a partir de vivências pessoais e coletivas atuais.

Embora Amaro Leite, desde o século XVIII, esteja presente nos registros sobre as “Minas dos Goyazes”, a princípio em função do ouro extraído, mas depois pelos ataques constantes dos indígenas ao arraial e às fazendas, sua vida como arraial do ouro foi efêmera, passando seus moradores logo às atividades agropastoris. A história de Amaro Leite é uma história de resistência, permanências, tanto do lugar quanto das pessoas. Nesse sentido, resgatar a história desse arraial permite explicar processos históricos que forjaram a singularidade e a identidade dessa região, bem como e compreender as inter-relações existentes entre sujeito e lugar.

O estudo do topônimo *Amaro Leite* nos levou a dar início a um resgate da história de surgimento e quase apagamento dessa cidade do norte de Goiás a partir de pesquisas no Arquivo Histórico Estadual de Goiás e de trabalhos de campo em Amaro Leite no período de 1998 a 2001 para a coleta das narrativas orais dos moradores.

Importa dizer que nosso estudo é parte do projeto “A lingüística e a história de colonização de Goiás”, que vem se desenvolvendo desde 1997 e que foi parte integrante de um projeto mais amplo, Filologia Bandeirante, coordenado pela Universidade de São Paulo. As pesquisas desenvolvidas a partir do projeto “A lingüística e a história de colonização

⁸³¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Goiás. Professora do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás - Unidade de Iporá. Residente em Aparecida de Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: maria.geralda@ueg.br.

⁸³² Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas. Professora da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás. Residente em Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: aguiarmarias@gmail.com.

de Goiás” resultaram em várias dissertações e tese defendidas.

2. Amaro Leite: um resgate a partir da história oral

Em expedição pelos sertões dos Araé, nome de um dos grupos indígenas que viviam na região, o bandeirante Amaro Leite encontrou ouro na passagem de um rio que posteriormente foi batizado de rio do Ouro. Nessa descoberta, tem origem o arraial de Amaro Leite. O surgimento do povoado é datado de 1742.

Ao analisar a documentação oficial e os registros dos viajantes sobre o arraial, percebe-se o uso, ao menos inicialmente, de outros topônimos para fazer referência ao lugar. São estes os topônimos encontrados: Descuberto, Lavrinhas, Santo Antônio dos Morrinhos e Amaro Leite dos Araé⁸³³.

A partir dos registros, o que se percebe é que o topônimo Amaro Leite foi usado desde o início, sendo que, em alguns momentos, usavam-se os outros topônimos também para se referir ao arraial, não havendo, portanto, de acordo com a documentação consultada, um período específico de uso de cada um dos topônimos.

Conforme consta nos documentos oficiais e segundo informações que permanecem na memória coletiva dos moradores do local, o topônimo *Amaro Leite* é uma homenagem ao fundador do lugar, o bandeirante Amaro Leite Moreira, que empreendeu pelos sertões de Goiás várias expedições de busca e apreensão de índios, de exploração e de reconhecimento geográfico, fundando numa dessas viagens o arraial. De acordo com Boaventura (2006, p. 7), além das expedições de Amaro Leite, várias outras que buscavam conhecer e explorar esse território, “[...] que não se sabia ainda exatamente a quem pertencia”, foram realizadas, sendo os sertões de Goiás “batizados” a partir dessas incursões. Sobre o bandeirante Amaro Leite e suas expedições encontramos apenas citações, como a de Boaventura (2006) mencionada anteriormente.

Em 1824, Cunha Mattos, em sua viagem pela Província de Goiás, registra em seu diário de viagem que o arraial de Amaro Leite possuía “[...] 36 casas de telhas e quatro de capim [...]” e uma igreja dedicada a Santo Antônio (MATTOS, 1979, p. 119). A igreja tinha três altares, porém, mesmo assim foi considerada pobre por Cunha Mattos. Amaro Leite possuía também uma Companhia de Infantaria de Pardos, uma de Ordenanças e uma escola pública. No ano de 1885, a escola de Amaro Leite possuía cinco alunos e um professor. Tendo em conta o contexto da época, a existência da escola significa muito, pois frequentá-la em pleno século XIX era um privilégio de poucos, ainda mais se levarmos em consideração a região dos sertões⁸³⁴.

Amaro Leite pertenceu, inicialmente, ao Julgado de Traíras. Em 1834⁸³⁵, o povoado foi elevado a distrito do município de Pilar de Goiás e, em 1933, passou a pertencer à jurisdição de Uruaçu, tendo sido emancipado em 1954. Todavia, a busca de autonomia para o arraial é bem anterior. Em 1834, encontramos, no jornal *Matutina Meyapontense*, uma representação que buscava esclarecimento pela não elevação do arraial a Julgado.

[...] Leo se uma representação de Jerônimo Francisco de Castilho, queixandose de ter a Camara de Pilar de Goiás mandado, que o Juiz de Paz do Curato⁸³⁶ de Amaro Leite fizesse avisar aos Officiaes, e Officiaes Inferiores para procederem a nomeação do Estado Maior, o Conselho resolveo que se respondesse ao mesmo, que a Camara de Pilar tinha procedido conforme a Lei, quando exigio a remessa das Listas por isso que o Arraial de Amaro Leite não estava elevado

⁸³³ Correio Official de Goyaz (1837-1921).

⁸³⁴ Arquivo Histórico do Estado de Goiás. Documentos avulsos. Caixa 06.

⁸³⁵ Lei Provincial n. 14, de 23 de julho de 1835.

⁸³⁶ Curato era usado para designar um povoados com as condições necessárias para se tornar uma freguesia ou um município.

a Julgado [...] ⁸³⁷.

Amaro Leite foi elevado à condição de município ⁸³⁸ em 1953, tendo sido instalado no dia 1º de janeiro de 1954. Em 1958, passou a ter sob sua jurisdição o distrito de Formoso - situado no atual extremo norte de Goiás -, o que demonstra sua importância e sua expressividade na região. Segundo Borges (2009), nesse período Amaro Leite possuía benfeitorias que favoreceram esse processo como, por exemplo, energia elétrica.

No entanto, dez anos depois, em 1963, ocorre a transferência e a alteração toponímica: o topônimo *Amaro Leite* foi substituído por *Mara Rosa*, mudando também o local físico, ficando a 5 km da antiga sede, que havia sido emancipada em 1954 ⁸³⁹.

Localizado na região do Alto Tocantins, próximo à BR-153, distante cerca de 380 km da capital Goiânia e 5 km de Mara Rosa pela Estrada Federal, o arraial Amaro Leite hoje sobrevive em função da permanência e persistência de alguns poucos moradores, totalizando 6 famílias, que, além de residirem no local, mantêm na memória a história da sua origem.

Em suas narrativas, os moradores apresentam um saudosismo em relação ao arraial antes da transferência, mantendo aspectos da história do lugar e dos sujeitos na memória coletiva, expressa através da oralidade, seja nas falas cotidianas ou intencionais (quando das entrevistas).

Os moradores remetem ao passado como algo idealizado e, portanto, melhor. O lugar apresentava, segundo falas dos moradores, uma permanência, própria de lugarejos de interior: “[...] *aqui era assim, ô, era carro, aqui tinha tanto trem* ⁸⁴⁰, *tinha pensão, tudo aqui mesmo nessa casa* [...]” ⁸⁴¹.

Atualmente o arraial possui cinco casas, porém, outrora já teve muitas como nos informa uma simpática senhora, Dona Sebastiana, moradora do lugar: “(...) *e nesse vãoção que a senhora vê, aqui nesses pé de manga tudo era casa* (...) *prá li tudo era casa* (...) *pro lado e outro* (...) *daqui até lá naquele córrego* (...) *do lado e do outro era casa. Era rua. Chamava Rua do Baú*” ⁸⁴². Essa rua era espaço de socialização, de convivência entre os moradores que gostavam de frequentar devido ao movimento.

A localidade de Amaro Leite passa por dois momentos de declínio. O primeiro alguns anos após a descoberta de ouro e o outro na década de 60 quando ocorre a transferência da sede de Amaro Leite para Mara Rosa. O complexo processo ainda hoje gera polêmica entre os habitantes dessas duas localidades e repercute de modo negativo no discurso das pessoas que não deixaram a região, como podemos perceber em falas dos moradores.

Segundo informações obtidas na região, esse processo de transferência da cidade ocorreu em função da falta e/ou do processo dificultoso de se obter água em Amaro Leite como nos relatou moradores de Mara Rosa: “[...] o problema de água era muito sério [...]”. Esse argumento não é aceito pelos moradores do arraial, pois, conforme eles, os moradores de Mara Rosa, nos finais de semana, vão a Amaro Leite para aproveitar os córregos da região. Há água em abundância, como podemos analisar na fala de uma das informantes, que, além disso, externa um sentimento de não apreciação pela “invasão” daqueles que um dia abandonaram a localidade.

⁸³⁷ Matutina Meyapontense. Ed. 597, de 15/01/1834, p. 2. ⁸ Lei Estadual n. 760, de 26 de agosto de 1953.

⁸³⁸ Lei Estadual n. 760, de 26 de agosto de 1953.

⁸³⁹ Informações disponíveis em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/mararosa.pdf>> Acesso em: 10 jan. 2013.

⁸⁴⁰ O termo trem é uma expressão regional que corresponde a coisas em geral.

⁸⁴¹ Dados coletados pela pesquisadora Maria Geralda de A. Moreira com moradores de Amaro Leite em 1998.

⁸⁴² Entrevista realizada em 1998, pela pesquisadora Maria Suéli de Aguiar com moradores de Amaro Leite.

[em Mara Rosa] *não tem um córrego, não tem nada, só essa água encanada. Agora quando é sexta, sábado e domingo, se noise quisé água aqui tem que levantá de madrugada e panhá. No correr do dia ninguém não anda não. Daqui prá lá é carro. Fica o dia interim, a água do córrego vira barro. [...] sábado ninguém vai no córrego, [...] só vai lá, só enche as vazia quando chega a enchê as derradera vazia já tem gente [...]*⁸⁴³.

Já no histórico de Mara Rosa, disponível no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística⁸⁴⁴, a transferência ocorreu “[...] devido à insalubridade na sede antiga [...]”, o que contraria o primeiro argumento, sair dali por não ter água. A existência de rios e, inclusive, de águas termais na região de Amaro Leite foi descrita por Cunha Mattos (1979) quando da sua viagem pela província de Goiás em 1824. Para os moradores de Amaro Leite, a transferência se deve a outros interesses, principalmente políticos.

De acordo com relato dos moradores, o ex-prefeito, Antônio Caldeira, após eleito, mudou-se para Mara Rosa, que, na época, possuía apenas duas casas e, ao contrário de Amaro Leite, não tinha energia a motor. Caldeira ao se mudar “[...] *arrumô lá [...]*” e aos poucos os moradores de Amaro Leite foram “[...] *mudano, mudiano e rancano as casas e a bobagem foi essa, né? [...] foi rancano as casas e carregano [...]*”⁸⁴⁵.

Nesse trecho transcrito se percebe claramente que os moradores do arraial ainda mantêm um sentimento negativo que sobrevive junto a essas famílias, que lutam para que sua história não seja apagada junto à cidade.

Embora não conste em nenhum dos relatos registrados, consideramos que a construção da rodovia BR-153 tenha também influenciado a transferência. Consideramos esse elemento importante para a compreensão do processo de transferência. Contudo, tais investigações não fazem parte das análises deste texto.

Junto à transferência da sede do município, ocorre também a alteração toponímica. A nova sede foi denominada Mara Rosa. Intencionava-se com isso a substituição da antiga sede. Isso não ocorreu em função da persistência de alguns moradores em permanecer, evitando, assim, o apagamento total de Amaro Leite, uma vez que Mara Rosa tomou a história de surgimento dessa localidade como sua, fato que consta nos registros posteriores à transferência.

A escolha do topônimo da nova sede foi uma homenagem às filhas do responsável pela mudança, as quais, segundo os informantes, chamavam Mara Rosa e Rosa Mara. Descartamos a hipótese de ser homenagem a apenas uma, pelo fato de que ambas as filhas eram muito queridas pelo pai.

O processo de alteração toponímica é intrinsecamente carregado de estruturas simbólicas, de significados, de poder, visto que não se trata apenas de alteração do topônimo, mas muito mais que isso, busca-se construir um novo legado, evidenciando claramente uma motivação político-cultural (SEEMANN, 2005). Assim, “[...] da nomeação ocorre um ‘nascimento’, uma identificação, uma singularização [...]. O que *não-era* passa então a ser” (CARVALHO, 2011, p. 2).

A partir do “batismo”, Mara Rosa passa a ser espaço especificamente definido, territorialidade construída a partir da ação humana intencionalmente empreendida, evidenciando, como ressalta Solís (1997), que o ato de nomear é intencional e faz parte das disputas de poder.

Atualmente Mara Rosa é considerada a capital brasileira do açafrão que também é chamado de curuma. Todavia, o cultivo do açafrão é anterior ao surgimento dessa

⁸⁴³ Idem.

⁸⁴⁴ Informações disponíveis em: < <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/goias/mararosa.pdf> >. Acesso em: 10 jan. 2013.

⁸⁴⁵ Entrevista realizada em 1998 por Maria Suelí de Aguiar e Geralda de Almeida Moreira.

cidade, pois foi introduzido na região pelo garimpo de ouro (BORGES, 2009). Importa dizer que, de acordo com relatos de moradores da região que participaram da construção da Federal, o açafreão foi disponibilizado aos garimpeiros pelos bandeirantes com o propósito de marcar que ali já haviam estado e, então, já havia “dono”. E ainda, segundo o senhor Miguel da Silva Almeida⁸⁴⁶, antigo morador da região, cada grupo que acompanhava os bandeirantes carregava uma planta para cultivar com o intuito de marcar o território, um para o outro, sinalizando, assim, que *este lugar já foi visitado por um bandeirante*. Essa era a marca deixada para não haver desavenças entre os grupos, afirmou esse mesmo senhor.

3. Considerações finais

Com base na documentação consultada, podemos afirmar que o topônimo *Amaro Leite* foi usado desde o início para se referir ao arraial fundado pelo bandeirante Amaro Leite Moreira. Dessa forma, esse processo de nomeação pode ser definido como honorífico, de homenagem e com o intuito de marcar o território, isto é, tomar posse de um espaço determinado.

Vale ressaltar que o ato de nomear os arraiais fundados em decorrência da descoberta de ouro pelos bandeirantes teve maior influência dos aspectos geográficos em detrimento do nome dos próprios bandeirantes. Dos 53⁸⁴⁷ arraiais que tiveram origem nesse período, cerca de 40% tiveram motivação natural para o processo de toponimização.

O processo de nomeação de Mara Rosa, assim como o de Amaro Leite, também pode ser definido como honorífico, uma vez que a cidade recebeu o nome das filhas do fundador, Antonio Caldeira.

Amaro Leite como arraial do ouro teve existência efêmera, mas a sua história é marcada por permanências significativas que possibilitaram ao arraial, em pleno século XXI, ainda contar sua história. As tramas construídas pelos moradores apresentam um misto de saudosismo e ressentimentos que envolvem a Amaro Leite de outrora e o processo de transferência da sede para Mara Rosa. Nas narrativas, o passado é interpretado, possibilitando não somente o conhecimento desse período, mas ainda a compreensão do presente, evidenciando os significados que envolvem a História do lugar e de seus sujeitos.

Referências Bibliográficas

AGÊNCIA GOIANA DE CULTURA PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA. *Matutina Meyapontense* (1830-1844). Goiânia. 1 CD ROM.

ARQUIVO Histórico Estadual de Goiás. *Manuscrito referente a Amaro Leite*. Cx. 06.

BOAVENTURA, Deusa Maria Rodrigues. Urbanização de Goiás na primeira metade do século XVIII. In: SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 9., 2006, São Paulo. *Anais...* São Paulo: [s.n.], 2006. p. 1-20. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1117/1092>>. Acesso em: 26 dez. 2012.

BORGES, Murilo Sousa. *Análise das mudanças sócio-econômicas, tecnológicas e ambientais no APL do açafreão em Mara Rosa e região - Goiás (1997 - 2009)*. 151f. Dissertação (Mestrado em Agronomia).- Escola de Agronomia, Universidade Federal de

⁸⁴⁶ Em entrevista no ano de 2004, hoje já falecido, por Maria Suelí de Aguiar.

⁸⁴⁷ Dados obtidos em Chain (1983) e Boaventura (2006).

Goiás, Goiânia, 2009.

CARVALHO, Francisco de Assis. A memória toponímica da Estrada Real e os escritos dos viajantes naturalistas dos séculos XVIII e XIX. In: SINPÓSIO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 1., 2011, Paraty. *Anais...* Paraty: [s.n.], 2011. p. 1-17.

CHAIN, Marivone Matos. *Aldeamentos indígenas: Goiás 1749-1811*. Brasília: Nobel/Pró-Memória, 1983.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA. *Correio Oficial de Goyaz (1837-1921)*. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/correio-official-de-goyaz/167487>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

MATTOS, Raymundo José da Cunha. *Chorographia histórica da província de Goyaz*. Goiânia: SUDEC, 1979.

SEEMANN, Jörn. A toponímia como construção histórico cultural: o exemplo dos municípios do estado do Ceará. *Vivência*, Fortaleza, v. 29, n. 205, p. 207-224, 2005. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/29/PDF%20para%20INTERNET_29/2_DOSI%20C3%8A_o%20espa%20A7o_parte%201/CAP%20205_JORN%20SEEMANN.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2013.

SOLÍS F., Gustavo. *La gente pasa los nombres quedan*. Introducción en la toponimia. Lima: G. Herrera Editores, 1997.

O JULGO DE PILAR: CONSIDERAÇÕES À LUZ DE UMA MEMÓRIA TOPONÍMICA

Lisa Valéria Vieira TÔRRES (UFG)⁸⁴⁸
Dr^a Maria Suelí de AGUIAR (UFG)⁸⁴⁹

Resumo: Este artigo apresenta aspectos peculiares da história de Pilar de Goiás identificados nas narrativas orais dos moradores desta região. A partir disto, explora a contribuição de estudos toponímicos que colaboraram para o resgate histórico, a identificação e a valoração da memória individual e coletiva. Uma breve análise, de acordo com a proposta de Dick (1990), foi realizada na tentativa de demonstrar a estreita relação que se estabelece entre o homem e os topos que designam o espaço que o circunscreve.

Palavras-chave: Narrativas orais. História. Memória. Toponímia.

1. Introdução

As formas de narrativas são inúmeras; presentes em todos os tempos, lugares e sociedades, entrelaçam-se aos mitos, epopeias, pinturas, cinema, conversação. Além disso, como testemunho, elas contêm informações que podem ser avaliadas sob várias maneiras em diversas áreas do conhecimento. A partir desta perspectiva, este artigo explora a utilização de narrativas orais como referências para uma construção histórica, por meio de depoimentos coletados durante um trabalho de campo iniciado em Pilar de Goiás há três anos.

Na época, pretendia-se realizar uma pesquisa explanatória com abordagens da linguística histórica a fim de registrar processos fonológicos que se apresentassem como conservadores ou inovadores produzidos pela comunidade de idosos da região.⁸⁵⁰ Nesta direção, encaminhamos as investigações por meio de gravações seguidas de análise grafofônica e transcrição fonológica. Os dados transcritos continham desde credíes até informações históricas. Para nossa surpresa, a questão interpretativa não se limitava ao fato de lidar com eventos extraordinários que não faziam parte de nossas crenças. Mais do que isso: tratava-se do desafio de lidar com estilos narrativos que pareciam não respeitar a diferença entre ficção e realidade ou entre sentido literal e metafórico e que tampouco evocavam seriedade para atribuição de credibilidade às afirmações. Por outro lado, aqueles registros apontavam uma relação entre história e memória que nos impulsionaram a rever a participação da história oral como recurso metodológico. Esta discussão atravessa várias gerações de historiadores e, atualmente, a maioria dos autores concorda que a memória não pode ser vista simplesmente como um processo parcial e limitado de lembrar fatos passados, de importância secundária para as ciências humanas. Trata-se da construção de referenciais sobre o passado e o presente de diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições e intimamente associados às mudanças culturais.

⁸⁴⁸ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – Área de Estudos Linguísticos – da Universidade Federal de Goiás, Goiânia – GO. E-mail: lisa.valeria@gmail.com.

⁸⁴⁹ Professora Doutora do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – Área de Estudos Linguísticos – da Universidade Federal de Goiás, Goiânia – GO. E-mail: aguiarmaria@gmail.com.

⁸⁵⁰ Pesquisa baseada na proposta do Projeto “A Linguística e a História da Colonização em Goiás”, coordenada pela prof. Dr^a Maria Suelí de Aguiar (PPG/UFG).

Neste artigo exploramos apenas parte desta discussão que envolve memória e história utilizando recortes da onomástica, especificamente a contribuição dos estudos da toponímia como forma de atribuir algum significado aos depoimentos de quatro informantes desta pesquisa e, assim, entender um pouco a história, particularmente da cidade de Pilar de Goiás, como também os nomes de alguns lugares pitorescos desta localidade. As perguntas que vieram à tona foram: poderá o nome de um lugar ser interpretação do imaginário, construído pela oralidade? Quais os critérios de verdade da comunidade de fala daquela região? Em que se pautavam? Apesar dos depoimentos, por sua natureza híbrida, serem ordenados por critérios de verdade distintos daqueles da racionalidade “hegemônica” (moderna), os que eram contados pelos moradores de Pilar de Goiás evocavam critérios também utilizados por essa racionalidade.

Estudar a nomeação das coisas existentes é viajar no tempo e no espaço, porque percebemos que, pelo processo de nomeação, inserem-se a sabedoria e o conhecimento das gerações que ficaram cristalizadas e eternizadas, preservando do esquecimento o instante mágico em que as coisas passaram a ser conhecidas por tal nome. Para tanto, revisitamos principalmente autores que têm pontos de vista privilegiados quando o tema de estudo desencadeia efeitos de sentido observados nas narrativas. Dentro da nomeação ocorre um “nascimento”, uma identificação. É pela palavra que esse fato se consolida e o que *não era* então passa *a ser*:

El estudio de los nombres de lugar es una de las cosas que más há desvelado la curiosidad de los eruditos e incluso la Del pueblo en general. (...) o al pueblo o la ciudad que nos há visto nacer y que amamos por encima de cualquier outra, o a la comarca, El pais o El estado donde está enmarcada nuestra vida coletiva. El hombre, que desde que tiene uso de razón se pregunta El porqué de todas las cosas que vê y que siente, no se preguntaria sobre el porqué de estos nombres que todo El mundo tiene continuamente en los lábios? (COROMINES, 2003, p. 2)

A toponímia, como disciplina de investigação, parte do pressuposto de que nomes de lugares não se estabelecem aleatoriamente ou de maneira despropositada. Quando são estudados revelam informações importantes referentes tanto à língua em uso no local pesquisado⁸⁵¹ quanto a costumes e valores dos falantes. Nas falas dos pilarenses entrevistados há marcas que demonstram acontecimentos históricos, além de influências sofridas por meio do contato com outros grupos étnicos que lá se instalaram. Como examina Dick (1998), os nomes são recortes de uma realidade vivenciada. Segundo ela, de uma forma consciente ou não, um indivíduo ou o próprio grupo assimila-os absorvendo coletivamente os valores especiais que indicam a mentalidade do tempo histórico (op. cit., 1998).

Assim, essa memória coletiva resgatada pelos informantes contribui também para memória pública⁸⁵². Neste cenário, a proposta aqui se configura em dois aspectos. Em um primeiro ponto, a análise dos dados, pela via da toponímia, permitiu-nos organizar os depoimentos para nutrir e valorizar a memória, sobretudo aquela que espelha o caráter coletivo, a identidade étnica, religiosa ou de grupo. Em outro aspecto, buscamos refletir sobre o papel das narrativas orais na memória valorizada – a que de praxe reconhecemos

⁸⁵¹ Em Pilar de Goiás observou-se tanto estados de conservação da língua quanto os de inovação, revelados por meio dos depoimentos de nove informantes, que se enquadram nos requisitos metodológicos desta pesquisa.

⁸⁵² Entendida neste estudo como o conjunto de registros simbólicos que a sociedade e o poder instituído inscrevem no espaço urbano a fim de manter viva a história comum e, ao mesmo tempo, afirmar uma identidade coletiva.

como histórica e coletiva – enquanto função de preservação de um modo de vida, além da constituição de uma imagem construída na resistência à massificação cultural que despersonaliza (própria da globalização).

Por esta via ainda é possível examinar essas narrativas – memórias toponímicas – como uma excelente maneira de conhecer e apreciar as vivências, o *modus operandi*, de Pilar de Goiás, pois elas pressupõem, de certa forma, lealdade ao passado, possibilitando a interação com o interlocutor-receptor, uma vez que a marca evidente dessa prática é a simultânea presença do narrador e do seu ouvinte. Benjamin (1986) ratifica essas considerações quando assinala que a faculdade de narrar está vinculada à oralidade e à tradição.

Ao interagir à luz desses comentários, vem à baila o depoimento de um informante desta pesquisa. Ele é um típico representante da cultura caipira⁸⁵³ e registra com propriedade a linguagem falada em Pilar de Goiás. Além disso, consagra a tendência regionalista universal no momento em que recorre a um tema peculiar da história da cidade e atinge dimensões místicas acerca do homem e de sua relação com a divindade:

(...) até a cavallhada deferençô muito. (...) mas a fulia, a fulia era, era, juntava, tinha o orfério que era o encarregado de carregá a divindade, bandera, né? Tinha o violero, que era o senhô que cantava falano na divindade e tinha os otro fulião, caxero, que troca a caixinha cumpanhano a musica, e ali formava. Chegava num novo moradô, ia saldá o moradô, né? Aí fazia a sondação, chega e traiz o senhô Divino e Nosso Pai redentô, ele desceu do céu à terra, veio visitá os nobre moradô. Aí peão canta: “de longe eu avistei, ûa amostra de alegria, tão nobre moradô, esperano a santa fulia”.

Por outro lado há nas falas transcritas marcas históricas e outras tantas que revelam a motivação de nomes de vários lugares da região, como no depoimento de outro informante:

Ah, o nome dela era mata do papuã (...) quera o capim que tinha lá, né? Chama capim papua .Aí, foi habitado pelo senhor João Pinto de Godois, que foi o portuguese que habitô lá. Foi mile setecentos e quarenta e um. Mai o primero nome era mata do papuã. (...) nome de Pilar vem de pedra. Porque a image, que têm lá em Pilar, que é a padroera de lá, ela foi encontrada em cima da lapa de oro. Em cima da pedra de oro, aí ês pegaro ela, levô pra lá pa dentu, hoje aonde é a cidade, vai daqui, vai dali, ela fugia, ês feiz ua capelinha pra ela cá, e ela fugia, ia lá pa cachoera onde ês acho ela, onde ês encontrô ela lá. Aí, teve um daqueles ambicioso, atentô de tirá a lapa de oro, mais ês já tinha, já tinha feito a image dela. (...) uai, Portugal governava issaí, aqui tudo, ó, é tanto que Pilar foi situada pelos portugueis. João Pinto de Godói. Cêis pode i lá em Pilar, tem a estauta dele lá na praça, cum bateia, pá.

A toponímia é, pois, uma área de conhecimento que atende amplas perspectivas, não se limitando à investigação apenas dos aspectos linguísticos e à categorização dos nomes. Ela direciona-se para as motivações presentes no ato de

⁸⁵³ Ver detalhes em Ribeiro (1997, p. 272). De acordo com o autor há cinco identidades culturais distintas no Brasil (Brasil crioulo, caboclo, sertanejo, sulino e caipira). Goiás caracteriza-se pela cultura caipira.

nomear. O estudo dos “motivos toponímicos” foi tema desenvolvido por Dick (1990). A autora propõe um processo de nomeação formalizando as “taxonomias toponímicas” agregadas em dois grupos fundamentais: um de natureza física ou natural; outro de natureza antropocultural, de acordo com a temática incluída. Desta forma, classificou as vinte e sete taxes toponímicas e traduziu as condutas motivadoras orientadas pela ordem física e antropocultural de suas ocorrências.

Neste artigo utilizamos a ficha classificatória concebida por Dick (op. cit.), que constitui uma análise que facilita o entendimento do topônimo e contém informações que o integram à história de Pilar de Goiás. A ficha tem dados referentes ao Quilombo de Papuã. A escolha não se deu de maneira aleatória. O lugar analisado tem a ver com a recorrência em que apareceram na fala dos informantes, agregando à memória valorizada o trabalho do colonizador e o desenraizamento das origens da população e da sua história.

O relato que organizamos para este trabalho singulariza-se pelo uso do discurso em que o real e o imaginário, o histórico e o mítico se amalgamam e contam, de modo diferente, eventos da história local. A narrativa pertence ao repertório popular de uma cidade envolvida no ciclo do ouro da região centro-oeste do Brasil, entrelaçando um grande número de imagens mentais e afetivas por meio das quais moradores interpretam a si mesmos, o seu passado e a sociedade em que vivem. De certa forma, a realidade linguística de Pilar de Goiás está perpassada pelas marcas colonizadoras dos diversos tipos de contatos culturais que aconteceram ao longo da história da ocupação territorial. Percebemos assim, dentro da memória toponímica dessa cidade, ocorrências da cultura portuguesa e indígena. Tais considerações norteiam o desenvolvimento deste trabalho.

2. Por que uma memória sob o julgo?

As narrativas orais são formas de comunicação por excelência. Como parte de uma situação comunicacional maior, elas simbolizam, representam e estetizam a realidade, assim como organizam e veiculam saberes que constituem e são constituidores da cultura a que pertencem. De acordo com Turner (1992), quando a vida falha em fazer sentido, narrativas e dramas culturais podem ter a tarefa da *poiesis*, que é de refazer o sentido cultural. Assim, as narrativas, que variam de uma cultura para outra, além de refletirem a realidade, também revelam a imperiosa sensação de ficção que habita o coração de cada homem. As funções da narração oral nas comunidades antigas incluíam, além de manter vivas as tradições e por elas garantir a união de um grupo, também constituir identidade, ligar o presente ao passado, dar sentido a experiências cotidianas, estabelecer elos com o sagrado na forma de narrativa mítica e fazer circular regras, valores e modos de compreender o mundo.

Castro (1996) alcança a proeza de descrever, informalmente, a história de Pilar sob o que ele denomina <julgado>. Julgo, do latim *judicare*, significa “declarar publicamente, decidir, apreciar”; “julgar, proferir uma sentença”. O autor conta os principais acontecimentos históricos, econômicos e administrativos daquela cidade, bem como apresenta hierarquicamente as alterações toponímicas que envolveram o nome da cidade. O que nos surpreendeu foi a retomada deste ‘panorama histórico’ na fala dos colaboradores.

Ricoeur (1995) incrementa as funções da contação de histórias com a relação entre temporalidade da experiência e a temporalidade da narrativa, incluindo a distinção entre tempo do contar e o tempo contado: “é no ato de presentificar que se distinguem o fato de ‘contar’ da coisa “contada”. Citando Muller, continua: “o que é contado é

fundamentalmente a ‘temporalidade da vida’, pois a vida, ela própria não se conta, vive-se”. (op. cit., p. 133). A atividade de contar histórias, para alguns autores, exige a análise do contexto, audiência, interpretação da experiência, interação entre atores sociais etc. Para Ricoeur, todos esses fatores serão considerados em seus “jogos com o tempo”, ou seja, realidade, experiência e interpretação são colocados e analisados em suas múltiplas temporalidades, o que nos leva para múltiplos significados, sejam eles expressos ou latentes. O autor lembra que interpretação e atribuição de significado aos eventos vividos e narrados são qualidades intrínsecas das narrativas, pois “contar já é refletir sobre os acontecimentos narrados” (RICOUER, 1995, p. 109). A mescla de experiências advindas da fala de um dos informantes deste artigo é explorada no recorte seguinte. Ele conta, sob a ótica das lembranças de infância, uma Pilar que já existiu.

(...) eu lembro de Pilar assim em fracasso, em decadência, municipi de Itapaci. Em quarenta e sete que nós mudamo praquí, era municipi de Itapaci. Essa água do chafarize, ela curria Itapaci. Essa água do chafarize, ela curria de rua abaxo e descia lá onde qué a porta do ex prefeito (...) descia no mei da rua, o carçamento era assim, então água descia no mei da rua, cada um fazia usn poçim na sua porta, lavava as mãos(...)ia fazê sete anu em outubro, minha vó me levo pra Santana, Pilar naquele tempo, as estrada era uma dificuldade, então nói morava na saída de Uruaçu, desceno pro norte, chama Passatrês, então caminhão passava na nossa porta, levava um méis pra i lá em Porto Nacional e voltá, porque era atolero, não tinha asfalto, não tinha nada. Naquele tempo não existia, Porangatu era cidade descoberta, Amaroleite acabô, tem Mara Rosa e o Pêxe, mas esses nome dessas cidade já mudô tudo. Descoberto é Porangatu (...) passava por dentro aqui, pelos Gerais, passano por tribo de índios, meu avô contava pra mim, né?

Bosi (1998) deduz que quando alguém narra aponta uma visão sobre o passado, mesmo que o contador não tenha consciência de que está criando e pense que somente conte conforme o ocorrido. Assim, as histórias são atravessadas pela ideologia e subjetivação da experiência de quem as narra. Em nosso entendimento, Castro (op. cit.) resgata esta ideia e presenteia Pilar quando convoca o testemunho de Raymundo José da Cunha Mattos⁸⁵⁴ “numa terça-feira, trinta de setembro de mil oitocentos e vinte e três, (...) dissertando sobre o sistema ortográfico, faunístico e florístico da região meridional do julgado” (op. cit., p. 45). Nele, o brigadeiro, “português de nascimento, mas goiano de coração”, descreve o que vê, sente e como percebe a região (Cunha Mattos *apud* Castro, 1996, p. 46-48).

A estrada fica por baixo do arqueducto e, passando este, encontra-se um dos mais ásperos terrenos que tenho transitado: He um tombadouro ou despenhadeiro quase a prumo que consta de vários ramos de montanhas que chegam perto do Arraial de Pilar... Em diversos lugares que hoje atravessei encontrão-se grandes edifícios demolidos que foram engenhos d’assucar, os quaes servem unicamente de testemunho da antiga opulência, e da presente

⁸⁵⁴ Em 1823 era comandante supremo das armas na Província de Goiás. Eleito deputado por duas vezes. Documentou sua passagem por terras goianas, por meio de duas obras: Chorografia Histórica da Província de Goyaz e Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás, a última, em dois volumes.

miséria dos habitantes do Distrito de Pilar. (...) Há vinte anos existião aqui 9.000 escravos: no dia de hoje a população geral do Districto anda por 3.000 almas... Vejo a maior parte da gente com más cores. (...) He para lamentar a decadência em que se acha este arraial, cujos habitantes, são tão pobres, e tem tanta falta de numerário, que se servem de fios d'algodão para fazerem as compras miúdas.(...) Na Igreja Matriz do Pilar, diz-se em todas as sextas-feiras humma Missa rezada na Capella do Senhor dos Passos; e durante Ella o povo canta vários hynnos da Paixão de Jesus Christo acompanhados de musica instrumental.

Por meio desses pequenos trechos, percebe-se que a realidade linguística brasileira está perpassada pelas marcas colonizadoras dos diversos tipos de contatos culturais que ocorreram ao longo da história da ocupação territorial de Pilar de Goiás. É assim que percebemos, dentro da memória toponímica dessa cidade, outras culturas, como citamos anteriormente. Os relatos contêm registros correspondentes às características culturais, religiosas, políticas, geográficas e econômicas desta região. Quando refizemos a análise de alguns dados para este artigo, detectamos que o processo de nomeação de Pilar sofreu muitas e variadas influências. Muitas delas proporcionam o surgimento de uma toponímia <rica> culturalmente, desde a influência do índio, o primeiro habitante, como também o colonizador português, do bandeirante desbravador e do negro escravizado, do garimpeiro ao padre, do político ao coronel.

A memória toponímica de Pilar, na visão dos informantes desta pesquisa, pode ser reconstruída pela composição de vários caminhos e olhares. Postula-se aqui que se trata de narrativa oral não ficcional. Ainda que para o ouvinte/leitor às vezes pareça evidente a presença de elementos ficcionais, os relatos não se assumem como tal, apresentando-se como um relato de fatos vividos ou testemunhados por eles. Tem-se também outro aspecto que importa: os relatos não são anônimos nem coletivos, pois quem conta é seu “autor”. Quando o fato que o originou não foi vivido ou testemunhado, é dada a referência: diz-se quem contou; ainda que a memória popular não tenha formalidades autorais, um mínimo de indicações registra a origem do relato. O lugar do acontecimento é sempre mencionado, bem como o tempo é referido e se situa na memória. Outro elemento sempre presente neste tipo de relato é a idade de quem narra o *causo*. Geralmente ela é mencionada sem que se pergunte, pois nas conversas sobre fatos passados a maioria dos informantes se situa a partir de uma data ou ano, daí infere-se a sua idade precisa ou aproximada.

O objetivo das primeiras entrevistas com os moradores de Pilar de Goiás era observar fenômenos linguísticos e, para tanto, não delimitamos previamente um tema, apenas perguntamos sobre a cidade, sua construção e história. Daí apareceu, com certa recorrência, o topônimo “Pilar de Goiás” e suas implicaturas. A primeira delas (ver ficha 1) tem a ver com o Quilombo Papuã. A memória da toponímia indígena está marcadamente presente em todo o Brasil. Lindt (1963, p. 60) argumenta: “foi a língua geral, derivada do tupi e do guarani que serviu de base principal para nomenclatura nacional. Podemos dizer que foram os bandeirantes ou os missionários; os primeiros a utilizá-los”. A respeito disto, Dick (1990, p. 120) observa que no Brasil os nomes geográficos que têm origem indígena possuem várias procedências, não se limitando somente à família linguística tupi. Ela ainda considera que referente à memória da toponímia africana (op. cit., p. 152), o número de designativos africanos deixou um legado pequeno ao português brasileiro; “cerca de trezentos termos mais ou menos, numa desproporção clara com o total de negros imigrados”. Tal fato encontra explicação na nossa própria história: o negro veio para o Brasil na condição de

trabalhador subjugado e escravizado. Nos relatos dos pilarenses entrevistados para a pesquisa isto é recorrente:

(...) a portuguesa foi na África, naquele tempo ês finacioaro, tinha cumerço de escravo, né? Comprava, ela comprô, ela era rica no Portugal, sortera, num tinha marido, num tinha ninguém, acho que nem descendente dela, foi na África, comprô cinco mil escravo. Chegô aqui, ela colocô êze, cada ua tribo de escravo, mil escravo ni cada fazenda, ês tocava roça, otos buscava sal em Porto Nacional nas costa (...) buscava em Pirinopi, cada um preto, ela punha dois nêgo na estrada daqui pá Porto Nacional di a pé. Lá ês pegava quarenta quilo de sal, naquele tempo o sal num era muído, era em pedra, forrava cum côro de cabrito, sei lá cum que forro, punha nas costas, escravo `s veis morria na estrada, a cumida deis, dizia eis (...) trelava em cima das costa, quando dava hora de durmi, descansá um poço, eles ia cumê mio igual burro”.

É dentro deste caminho que situamos nossa investigação, baseada naquela proposta citada no início deste artigo sobre *A Lingüística e a Historia da Colonização de Goiás*. Pilar de Goiás está inserida nesse trabalho e teve sua origem datada no século XIII. Sabe-se que quanto ao surgimento dos povoados e à fundação dos distritos e municípios no Centro-Oeste, as datas são ainda muito diversificadas. Porém, o alvo aqui é a pesquisa toponímica. Para tanto, faremos uma descrição histórica na tentativa de reconstruir as formas antigas de Pilar e resgatar um panorama além daquele vislumbrado pela oralidade dos colaboradores.

3. O julgado de Pilar: o que contam os registros históricos?

Sua fundação se deu devido a uma expedição do Bandeirante João Godoy Pinto da Silveira pelos anos de 1741. Neste ano era governador da província de São Paulo. Enquanto procurava por índios e negros fugidios, acabou por descobrir ouro entre os rios Crixás-Açu e das Almas, em uma mata espessa onde os quilombolas de Papuan viviam amotinados. A Mata recebeu este nome por causa de um capim amarelado que era abundante na região. Papuan estava em posição privilegiada, cercada de montanhas com a mata crescendo ao redor, exuberante e densa, a ponto de nada se enxergar sob a copada. Contudo, apesar de ser tarefa arriscadíssima adentrar-se na serrana fortificação verde, o bandeirante – que pelas descrições históricas era mais um “misto de militar e intrépido aventureiro” – fundou o Arraial de Pilar nas entranhas daquela serra. João Godoy, devoto de Nossa Senhora do Pilar, edificou então a igreja no local, recebendo o nome de Arraial de Nossa Senhora do Pilar. O esgotamento das minas de Vila Boa, Meia Ponte e Santa Luzia, em meados do século XVIII, provocou o crescimento do então Arraial de Nossa Senhora do Pilar.

Com um desenvolvimento surpreendente decorrente da imensa quantidade de ouro extraído na região, o arraial chegou a ser considerado o terceiro povoado mais populoso da região e capital interina do governo por um dia (CASTRO, 1996). Sua denominação mudou para ITACÊ, em *tupi* “pedra de recordação”, pelo Decreto Lei n.8305, de 31 de dezembro de 1943. Pelo Decreto Lei n.55, de 19 de julho de 1945, o município voltou à categoria de distrito com o antigo nome de Pilar, transferindo-se a sede para o Município de Floresta, atual Itapaci, ex-distrito de Pilar, ao qual passou a pertencer. Com a decadência das minas e pouco incentivo comercial, em 1950 Pilar estava com uma população escassa, cerca de 60 domicílios habitados por 274 pessoas

e, em 1965, aproximadamente 500 moradores na cidade. O historiador Cunha Mattos (*apud* Castro, 1996) denominou esta fase de <completa aniquilação> e responsabiliza o comendador Joaquim Alves de Oliveira, um “proeminente cidadão nativo de Pilar”, pelo ressurgimento de Pilar, devido aos seus incentivos com o comércio tropeiro e a agricultura. O município de Pilar é tombado pelo IPHAN desde 2010 como patrimônio histórico. Localiza-se na região noroeste do estado de Goiás, centro-oeste do Brasil, a 375 km de Brasília e a 250 km de Goiânia.

O resgate da memória toponímica de Pilar é essencial para se caracterizar também o espaço geográfico e histórico das regiões que fazem parte da sua demarcação enquanto arraial, vila e cidade. Certamente a toponímia é testemunha da paisagem secular desenhada ao longo destes caminhos, feitos de pedras, muros, cachoeiras, vales, montanhas e <toda a gente>. Pelo exposto, a análise toponímica reduzida proposta para este artigo torna-se mais clara.

4. Análise toponímica

Ficha 1
Topônimo: Quilombo de Papuã.
Etimologia: <u>Quilombo</u> - sm. valhacouto de escravos fugidios XVI. Palavra em origem nos termos “Kilombo” (Quimbundo) ou “ochilombo” (Umbundo). Também presente em outras línguas faladas ainda hoje por diversos povos Bantus que habitam a região de Angola, na África Ocidental. Originalmente, designava apenas um lugar de pouso (povoação) utilizado por populações nômades ou em deslocamento. Apenas posteriormente, passou a designar também as paragens e acampamentos das caravanas que faziam o comércio de escravos e outros itens cobiçados pelos colonizadores. No Brasil, o termo “quilombo” ganhou o sentido de comunidades autônomas de escravos fugitivos.
Papuã - sm. <i>Brachiara Plantaginea</i> . Nome popular: Capim-marmelada; planta da família das Poáceas, também chamada de grama-paulista e milhã branca. Segundo registros históricos, Pilar foi povoada no ano de 1741, com a descoberta das minas papuã (espécie de gramínea muito abundante na região, por negros foragidos).
Classificação toponímica: de natureza física – fitotopônimo.
Historiografia: Os primitivos habitantes de Pilar foram os índios Curuxás ou Kirixás e Canoeiros, além de escravos fugitivos da tortura e da exploração escravagista. O nome Quilombo de Papuã, ou simplesmente papuã, deu origem ao povoado; que recebeu este nome devido a presença deste capim amarelado, muito abundante na região. Sua fundação data de 1741, ano em que João Godói Pinto da Silveira descobriu as minas de ouro de papuã, ocupadas pelos negros foragidos e índios.
Relatos de colaboradores: <i>Esse nome, naquela época, era os portugueise, né? Divia de sê a orige de lá porque tem, ês aqui, têm o quilômeto, aqui perto tem o lugá lá que chama Quilômêto, é do dos...aonde tinha a turma de índio, passô o nome deisi. E por aí começo a cidade e foi construino, foi juntano gente aqui, ela foi muito grande(...)</i> Inf.1 <i>Era isso mesmo. Quilômedo têm aqui perto, tem a, o lugar que chama quilômedo da onde os escravo ficava, quera, era, era...acho que, eu num to bem certo não mais...,eu to muito esquecido, maise o quilômedo aqui acho que têm.</i> Inf.2 <i>O quilombo de Papua era o seguinte, a matinha quês foi chegano pra visitá os escravo e num pode chegá por que era hora quês tava tudo arreunido, ela teve medo de chegá e ês revoltá cum ela, ês era foragido né? Inf.3 (...)</i> <i>era um ramo, capim assim da foia larga, muito maciinhim pus animal cumê (...)</i> <i>é, essa matinha, te hoje ês fala, é pasto formado, num existe mais não, nessa estrada que vai pa Guarínu.</i> Inf.3

5. Considerações finais

Os relatos orais funcionam como alternativas para a transmissão de experiências. Em certo sentido, eles constituem um modo de pensar. Este pressuposto e o da nossa própria experiência – extremamente prazerosa – desencadearam a vontade retornar com o capricho de observar as histórias, enriquecidas de simbolismo. Os depoimentos escolhidos para esta análise, dotados de sentido e significação, constituem-se em uma forma de expressão simbólica que possibilitaram à população rural, além de transmitir seus hábitos e costumes, preservar sua identidade. O imaginário comum, difundido por meio da circulação das narrativas e registros históricos da cidade de Pilar, possibilitou o resgate da cultura local e a preservação de sua memória. Os dados coletados também nos levaram a concluir que a toponímia pilarense guarda marcas de partes de povos que habitaram parte de Minas Gerais e São Paulo e que aqui pisaram como desbravadores do *Sertão*. Pode-se destacar que existe na toponímia local um vínculo histórico marcado por etnias de origem africana, indígena e portuguesa.

Por fim, ao ouvir o encantamento das palavras dos meus informantes, maiores que sessenta anos, criamos um elo, uma intimidade com esta forma de expressar sentimento, beleza, solidão. Imaginamos que talvez seja, inconscientemente, uma forma de o narrador aproximar o ouvinte para suas histórias e dele sorver todo um ensinamento pra vida inteira. Do contador *sertanejo*, alimentamo-nos de vontade de contar tudo aquilo que está à vista de todos, mas poucos percebem e valorizam. Dele, tomamos emprestado o imaginário e a memória. De suas histórias, demos-lhes voz.

Referências Bibliográficas

BENJAMIN, W. O narrador. In: _____. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 5. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

COROMINES, J. *Scripta Nova*. Revista eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales, V.VIII, n.138,01/04/2003. UNB, Barcelona, 2003.

CASTRO, O. *O Julgado de Pilar: resgate histórico*. Brasília: Grafisa, 1996.

DICK, M. V. P. A. Os nomes como marcadores ideológicos. São Paulo, Revista Internacional de Semiótica e Linguística, V.7, 1998, p.97-122.

_____. *A motivação toponímica e a realidade Brasileira*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

LINDT, Ivan. *De Portugal ao Brasil, um pequeno estudo de Toponímia Brasileira*. Lisboa: Casa portuguesa, 1963.

RICOUER, Paul. Os jogos com o tempo. In: *Tempo e Narrativa*. Tradução Marina Appenzeller. Campinas, SP, Papyrus, 1995.

SOLIS, F.G. *La gente pása, los nombres quedam: Introducción a lá Toponímia*. (Ediciones Lengua y Sociedad). Lima: Herrera Editores, 1997.

TURNER, Victor. *The anthropology of performance*. New York: PAJ Publications, 1992.

**PANORAMA DO DITONGO DECRESCENTE [eɪ̯] SEGUIDO DE
SIBILANTES ALVEOPALATAIS NO PORTUGUÊS BRASILEIRO:
IMPLICAÇÕES SOCIOLINGÜÍSTICAS E FONOLÓGICAS**

Evilázia Ferreira MARTINS (UFMG/CAPES)⁸⁵⁵

Resumo: O objetivo deste estudo é realizar uma análise qualitativa que exponha a interação entre o estudo sociolinguístico e o estudo de cunho fonético-fonológico do ditongo⁸⁵⁶ decrescente variável no Português Brasileiro. Para isso, damos enfoque ao tratamento do ditongo [eɪ̯] antes de sibilantes alveopalatais [ʃ] e [ʒ]. Quando necessário, ampliamos este quadro para a realização do ditongo [eɪ̯] variável. Esta análise faz-se necessária, ao passo que, cada vez mais, há a interação entre as duas áreas, na busca por um lugar para a variabilidade na fonologia. O resultado deste trabalho conduziu-nos à conclusão de que a observância do recorte fonológico pela pesquisa sociolinguística, e vice-versa, é capaz de trazer avanços para ambas às áreas.

Palavras-chave: Ditongo[eɪ̯]. Sociolinguística. Fonologia

1. Introdução

Relegada à marginalidade do processo de investigação da fonologia gerativa iniciada pelo *SPE*⁸⁵⁷ (cf. CHOMSKY; HALLE, 1968), a variabilidade linguística encontrou seu lugar nos estudos de cunho sociolinguístico e quantitativo fundamentados principalmente na figura de Labov (cf. Labov, 1978). A princípio, fonologia e sociolinguística caminhavam paralelas e objetivavam cada uma, a descrição de um mesmo objeto, i.e., a língua, porém, sob recortes diferentes. Enquanto a fonologia dedicava um espaço central para as questões categóricas, a sociolinguística dedicava-se a entender quantitativamente como o contexto social imprimia suas marcas na opcionalidade linguística. Entretanto, o caminho que essas áreas vêm percorrendo nos últimos anos parece ser inverso à estratificação das duas linhas, e o que cada vez mais se observa é uma interação entre as áreas. Deste modo, a pesquisa sociolinguística quantitativa é considerada durante a formulação de propostas fonológicas. Visto isso, neste trabalho, descreveremos as principais contribuições da sociolinguística à análise formal do ditongo decrescente e as contribuições fonológicas para as análises sociolinguísticas. Além disso, quando possível, expomos os caminhos que devem ser trilhados para uma maior interação das mesmas na descrição do fenômeno.

Para guiar nossa pesquisa, estipulamos três perguntas a serem respondidas ao longo desta análise dos dados:

⁸⁵⁵ Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Brasil. E-mail: evilaziamartins@gmail.com.

⁸⁵⁶ Não se entende, aqui, que necessariamente o glide está no núcleo com a vogal, assim como sugere a definição de ditongo. Entretanto, utilizamos a denominação ‘ditongo’ ao invés de ‘sequência’ para facilitar a exposição do tema. Para nós, o glide é posicionado na coda, como apontam outros trabalhos do PB.

⁸⁵⁷ *The Sound of pattern of English.*

- a) A variação do ditongo [eɪ] antes de sibilantes alveopalatais tem ocorrência quantitativa semelhante nos dialetos, ou ela é típica em uma região, ou mais presente em determinadas regiões em detrimento de outras, podendo ser, assim, considerada uma marca particular dessas regiões?
- b) Quais são as variáveis que influenciam nesse processo e como estão distribuídas?
- c) O que as análises de interface fonético-fonológicas devem considerar sobre a variação sociolinguística e vice-versa?

Antes de responder a essas perguntas, observemos os dados:

2. O objeto de trabalho

Os ditongos decrescentes do Português Brasileiro (doravante PB) podem ser divididos em dois grupos: ditongos decrescentes categóricos e ditongos decrescentes variáveis⁸⁵⁸.

O primeiro grupo, aqui, é definido como ditongos que sempre se realizam como ditongos na língua e nunca como vogal simples. Já no segundo grupo pode haver a realização do ditongo ou da vogal simples sem prejuízo da informação semântica transmitida pela palavra. Observem abaixo. Os exemplos dados resumem-se ao ditongo [eɪ]:

1 Ditongos Categóricos

1.a) antes de obstruintes:

leito
leigo
Almeida
baicon ‘empréstimo [ˈbeɪkõ]’
ceifar
eleição [eleɪsɨõ]
seiscentos [seɪs]

1.b) em final de palavra

lei
rei

1.c) antes de soantes

Reino,
leilão

1.d) antes de vogais

meio
feio

2 Ditongos Variáveis⁸⁵⁹

2.a) antes de obstruintes

e[ɪ]o ~ e[ʃ]o
be[ɪ]o ~ be[ʒ]o
manteiga ~ mantega
prefeito ~ pref[et]o

2.b) sem ocorrência em final de palavra

2.c) antes de soantes

treinar ~ trenar (e flexões)
queimar ~ quemar (e flexões)

2.d) antes de vogais

meia ~ mea
feia ~ fea

⁸⁵⁸ Para Bisol (1989) o primeiro grupo é formado por ditongos verdadeiros ou pesados e o segundo, por ditongos falsos ou leves.

⁸⁵⁹ Os ditongos orais (como em ‘tres ~ treis’) e nasais formados pela inserção de glides não são representados aqui.

O quadro acima é resultado de nossos dados e de dados coletados nas análises de Araújo (1999), Farias (2008), Haupt (2011), Silva (1997) e Toledo (2011). Processos eventuais não o constituem. Passemos abaixo à análise desse quadro.

3. Análise da variação do ditongo [ei]

3.1. O item lexical ‘manteiga’

Podemos observar nos dados acima que antes de obstruintes, o ditongo variável [ei] é sensível às sibilantes alveopalatais, independente de seu vozeamento. Quanto à vogal velar vozeada, deparamo-nos com um problema: há dados variáveis e categóricos neste contexto.

De acordo com as leituras realizadas, e também com o nosso falar (norte-mineiro), o ditongo variável neste contexto é exclusivo do item lexical ‘manteiga’ e de palavras a ele relacionadas como, por exemplo, ‘amanteigado’. Interessante observar que sua ocorrência como vogal simples não é específica de uma região. Ela foi observada no corpus coletado em vários estados brasileiros e em quase todas as regiões:

- Pará, na região norte do país (17/25 68% em FARIAS, 2008);
- Maranhão, na região nordeste (10/17 59% em ARAÚJO, 1999);
- Paraná, na região sul (cf. BARROS, PACKER E COSTA, 1987 *apud* RIBEIRO, 1990 e AMARAL, 2005);
- Rio de Janeiro, na região sudeste (cf. 89% em PAIVA, 1996 *apud* LOPES, 2002, p. 24).

Concluimos, assim, que a variabilidade está condicionada ao item lexical (já que não ocorre em outras palavras como ‘meigo’, ‘meiguice’ e ‘leigo’); a variação ocorre em todas as regiões do PB, não sendo restrita a uma região ou dialeto. Além disso, os dados acima, previamente apontam para o favorecimento da vogal simples ao invés da realização plena do ditongo. Entretanto, é preciso coletar dados quantitativos das demais regiões para uma avaliação mais precisa quanto à realização quantitativa deste item lexical.

3.2. Ditongo variável antes de nasais

Antes de nasais os ditongos, em geral, são categóricos: ‘fauna’, ‘eunuco’, ‘aumento’⁸⁶⁰.

Entretanto, após o ditongo [eɪ], deparamo-nos com duas possibilidades: a manutenção categórica do ditongo em itens lexicais como ‘reino’ e a variante vogal simples aparece nos itens lexicais ‘treinar’, ‘queimar’ e em suas flexões. O mesmo também ocorre no falar norte-mineiro na palavra ‘teimar’ e flexões, apesar de não ter aparecido (ou considerado categórico) nos dados das demais regiões (cf. também PAIVA, 1996, *apud* LOPES, 2002).

Assim, constatou-se a ocorrência da vogal simples em dialetos de várias regiões do PB:

⁸⁶⁰ Em conversa com uma falante da região metropolitana de Belo Horizonte, a mesma disse-me ser possível a forma [ãdãmi] para ‘andaime’ [ãdãĩmi]. Esse dado não será tratado em nossa discussão.

- No Maranhão, na região nordeste, houve vogal simples em 7/31 (35%) referentes ao item lexical ‘treinar’, entretanto houve a realização categoria em ‘queimar’ (8 ocorrências) (ARAÚJO, 1999).
- Mota (1986) *apud* Araújo (1999), em dados coletados em Sergipe, região nordeste, aponta variação no item ‘queimar’.
- No Rio de Janeiro, região sudeste, Silva (1997) afirma a monotongação em labiais com peso de (.98) é devido aos itens lexicais ‘reimoso’ e ‘queimar’. Ela também afirma a ocorrência de uma vogal simples antes de nasal alveolar em ‘treinamento’(1 ocorrência).
- Em Florianópolis, região sul, a palavra ‘treinamento’ foi realizada como vogal simples em 2/3 e ‘queimar’, ‘queimadura’ e ‘queimado’ em 16/21 (76%) (HAUPT, 2011).

Apenas a pesquisa realizada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, região sul, realizada por Toledo (2011) constatou realização categórica do ditongo (0/90).

Novamente, os dados acima mostram que a variação do ditongo antes de consoantes nasais não está limitada a uma pequena região do país, ou dialeto, ocorrendo, assim, pelo menos em três regiões: nordeste, sudeste e sul. Constatamos que mais pesquisas sobre o fenômeno são necessárias para verificar se há a possibilidade de estar ocorrendo uma mudança por difusão lexical e quais são os itens lexicais atingidos.

3.3. Ditongo variável antes de vogal [a]

A variabilidade do ditongo antes de vogal [a], segundo a fonologia (cf. MARTINS, 2011; MATEUS, 1982) está relacionada ao acento. Quando a primeira vogal da sequência [ea] é tônica, um glide é inserido para desfazer o hiato (a vogal tônica faz emergir um glide em ‘Co'reia’, mas quando ela se torna átona, o mesmo não ocorre. Cf. ‘core'ano’). Não entraremos em detalhes aqui, pois extrapolaria os objetivos do texto. A explicação acima se faz necessária para a manutenção da discussão que realizaremos.

Ainda sobre o apagamento antes de vogal, observamos que o mesmo tem ocorrência variada nos dialetos. Há preferência pelo ditongo nos dados coletados por Farias (2008) no Pará, região norte. A monotongação ocorre somente em 2% (.02) dos dados. Também em Silva (1997), no falar fluminense, houve a preferência pelo ditongo. A ocorrência da monotongação neste caso tem peso de (.01). Entretanto, nos dados do Maranhão, região nordeste, a tendência é em direção à ausência do glide, que ocorre em 34/48 (71% (.61)) em Araújo (1999).

3.4. A variação do ditongo [ei] antes de sibilantes alveopalatais

Foi a partir das reflexões realizadas sobre a variabilidade do ditongo [ei] antes de sibilantes alveopalatais [ʃ, ʒ] que brotou em nós a curiosidade de entender como as pesquisas sociolinguísticas poderiam auxiliar no entendimento do fenômeno sob o ponto de vista fonológico. Para compreender melhor a análise que aqui visamos realizar, fez-se necessário observar a variação do ditongo com relação a outros segmentos que estão a sua direita, assim como ilustramos na discussão anterior. Neste ponto de nosso texto, retornamos a seguinte pergunta:

- a) A variação do ditongo [eɪ] antes de sibilantes alveopalatais tem ocorrência quantitativa semelhante nos dialetos, ou ela é típica em uma região, ou mais presente em determinadas regiões em detrimento de outras, podendo ser, assim, considerada uma marca particular dessas regiões?

Conforme os dados coletados em pesquisas, principalmente de cunho sociolinguísticos, pudemos obter o seguinte panorama da variação antes de [ʃ] e [ʒ]:

Tabela 1: Ocorrência de monotongação antes de [ʃ] e [ʒ] no PB

Estudos	Região	Estado Cidade	Total de Ocorrências		Ocorrências do Monotongo		Peso Relativo ⁸⁶¹	
			ʃ	ʒ	ʃ	ʒ	ʃ	ʒ
Araújo (1999)	Nordeste	Maranhão Caxias	105	59	62 – 59%	23 – 39%	(.46)	(.18)
Silva (2004) <i>apud</i> Carvalho (2007)	Nordeste	Paraíba João Pessoa					(0.93)	(0.69).
Lopes (2002)	Norte	Pará Altamira	209		198 – 96%		(0.64)	
Farias (2008)	Norte	Pará Várias	70	58	36 - 51%	27 – 47%	(.47)	(.42)
Silva	Sudeste	RJ RJ	1.130		1.228 – 92% (1 ocorrência de 'feijão')		(.98) (.19)	
Toledo (2011)	Sul	R. G. do Sul Porto Alegre	172		89 – 51%			
Cabreira (1996)	Sul	RS, PR, SC Poa, Cur., Fl	81	13	81 – 100%	12 – 92%		
Bisol (1994)	Sul	R. G. do Sul Poa	158		120 – 76%		(.89)	

Podemos observar que o ditongo [eɪ] antes de sibilante alveopalatal não vozeada [ʃ] é mais recorrente na língua em comparação com sua ocorrência antes de alveopalatal vozeada [ʒ]. Em todos os dados acima, também é maior a porcentagem de monotongação antes do segmento não vozeado em comparação com o segmento vozeado. Também em todos os casos observamos que antes de [ʃ] há a tendência maior para a realização da forma monotongada em relação ao ditongo (realização acima de 50%). Já para o segmento vozeado [ʒ], a tendência é a realização do ditongo (realização menor que 50%), exceto nos dados de Cabreira (1996) que ambos tendem à realização do monotongo.

Nos dados de Farias (2008), referentes às cidades de Belém, Bragança, Soure e Jacareacanga, destacamos o equilíbrio entre realização e manutenção do processo (com valores em torno de 50%) e destacamos também valores semelhantes tanto antes de segmento vozeado quanto antes de não vozeado. Ainda chamam à atenção os seus dados em relação aos dados da cidade de Altamira, em Lopes (2002): diferentemente

⁸⁶¹ “O peso relativo de um fator é um valor calculado pelo Varbrul (com base em um conjunto de dados) que indica o efeito deste fator sobre o uso da variante investigada neste conjunto” (GUY; ZILLES, 2007, P.239). Mantivemo-lo, quando possível, para que o leitor tenha acesso à importância do fenômeno na pesquisa da monotongação de uma determinada região.

dos dados de Farias (2008), nesta cidade, o fenômeno pode se dizer implementado, entretanto, não sabemos qual a participação do segmento vozeado e do não vozeado, pois eles formaram o mesmo fator.

Outro fenômeno bastante restrito também apaga glides antes de segmentos alveopalatais (neste caso, antes de africadas). Farias (2008) faz referência ao apagamento de glide na palavra ‘leite’ somente quando esta faz parte da expressão ‘ama de leite’. Já Mota (1986) *apud* Araújo (1999) sobre a fala de Ribeirópolis, Sergipe (nordeste) afirma que há variação antes de africada [tʃ] nas palavras ‘estreito’ e ‘feito’ e o uso apenas da vogal simples em ‘deitada, prefeito, rejeito, etc. A ocorrência deste processo também foi atestada de oititiva em dois falantes de Francisco Sá no norte de Minas.

Podemos concluir que mesmo que o fenômeno de monotongação ocorra antes de segmentos vozeados e não vozeados, ele é sensível ao traço. Isso pode ser observado na frequência do fenômeno nos dados da língua. Mesmo que as pesquisas sociolinguísticas não considerem a frequência dos itens lexicais como uma variável independente, parece-nos importante, naquelas que observam o contexto seguinte, que elas considerem os dois segmentos como fatores diferentes dessa variável, pois, deste modo, poderá identificar corretamente qual o status da monotongação antes do segmento vozeado em determinada região: se ele tenderá à manutenção do ditongo, como é a hipótese definida através dos dados acima, ou se ele já mostra uma tendência à realização do monotongação, assim como o segmento [ʃ].

3.5. A monotongação antes de tepe [r]

Diferente da monotongação diante de alveopalatais, que de região para região pode ter índices bastante diferentes, o processo de monotongação de ditongo antes de tepe tem resultados bastante homogêneos no país. Todas as pesquisas apontam para o favorecimento da realização da vogal simples e os dados indicam o estágio avançado de implementação do fenômeno.

Tabela 2: Ocorrência de Tepe no PB

Região/Estudos	Realização do Tepe
Norte – Pará (FARIAS, 2008)	416/506 – 82% (.79)
Nordeste – Maranhão (ARAÚJO, 1999):	479/541 – 89% (.85)
Sudeste – RJ (SILVA)	98% (.94)
Sul – St. Catarina (HAUPT, 2011)	1.185/1.205 - 98%
Sul – R.G. do Sul (TOLEDO, 2011)	572/594 – 96% (.57)
Sul - RS, PR, SC (CABREIRA, 1996)	385/394 – 98%
Sul - R.G. do Sul (BISOL, 1994)	310/385 – 81% (.89)

Com base no que vimos acima, ao pensarmos o processo de monotongação em relação à variável independente ‘contexto seguinte’ podemos afirmar que os

segmentos têm participações quantitativas diferentes e que isso deve ser levado em conta durante a análise dos demais dados linguísticos e sociolinguísticos, o que nos remete ao papel fonológico no processo. Deste modo, por mais que a frequência e o item lexical sejam fatores de peso para o fenômeno, também devemos considerar a qualidade do contexto seguinte, isto é, devemos também fazer a pergunta: porque determinado contexto, com tal estrutura fonológica favorece o processo enquanto outros não? Essa pergunta é importante e, como notamos, ela é, muitas vezes, pouco discutida durante o processo de composição da variável independente ‘contexto seguinte’. Isso ficará evidente durante a discussão que realizaremos à frente sobre a interface entre os estudos fonológicos e os estudos sociolinguísticos. Neste momento, intentamos responder a pergunta 2 elaborada no início deste texto.

4. As variáveis sociolinguísticas

4.1. As variáveis linguísticas

No início do texto, formulamos a seguinte pergunta:

- b) Quais são as variáveis que influenciam nesses processos e como estão distribuídas?

A obtenção da resposta foi um emaranhado de resultados que convergiam em alguns pontos, mas que, em outros, pareciam não evidenciar o que realmente afeta a ocorrência da monotongação.

Os estudos sociolinguísticos, em geral, consideram neste processo, as variáveis linguísticas: segmento seguinte (a discussão foi apresentada acima), extensão da palavra, classe de palavra, posição na palavra e sílaba tônica.

A variável *Extensão de palavra* foi selecionada nos estudos de Farias (2008), e Haupt (2011), mas não em Araújo (1999) e Silva (1997). Nos dialetos que selecionaram a variável, o fator apontado como condicionante do processo era a palavra polissílaba ou trissílaba, isto é, palavras maiores condicionam mais a monotongação. Mas será que todos os segmentos seguintes são afetados pela *extensão da palavra*? Voltaremos a essa questão mais adiante.

Com relação à *Classe de palavra* a mesma foi selecionada nos estudos de Farias (2008) e Toledo (2011). Em Araújo (1999) ela não foi selecionada. Os estudos nos quais esta variável foi selecionada, a classe dos nomes foi a que fortemente proporcionou a monotongação, enquanto que os verbos fortemente favoreceram o ditongo. Novamente aqui perguntamos se todos os segmentos seguintes influenciam igualmente o processo.

A variável *Posição na palavra* questiona se a monotongação encontra-se no início, meio ou fim de vocábulo ou no radical (que assemelha as posições início e meio) ou sufixo (que equiparamos aqui à posição final). Nos estudos de Araújo (1999) e Silva (1999)⁸⁶², esta variável não foi selecionada. Já em Cabreira (1996), o fator selecionado foi o radical. Em Farias (2008), o fator selecionado foi a posição medial (74%), já em Haupt (2011) foi o fator ‘início e meio’ (60,6%, 1.606/2.652). Em Toledo (2011) houve 354/916 de monotongação no radical e 313/875 em sufixos. Aqui o autor faz o cruzamento dos dados obtidos nessa variável e a variável contexto seguinte. O resultado obtido foi o de que toda monotongação sufixal era devido ao contexto seguinte tepe[r]. Isso mostra que os fatores da variável *contexto seguinte*

⁸⁶² Em seu estudo, a monotongação foi de 80% (881/1076) somente no sufixo –eiro.

influenciam diferentemente a variável posição de palavra⁸⁶³. Esse cruzamento permite aos demais pesquisadores, verificar a atuação exata do segmento nesta variável.

Por fim, o fator sílaba tônica foi o favorecedor da monotongação quando a variável *Tonicidade silábica* foi selecionada, como observamos nos estudos de: Araújo (1999) (524/631 83% (.71) em sílaba tônica e 91/170 (.54) em átona) e Toledo (636/1235 em tônicas e 31/156 em átonas). Em Haupt (2011) e Silva (1997) o fator não foi selecionado.

Por fim, concluímos que as *variáveis, extensão da palavra, posição na palavra, tonicidade silábica* influenciam o processo, entretanto, não podemos dizer quais segmentos seguintes são influenciados pelas demais variáveis linguísticas.

4.2. As variáveis sociais

As variáveis sociais elegidas para o processo são: *gênero, faixa etária, escolaridade, registro, classe social e localidade*. Nem todos os estudos consideram todas essas variáveis, o que dificulta uma comparação entre os trabalhos. Com relação a esse grupo de variáveis, também encontramos convergências e divergências.

Para iniciar, a variável *gênero* somente foi relevante para o processo nos estudos de Cabreira (1996) e desconsiderada em Araújo (1999) e Toledo (2011). Já o fator *faixa etária* não influenciou os resultados em Farias (2008) e Toledo (2011) e os trabalhos no qual ele foi selecionado não houve concordância. Em Silva (1997), os mais velhos monotongam mais, em Araújo (2008) são os mais jovens. Já com relação à escolaridade, em Cabreira (1996), Silva (1997) e Farias (2008), os menos escolarizados realizam mais o processo.

Quanto às variáveis sociolinguísticas, entendemos que as variáveis *idade e escolaridade* são importantes para o processo e também devem ser cruzadas com a variável *segmento seguinte* para que saibamos a relação entre essa variável linguísticas e as sociais elencadas acima.

Com relação à interface entre variáveis sociolinguísticas e a monotongação de [ei], fizemos várias leituras. Somente parte delas foi discutida neste texto (por questões de espaço e objeto). As divergências são mais amplas que as apresentadas aqui. Portanto, para que se definam bem as variáveis que influenciam o processo, chegamos à conclusão de que mais estudos são necessários e que estes estudos devem cruzar os dados com a variável ‘contexto seguinte’.

5. A necessidade de Classes Naturais

Durante a leitura dos trabalhos sociolinguísticos da variação do ditongo [ei] e com base nos conhecimentos linguísticos que apresentamos até o momento, percebemos que há uma desconexão entre a categorização dos fatores que compõem a variável independente ‘contexto seguinte’ e as teorias fonológicas. Os estudos sociolinguísticos tendem, muitas vezes, a construir esses fatores baseados nos pontos de articulação (labiais, alveolares, velares, etc), ou no modo de articulação (fricativas, oclusivas, nasais, etc), assim como proposto pela fonética. Entretanto, esse tipo de categorização é problemático. Citamos abaixo um exemplo. Se elencarmos as categorias de fatores: bilabial, alveolar, palatal, vogal e pausa (assim como é feito inicialmente por Lopes, 2002), corremos o risco de categorizarmos o contexto nasal

⁸⁶³ Esse cruzamento de dados é importante para estabelecer, por exemplo, uma análise fonológica na OT. Neste caso, uma restrição de marcação posicional poderia atuar para o apagamento do glide coronal quando este estiver localizado no sufixo.

alveolar ('treino') e nasal bilabial ('queimar') como fatores separados, o que não expressa a motivação fonológica do processo (isto é, nasais são gatilho para a monotongação).

Deste o *SPE* (1968), que a fonologia utiliza os traços distintivos como unidade mínima para a descrição de seus processos, o que capta uma propriedade importante para os processos fonológicos: a formação das classes naturais. Conforme Matzenauer (2001), "dois segmentos constituem uma *classe natural* quando é necessário, para especificar a classe, um número de traços menor do que o número necessário para caracterizar cada membro da classe isoladamente". Assim, [ʃ] e [ʒ] formam uma classe natural porque compartilham os mesmos valores para os traços distintivos, exceto um: vozeamento.

Com base nos traços distintivos, podemos construir duas hipóteses para o processo de monotongação no PB⁸⁶⁴: uma que foi iniciada pela variação antes de tepe e que agora já atinge os segmentos nasais. Deste modo, o gatilho para o processo são os segmentos que constituem a classe natural das soantes, que é formada por nasais, líquidas (laterais e tepe), vogais e glides.

Já para o segundo processo, o gatilho é os segmentos alveopalatais [ʃ] e [ʒ]. A ampliação deste processo em alguns falantes também desencadeia a monotongação do ditongo antes de africadas. Neste caso, o glide desencadeia a formação do segmento africado por assimilação e posteriormente é apagado por dissimilação, resultando em exemplos como 'peito' [petʃu] (cf. [peʃtu]) e 'prefeitura' [prefetʃura] ~[prefetura]⁸⁶⁵.

Tanto no processo que atinge às soantes, quanto no que atinge as alveopalatais, a frequência dos itens é relevante. O que explica, por exemplo, a ausência do processo antes de segmentos laterais ('Leila' [leɪla] e 'leilão' e flexões [leɪlãõ]), já que esta sequência tem baixa produtividade na língua e o número maior de monotongação antes de [ʃ] em comparação com [ʒ], como já explicitamos acima.

Por fim, concluímos que os conceitos fonológicos de traço distintivo e classe natural, se incorporados à construção dos fatores da variável independente 'contexto seguinte', permitirá um melhor entendimento dos segmentos/classes atingidos e possibilitará maior contribuição entre as duas áreas do conhecimento.

6. A análise fonológica da monotongação de [ei] seguidas de sibilante e de tepe.

Neste tópico, primeiramente, apresentamos as análises fonológicas para o fenômeno e suas vantagens e desvantagens. A argumentação também será fundamentada nos dados sociolinguísticos supracitados. Esta revisão é necessária para que sejamos capazes de responder a terceira pergunta elencada no início deste texto, que reproduzimos abaixo:

- c) O que as análises de interface fonético-fonológicas devem considerar sobre os resultados sociolinguísticos do fenômeno?

Aqui também devemos considerar a relação contrária, isto é, questionarmos quais informações fonológicas são importantes para o recorte sociolinguístico do fenômeno (debate já iniciado quando tratamos da necessidade de classes naturais). Como veremos no final deste trabalho, a troca de informações é benéfica para ambas às áreas.

⁸⁶⁴ O processo antes de vogal [a] não é contabilizado aqui por que depende principalmente do acento.

⁸⁶⁵ Em Francisco Sá, norte de Minas Gerais, essas formas foram detectadas de oititiva na fala de um homem de 86 anos e de sua filha, na faixa dos 40 anos. Nos demais falantes elas não são encontradas.

6.1. Variação do ditongo por assimilação de traços⁸⁶⁶

Duas propostas de assimilação de traços são elaboradas por Bisol para análise da variação do ditongo por assimilação. A primeira é de 1989 e apresenta motivações diferentes para a monotongação antes de alveopalatais e antes de tepe. Já a segunda é formada por trabalhos desenvolvidos em 1994 (para as alveopalatais) e 2009 (para otepe) e apresentam uma única justificativa para variação nestes contextos.

6.1.1. Assimilação não unificada para Palatais e Tepe (BISOL, 1989)

6.1.1.1. Palatais:

Nesta proposta, o glide surge a partir do traço [-alto] compartilhado pela vogal [e] e pela consoante [ʃ] ou [ʒ] consecutiva. Deste modo, o traço da consoante espraia para a vogal e o glide é formado. Assim, ele não faz parte da representação fonológica, sendo inserido por um processo meramente fonético, como demonstrado a seguir.

Figura 1:

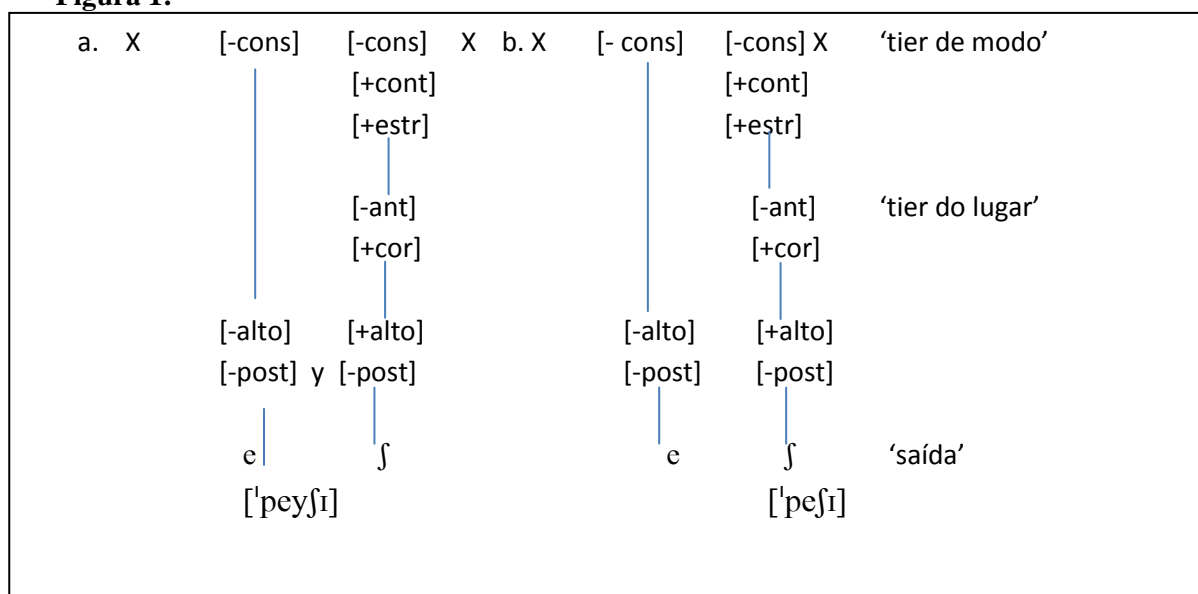


Figura 1: Espraçamento por assimilação (BISOL, 1989, p.191)

A análise do ditongo por assimilação, descrita acima, apresenta alguns problemas. Primeiro, há a assimilação de um traço negativo, e segundo, nem todas as palavras parecem constituir contexto para a inserção do glide, isto é, a realização da vogal simples tende a ser categórica e não variável. Citamos, por exemplo, palavras como 'veja' *[veɣʒa], 'bocejo' *[boceɣʒo], 'mexa' *[meɣʒa].

Neste ponto não estamos afirmando a ausência total de variação com o ditongo nestes exemplos, entretanto, como podemos concluir dos dados apresentados anteriormente, ao contrário da monotongação que é presente em quase todas as regiões do país, esses dados com ditongo, se ocorrentes, parecem ser isolados,

⁸⁶⁶ A teoria fonologia utilizada para descrever o fenômeno foi a Geometria de Traços. (Cf. Clements, Hume; 1995).

atribuídos à hipercorreção, isto é, possivelmente resultados quando o ditongo é avaliado como uma variante de prestígio.

Após observarmos este conjunto de dados, verificamos que são necessários mais estudos sociolinguísticos que analisem os dados categóricos e os dados gerados por hipercorreção. Também deve ser considerado o item lexical, pois, diferentemente das palavras ‘veja’ e ‘mexa’, nas quais um ditongo parece ser impossível, palavras como ‘bandeja’ e ‘caranguejo’ possibilitam, na hipercorreção, a inserção do glide e produção do ditongo.

6.1.1.2. Análise do Tepe – 2 possibilidades (BISOL, 1989)

Nesta proposta, a formação do ditongo antes de tepe pode ter duas explicações possíveis. No primeiro caso, por metátese e no segundo devido à escala de sonoridade. No primeiro caso, a vogal alta do sufixo –aria sofre metátese e se desloca para a sílaba à sua esquerda, formando um glide. Entretanto, se a associação com a primeira rima não correr, o glide torna-se um segmento flutuante e é apagado, resultando na forma /-ero/. Vejam abaixo:

Figura 2:

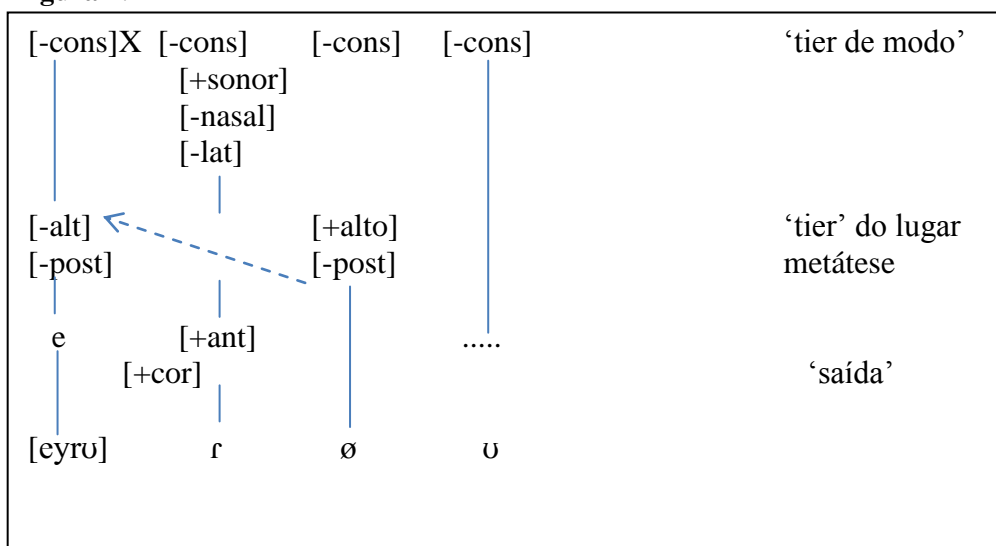


Figura 2 – Apagamento de glide por metátese (BISOL, 1989)

Na segunda explicação, o glide se forma devido à escala de sonoridade. Nesta escala, líquidas são a categoria mais próxima das vogais. Por isso, segundo a autora, duas sílabas vizinhas que estão separadas por um único valor na escala de sonoridade (neste caso, líquida e vogal [e]) podem ser ligadas por meio do preenchimento desse vazio, fazendo-se presente o glide [ɹ].

Ao propor diferentes motivações para a variação do ditongo, o estudo de Bisol (1989) reflete o que os dados sociolinguísticos nos mostram anteriormente: as diversas motivações fonológicas que deflagram o processo de monotongação (tepe e alveopalatais) são perceptíveis por meio do comportamento quantitativo diferente. Esses valores refletem estágios diferentes para a monotongação antes de tepe e antes de alveopalatais no sistema linguístico atual, sendo o tepe um forte influenciador da realização da vogal simples, enquanto que as alveopalatais dependerão do segmento

não vozeado e da localidade do processo. Deste modo, fatores sociais e linguísticos provavelmente influenciam os processos de maneira distinta e isso deve ser observado nas pesquisas de cunho sociolinguístico.

Figura 3

e	(y)	r	u	
-	+	-	-	silábico
+	+	-	+	vocóide
+	+	+	+	aproximante
+	+	+	+	sonorante

Bisol (1994) – Análise das Palatais – Unificada com o tepe.

6.1.1.3. *Assimilação unificada para Palatais e Tepe (BISOL, 1994 e 2009)*

Nesta análise o processo de formação do ditongo [eɪ] por assimilação dá-se devido ao espraiamento do nó vocálico-típico das vogais – que também está presente nas alveopalatais. Vejam a representação do segmento na figura 4a e do processo em 4b abaixo.

Figura 4:

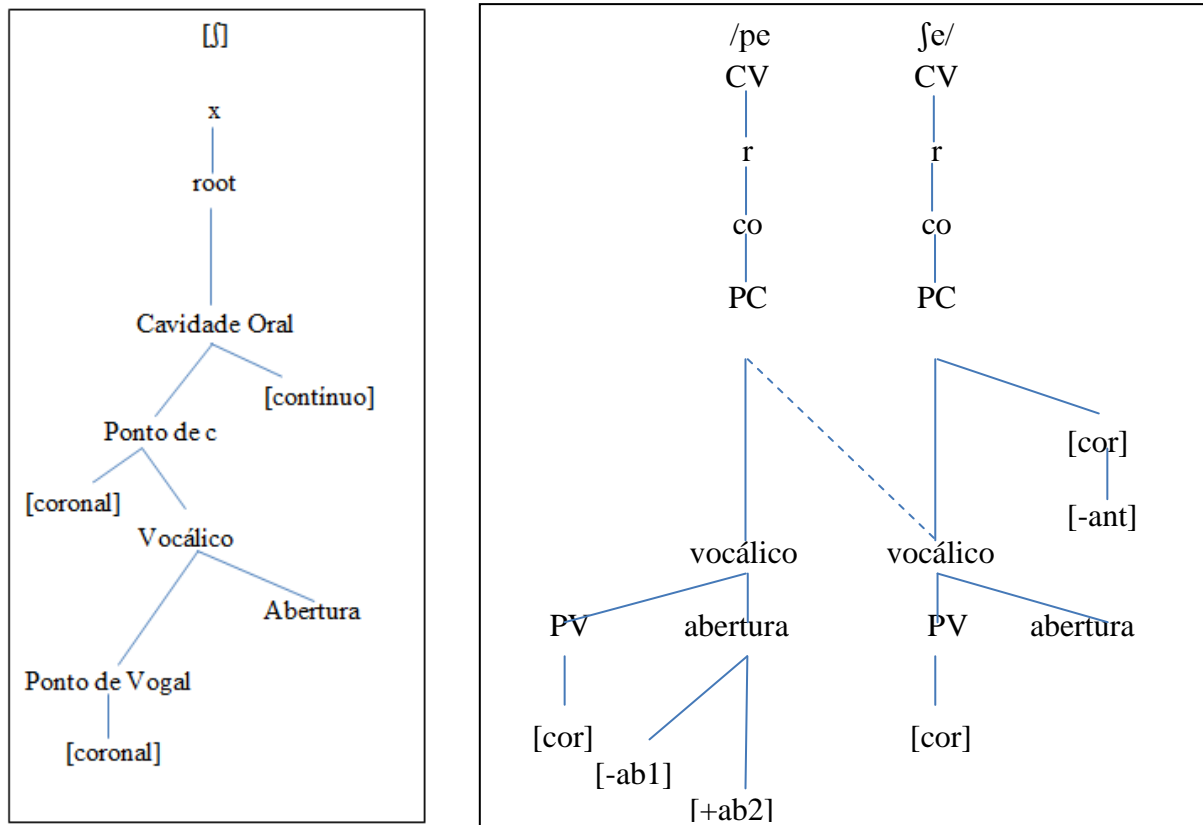


Figura 4: Bisol (1994) – Análise das Palatais – Espraiamento e epêntese

Em apresentação no II Sis-Vogais⁸⁶⁷, realizado em 2009, a autora expande a proposta de 1994 para o tepe (cf. Bisol 2009). Assim, também antes deste segmento, o glide é inserido a partir do espriamento do nó vocálico existente nele. Vejam abaixo:

Figura 5:

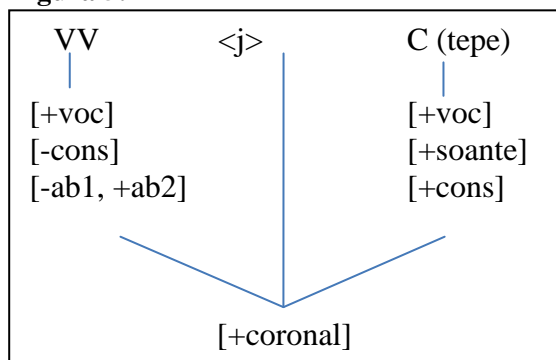


Figura 5: Bisol (2009) – Estrutura do ditongo flutuante diante de Tepe

Entretanto, a análise unificada da formação do ditongo por assimilação apresenta problemas. Primeiro, porque o tepe e as alveopalatais são segmentos que formam classes naturais diferentes. Desde modo, como ambos possuem um ponto vocálico? Além disso, adicionar um nó vocálico a estes segmentos parece ser uma solução complicada, pois surgem em nós questões em relação à explicação teórica e sobre o processo de monotongação, como, por exemplo: devemostambém acrescentar um nó vocálico a outras consoantes para explicarmos a variação do ditongo antes de nasais e da consoante [g]? Porque o ditongo é variável antes da vogal [a], mas não antes de outras vogais se todas possuem o traço [+ vocálico]?

Por fim, uma análise unificada do fenômeno compromete também o reflexo dos dados sociolinguísticos: pois a análise quantitativa dotepe é uniforme em todas as regiões do país, enquanto que a ocorrência das consoantes alveopalatais não. Se ambos formam o ditongo por assimilação do nó vocálico, isto é, da mesma maneira, porque os segmentos refletem padrões de monotongação diferentes na língua? Parece-nos mais adequada, neste caso, a proposta não unificada apresentada em 1989.⁸⁶⁸

6.2. Variação do ditongo [ei] por dissimilação (MARTINS, 2011)

Em nossa análise (cf. MARTINS, 2011), o processo variável do ditongo [e̞i] é visto como um processo de dissimilação. Nela, o glide apresenta uma estrutura segmental semelhante à apresentada pela consoante alveopalatal, por isso, ele é apagado. Esse processo é regido pelo Princípio do Contorno Obrigatório (OCP), isto é, dois sons iguais ou parecidos quando muito próximos em uma sequência sonora são evitados. Essa proposta evidência o processo quantitativo, no qual o ditongo vem sendo substituído pela variante inovadora que é a vogal simples.

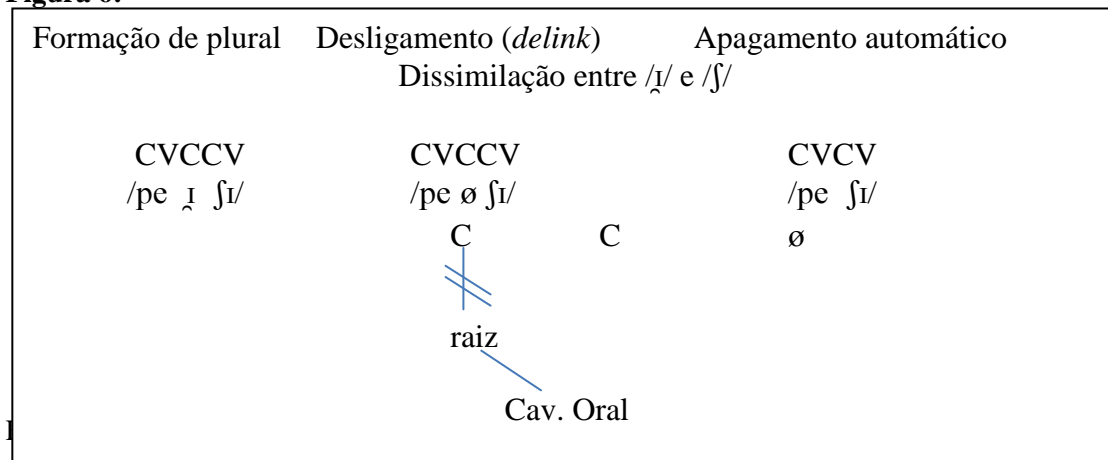
Naquela análise, limitamos a propor uma análise para as alveopalatais, e pressupomos motivações diferentes para estas e o tepe, assim como faz Bisol (1989).

⁸⁶⁷ A figura foi extraída do *handout* apresentado pela autora no evento.

⁸⁶⁸ Deste modo, acreditamos que as classes naturais explicam a ocorrência do processo nos segmentos soantes [r, n, m] e nas alveopalatais [coronais, +distribuídos, - anteriores], i.e., [ʃ, ʒ, e restritamente em tʃ]. Entretanto, a análise quantitativa demonstra que o fenômeno apresenta estágios diferentes com relação ao tepe (estágio avançado de implementação), às nasais [m, n], à sibilante alveopalatal não vozeada [ʃ] e à sibilante alveopalatal vozeada [ʒ].

A proposta da dissimilação é mais vantajosa que a assimilação, pois reflete o fenômeno sociolinguístico e não enfrenta problemas para explicar as palavras que apresentam o contexto, mas não o ditongo. O processo é ilustrado abaixo:

Figura 6:



O resultado do estudo acima mostrou-nos que a sociolinguística pode sim corroborar para uma edificação melhor da análise fonológica e também para a discussão da capacidade explicativa da mesma.

7. Considerações finais

O objetivo principal deste trabalho era responder a três questões que levantamos sobre o fenômeno de monotongação do ditongo [eɹ] no PB e compreender como o apagamento se dá antes de sibilantes alveopalatais [ʃ,ʒ], isto é, questionamos se a monotongação nestes contextos em comparação a outros é motivada/explicada pela fonologia e pelos resultados sociolinguísticos da mesma maneira ou não. Conseguimos responder bem a primeira e a última pergunta levantadas, isto é, mostramos que o apagamento antes de sibilantes alveopalatais é recorrente em várias regiões do país e que a interação entre as áreas deve ser considerada para a pesquisa linguística. Entretanto, encontramos dificuldades em responder a segunda pergunta, i.e., em compreender quais variáveis independentes [escolaridade, idade, extensão da palavra, tonicidade, etc.] são relevantes para o apagamento de um determinado segmento [tepe, nasais, alveopalatais, vogais] visto que as pesquisas sociolinguísticas em geral consideram ou enfatizam o processo num todo, sem realizar o cruzamento entre a variável ‘contexto seguinte’ e as demais.

Também pudemos concluir que uma maior reflexão dos estudos fonológicos para a estruturação das variáveis independentes sociolinguísticas e a consideração dos resultados sociolinguísticos pela fonologia é benéfico para ambas às áreas e convergem para um melhor entendimento sobre o objeto, pois foi somente ao considerarmos a análise fonológica e os resultados quantitativos sociolinguísticos que pudemos concluir a possibilidade de haver diferentes contextos consonantais que levam à monotongação no PB: um no qual o gatilho é as consoantes soantes e outro no qual o gatilho são as sibilantes alveopalatais.

Referências Bibliográficas

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva. *Ditongação x Monotongação no falar de Fortaleza*. Revista Graphos, João Pessoa, p.109-120. Dez/2000

ARAÚJO, Maria Francisca Ribeiro de. *A alternância de [ej] ~ [e] no Português falado na cidade de Caxias, MA*. 1999 – Dissertação - Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1999.

AMARAL, Maria Porto do Amaral. Ditongos variáveis no sul do Brasil. *Letras de Hoje*. v.40, n.3, p.101-116, set/2005.

BISOL, Leda. *O Ditongo na Perspectiva da Fonologia Atual*. D.E.L.T.A, São Paulo, v.5, n. 2, p. 185-224, ago. 1989

_____. Ditongos Derivados. *Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, São Paulo, v.10, p.123-140, 1994. Edição Especial.

_____. Ditongos Derivados: um adendo. Disponível em: http://relin.letras.ufmg.br/probravo/pdf_sisvogais/LEDABISOL.pdf. Último acesso em: 15, jul., 2009

CABREIRA, Sílvio Henrique. *A monotongação dos ditongos orais decrescentes em Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado).PUCRS, Porto Alegre, 1996.

CARVALHO, Solange Carlos. *Estudo Variável do apagamento dos ditongos decrescentes orais na fala do Recife*. 2007. 104 fls. Dissertação (Mestrado em 'Linguística') – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007

CHOMSKY, Noam; HALLE, Morris. *The Sound Pattern of English*. New York: Harper and Row, 1968

FARIAS, Maria Adelina Rodrigues de. *Distribuição Geo-linguística do Ditongo <ej> no português falado no estado do Pará*. 2008. 151 fls. Dissertação (Mestrado em 'Linguística') – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

GUY, Gregory; ZILLES, Ana. *Sociolinguística Quantitativa: instrumental de trabalho*. São Paulo: Parábola, 2007.

HAUPT, Carine. Sibilantes Contribuições da fonologia de uso da teoria dos exemplares para o estudo da monotongação. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v. 19, n.1, p.167-189, jan./jun. 2011.

LABOV, William. *Sociolinguist Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

LOPES, Raquel. *A realização variável dos ditongos /ow/ e /ej/ no português falado em Altamira/PA*. 2002. 97 fls. Dissertação (mestre em 'Linguística') – Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

MATEUS, Maria Helena Mira. *Aspectos da Fonologia Portuguesa*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1982

MARTINS, Evilazia Ferreira. *Os Glides No Português Brasileiro*. 2011. 156 f. Dissertação (Mestrado em 'Linguística Teórica e Descritiva') – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

MATZENAUER, Carmen Lúcia. Introdução à Teoria Fonológica. In. BISOL, Leda (org.). *Introdução a estudos de fonologia do Português Brasileiro*. 3ª ed. Porto Alegre: Edipucs, 2001.

RIBEIRO, Denise Aparecida Sofiati de Barros. *O apagamento dos ditongos decrescentes orais no Sudoeste no Paraná*. 1990. 125 fls. Dissertação (Mestrado em 'Letras') – Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Pará, 1990

SILVA, Edila Vianna da. A monotongação de /ey/ e /ay/ nos falares fluminenses. *Graphos* (João Pessoa), v. 2, p. 49-55, 1997.

TOLEDO, Eduardo. *A monotongação do ditongo decrescente [ey] em amostra de recontato de Porto Alegre*. 2011. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

TEMA E SIGNIFICADO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS: NÚMEROS SEMÂNTICOS, DESMISTIFICANDO O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Anderson Simão DUARTE (UFMT⁸⁶⁹)

Claudio Alves BENASSI (UFMT⁸⁷⁰)

Resumo: O processo de aprendizagem da Língua Portuguesa - LP na modalidade escrita como L2 pelo aluno surdo necessita de compreensão linguística das línguas envolvidas no processo. A LP e Libras são representadas de forma simultânea, respeitando as estruturas gramaticais de ambas as línguas, tendo como instrumento facilitador os Números Semânticos - NS, uma proposta didática para o aprendizado da LP por alunos surdos e Libras por alunos não surdos. A escrita da LP pelo aluno surdo só poderá ser constituída na interação dialógica com a Libras.

Palavras-chave: Libras. Tema. Números Semânticos. Bakhtin.

1. Tema e significação aplicados à língua espacial⁸⁷¹

Neste trabalho, temos como proposta ressignificar os conceitos bakhtinianos aplicados no contexto pragmático da Língua Brasileira de Sinais nas esferas sociais numa perspectiva dialógica.

(...) a palavra nova significa uma relação estabelecida entre um objeto e outro, e essa relação, dada a experiência, está sempre presente na origem de cada palavra.” E ainda “nenhuma palavra surge por acaso... (VYGOTSKY 19030, p. 232).

A palavra⁸⁷² por si não pode constituir um diálogo, logo, está longe de somente representar a comunicação, pois todo sinal na língua espacial depende de um contexto de interação com o outro. Os sinais, conforme vimos colocando, podem ser manuais (constituídos pelas mãos) e não manuais (expressão corporal e facial), inscritos em um determinado ambiente em que acontece a interação e interligados às experiências socioculturais.

Cada sinal na língua espacial é talhado em sua forma de compreensão pré-estabelecida pelo e para o uso, com conceitos de imagens fixadas às necessidades do contexto sociocultural. Este sinal com significação fechada só se abrirá a novos conceitos no momento concreto da interação, ou seja, na singularidade da interação dialógica, no campo do ambiente social, onde acontecem as transformações da língua, correlacionado com o meio em que ocorre o diálogo. Concomitantemente, podemos fazer uma relação com o conceito bakhtiniano de INFRAESTRUTURA, interação social.

⁸⁶⁹ Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá (MT), Brasil. E-mail: anderson.uf.libras@gmail.com

⁸⁷⁰ Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá (MT), Brasil. E-mail: caobenassi@hotmail.com

⁸⁷¹ Termo utilizado para toda e qualquer Língua de Sinais.

⁸⁷² Segundo Quadros (2004), a palavra corresponde ao sinal com significado, compreendido também como morfema.

Todo sinal em LIBRAS é um signo, sofre alterações e mudanças conforme a necessidade do enunciado, no momento em que os interlocutores estão interagindo. Essas codificações e acordos são constituídos na interação dialógica dos usuários da língua. Conforme o teórico em questão, “todas as manifestações verbais estão, por certo, ligadas aos demais tipos de manifestações e de interação de natureza semiótica, à mímica, à linguagem gestual, aos gestos condicionados, etc” (BAKHTIN, 1926, p.43).

Entendemos que o termo “verbal” em LIBRAS deve ser lido como referência ao sinal “manual”, pois os sinais são as palavras para o surdo. Estes sinais manuais estão em constante processo de fusão com os sinais “não manuais”, ou seja, como a semiótica e a mímica, com os recursos corporais da face, tronco e postura corporal, dentre outros, como o olhar, e até mesmo o silêncio, favorecendo assim a linguagem gestual da Língua de Sinais.

Os sinais⁸⁷³ se tornam signos na interação, e estes signos são ideológicos (BAKHTIN/VOLOSHINOV, 1929), logo, são representados e compreendidos através do discurso social, político ou religioso em que estão inseridos. Estes sinais da língua gestual alteraram-se e adaptaram-se num novo contexto sociocultural de uma nova nação, o Brasil, constituindo, portanto, a Língua Brasileira de Sinais. Segundo Ponzio,

O signo não requer uma mera identificação, já que estabelece uma relação dialógica que comporta uma tomada de posição, uma atitude responsiva: o signo requer, além de identificação, o que Bakhtin chama de compreensão responsiva (PONZIO, 2011. Texto de circulação restrita).

O sinal⁸⁷⁴ é muito mais que puramente um sinal construído ou codificado através das mãos, ou simplesmente um sinal. O sinal está ligado ao usuário da língua, está intimamente vinculado ao pensamento, à interação, e principalmente à relação com o outro.

O sinal funciona como um caule que liga as raízes às folhas, portanto, imprescindível à comunicação com o outro. O sinal é o ato concreto da interação, da formação de ideias e pensamento, de contentamento e descontentamento, de articulações e questionamento. O próprio sinal busca outro sinal; quando esse sinal de LIBRAS é difundido ao outro, este necessita de uma resposta ativa, seja manual ou não. No momento dessa interação concreta, constitui-se, portanto, *o tema*, na acepção bakhtiniana.

Assim como não há fotossíntese sem a presença da luz solar para a então fabricação de alimento vegetal, também não há palavra fora de um enunciado concreto, pois a palavra somente terá e será viva, conforme Brait relata:

(...) palavra é produto ideológico vivo, funcionando em qualquer situação social, tornando-se signo ideológico porque acumula as entoações do diálogo vivo dos interlocutores com os valores sociais, concentrando em seu bojo as lentas modificações ocorridas na base da sociedade e, ao mesmo tempo, pressionando uma mudança nas estruturas estabelecidas (BRAIT, 2005; p.178).

⁵ O termo “sinal” será usado para definirmos cada morfema na Língua Brasileira de Sinais. Vale ressaltar que tomamos o morfema como “uma palavra com sentidos”.

⁶ Lembre-se que palavra, para nosso entendimento, é, em sua maioria, cada sinal na Língua Brasileira de Sinais.

A palavra ou o sinal é o canal de comunicação entre o indivíduo com o meio em que está inserido, é o próprio oxigênio em contato com o sangue, se faz necessário para o processo de respiração, elemento químico este em forma molecular presente no meio externo e indispensável à existência.

O sujeito surdo não pode se isolar nem se isentar do seu sinal, pois sinal é ideológico; conforme já mencionado, não existe sinal sem sujeito, logo, a língua é o próprio sujeito em ação e em sintonia com o outro. No momento em que se constitui um sinal em Língua de Sinais, as marcas ideológicas estão embutidas no uso e na formação deste novo signo, o que, para Bakhtin, consistiria no “signo ideológico”.

Por sua vez, em LIBRAS, adotamos tal conceito como “sinal ideológico”. Os sinais da língua gestual pedem e respondem a outro sinal. As participações dos sujeitos em questão estão em harmonia, intimidade e relação com o tempo e espaço de compreensão do outro, e isso ocorre de forma natural e irrepetível.

Todo sinal, mesmo sendo estável, tem seu destino e propósito, jamais será organizado de forma indiferente ou sem finalidade. Toda palavra é destinada a alguém e, principalmente, provém de alguém, e sempre faz parte de uma interação inscrita num dado contexto histórico e significativo. Podemos exemplificar:



OLHE PARA MIM!



PARE! / ESPERE! / CALMA!

Observa-se o foco, isto é, o olhar do comunicante, que constitui um dos cinco parâmetros da Língua de Sinais: expressão não manual. Os apontamentos e os direcionamentos dos sinais só poderão ser compreendidos na interação com o meio em que são usados, pois a necessidade de compreensão do diálogo justifica a construção dos sinais da língua gestual de uma forma ou de outra, conforme cada situação dos enunciadore.

O verbo observar está conectado à significação de ver, olhar e/ou de se direcionar, mas, no momento do uso deste sinal, a direção da mão e o olhar do produtor irão direcionar o olhar do observador em questão, fundando o tema.

O sinal OLHE PARA MIM! está com o dorso da mão voltado para frente; entende-se que é a posição de quem emite o sinal, logo, a palma da mão está voltada para o destinatário. Este sinal está indicando que é para o “outro” olhar para o “eu”.

Já no outro sinal PARE! / ESPERE! / CALMA!, temos um só sinal na Língua de Sinais, porém, com vários significados, pois tudo depende da interação no enunciado concreto, da interação real entre os interlocutores para então termos a compreensão dos seus signos ideológicos; em cada situação, em cada interação, reiteramos, poderemos dar novos e novos significados para o mesmo sinal.

Enunciado é a língua em uso, tem animação própria, pois acontece num dado contexto histórico através de suas mudanças e adaptações linguísticas, portanto, sua construção ocorre numa escala micro de acontecimentos e fatos. Podemos demonstrar duas situações, primeiramente com as palavras “*desculpa*” e “*sorrir*”.



DESCULPA I



DESCULPA II



DESCULPA III



DESCULPA IV



SORRIR I



SORRIR II

Nas significações dos sinais acima, DESCULPA I e SORRIR I encontramos significados imutáveis e abstratos no campo da gramática, sendo mais objetivo: o sinais DESCULPA I e SORRIR I são meramente “palavras”, sem contextos nem sentidos de interação, estão presos às estruturas dicionarizadas. Mas, observamos que existem variantes destas palavras no momento da interação, ocorrendo novas concepções, valores e imagens, pois o enunciado constitui o tema, este, concreto e ancorado na situação comunicativa.

Em DESCULPA II, III e IV, os variados contextos poderão contradizer a própria significação, tais como: desculpa irônica, desculpa impregnada de medo e desculpa esculpida de dúvida, respectivamente. Atente, ainda, para o sinal SORRIR II, que demonstra uma interação de sorriso falso, opondo-se ao sinal SORRIR I, que expressa contentamento.

Essas expressões faciais - instrumento essencial para a constituição das Línguas de Sinais - podem ser representadas também na forma escrita da LP por meio de pontuações e do próprio contexto de interação. O estudante surdo tem potencial linguístico para reconhecer tais recursos gramaticais.

Assim, cada pontuação - seja “ “, ? , ! , ... ou mesmo uma vírgula- pode ser representada pela expressão corporal e transcritas através dos Números Semânticos – NS, representados logo adiante neste trabalho.

2. Sinal como signo ideológico – vivo

O sinal é semelhante a uma semente adormecida, pronta para germinar no solo fértil da interação. Esta se constitui a cada momento e, concomitantemente, a cada germinação no vasto campo dos temas.

O tema é único e ímpar. Segundo Bakhtin, nunca teremos um tema repetível. O tema multa-se conforme a historicidade dos fatos, e só pode ser percebido após o enunciado concreto ter ocorrido.

O tema não é somente um assunto e sim edificação dentro de um assunto num dado contexto já pré-estabelecido, depende da apreciação valorativa dos falantes uns sobre os outros, da apreciação sobre o que está sendo dito pelos comunicantes e sobre toda a situação imediata e mediata – horizonte comum entre os participantes, conforme Bakhtin (1926).

O tema está conectado de forma intransponível com a significação. Segundo Bakhtin (1926, p. 134), “não há tema sem significação, e vice-versa”, mas devemos deixar bem claro que “tema” e “significação” são conceitos distintos, cada um com seus valores conceituais independentes.

Enquanto o tema se alterna em conformidade com o enunciado concreto, a significação permanece estruturada a conceitos gramaticais, porém, moldando-se em conformidade com a historicidade social valorativa, pois dicionários também se adaptam às mudanças das línguas no decorrer das épocas.

Na LIBRAS, vimos que a significação está relacionada às relações morfológicas e sintáticas da língua, está “presa” às regras dos cinco parâmetros - Configuração Manual, Locação, Movimento, Direção e Expressão Corporal e Facial.

A significação está em concordância ou não com o enunciado, isto é, com os diálogos correlacionados às estruturas linguísticas. Conforme Bakhtin/Volochinov (2000[1929], p. 140), “apenas os elementos abstratos considerados no sistema da língua e não na estrutura da enunciação se apresentam destituídos de qualquer valor apreciativo”. Entretanto, devemos saber que tema e significação são indissolúveis, portanto, não ocorrem independentes.

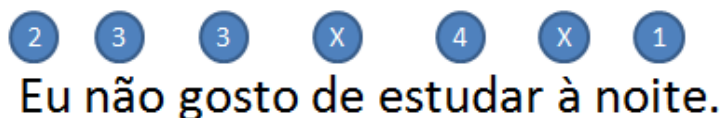
3. Números Semânticos: processo de aprendizagem

De acordo com o pesquisador Benassi,

Qualquer um consegue aprender a desenhar letras, palavras e frases. Compreendê-las, no entanto, exige elaboração cognitiva, produção significação, que só é possível para o educando surdo se for por meio da LIBRAS. De nada adianta o professor escrever uma palavra no quadro e pedir para a surdo copiar; evidentemente, o mesmo copiará (BENASSI, 2013, p. 01).

Norteados por esta problemática, propomos valorizar as estruturas sintáticas da LP e da Libras por meio do instrumento didático Números Semânticos – NS, recurso metodológico que tem por finalidade a valorização das estruturas sintáticas da Língua Portuguesa – LP e a Língua Brasileira de Sinais – Libras de forma simultânea na modalidade escrita, representadas por números cardinais em ordem crescente em

conformidade ao uso da Libras. O “X” indica a não representação na Libras. Observe a representação abaixo da aplicação dos NS.



Desta forma, tanto o aluno surdo quanto o não surdo é capaz de compreender as estruturas sintáticas das línguas envolvidas, respeitando-as em suas integridades gramaticais. Logo abaixo, uma aluna do 6º ano do Ensino Fundamental usa os NS para representar as estruturas sintáticas da Libras. Constituindo, portanto, os signos ideológicos de cada palavra.

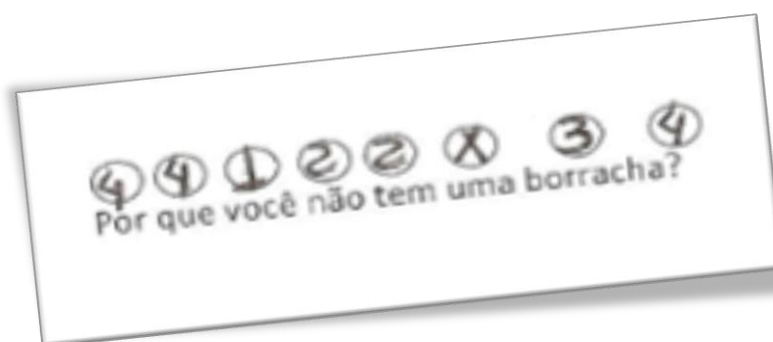


Figura nº 01 – Produção de uma aluna surda com NS.

Com quatro meses de aulas com encontros semanais de quatro horas, a aluna já demonstra ter compreensão gramatical da LP em consonância com a Libras em vários aspectos, tais como:

- A aplicação do pronome antes do verbo em ambas as línguas, número “1”;
- A construção imagética do verbo “ não tem” para um único sinal na Libras, representada pelo número “2”;
- O objeto representado pelo substantivo “borracha”, número “3”, respeitando o sistema S.V.O da Língua de Sinais;
- O pronome interrogativo “por que” sendo valorizado até mesmo com a pontuação “?” de forma simultânea, isto é, a aluna compreende a relação da expressão facial com escrita da LP.

Qualquer aluno surdo só compreende uma segunda língua quando esta tem relação ideológica com sua língua de conforto, ou seja, compreende a língua no momento da interação, no seu uso linguístico com o meio em que está inserido, inclusive na expressão facial, como observamos na numeração da interrogação.

A distinção entre “tema” e “significação” é de grande valia para a compreensão das línguas envolvidas no processo de aprendizagem, pois o aluno deve entender que a língua em uso tem sua autonomia linguística. A LIBRAS, como toda e qualquer língua, no momento da interação, não poderá ficar presa às regras gramaticais, uma vez que a interação justifica novos sentidos e, conseqüentemente, novas configurações de sinais.

Porém, é necessário o conhecimento teórico para termos orientações e justificativas no processo de aprendizagem.

A palavra é ideológica, assim como o sinal. A língua oral é diferente da língua escrita. Logo, a Língua de Sinais, na forma pragmática, também tem seus caminhos linguísticos, os quais devem ser compreendidos como resultantes de diferentes processos de interação.

4. Últimas palavras

Estamos aqui instigando a língua em uso e a maneira pela qual seus usuários assim interagem, de forma prática e desacorrentada da forma puramente abstrata da língua, da pura significação, na acepção bakhtiniana.

Portanto, a língua de sinais é uma língua viva na sua integridade linguística e cultural. O entendimento das variantes pragmáticas nos orienta quanto ao processo de materialização do pensamento na aplicação dialógica da Língua Brasileira de Sinais. O processo de aprendizagem linguística não pode ser constituído na desestruturação de outra língua, no caso a Língua Portuguesa.

O processo de aprendizagem da escrita pelo aluno surdo torna-se muito mais difícil se a representarmos de forma INCORRETA estruturalmente. A frase EU NÃO GOSTO DE ESTUDAR À NOITE, anteriormente representada pelos NS, por muito é demonstrada de forma gráfica em livros, da seguinte forma: NOITE EU NÃO GOSTAR ESTUDAR. O aluno surdo, de tanto ver e ler tal representação, conseqüentemente, a representará da mesma forma na modalidade escrita.

Desta forma, a expressão corporal não é valorizada na modalidade escrita, tão pouco a aplicação de recursos gramaticais da Libras, tais como: incorporação de numerais, pronomes ou negações, sinais compostos, dentre outros. Com os NS esta problemática inexistente.

Segundo Vygotsky (2008, p. 137), “A criança pode transferir para a nova língua o sistema de significados que já possui na sua própria.” Toda e qualquer língua aprende-se em seu contexto cultural. Escrever a LP com déficit gramatical não é cultura e sim prejuízo no processo metodológico e didático do educador.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, M. M; VOLOSHÍNOV, V. N. [1929] *Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem*. 14.ed. São Paulo: 2010.

BENASSI, C. A. LIBRAS: inclusão no papel, exclusão na realidade. Disponível em: <http://www.matogrossoonline.com.br/artigo.php?id=6975921>. Acesso em 20 de jun. de 2013.

BENASSI, C. A; DUARTE, A. S. PADILHA, S. J. Libras no ensino superior: sessenta horas para aprender a língua ou para saber que ela existe e/ou como se estrutura. *Norteamentos. Revista de estudos linguísticos e literários da UNEMAT*, v 5, n 10, p. 45-59. 2012.

DUARTE, A. S; LOPES, T. R. *Múltiplas linguagens: língua brasileira de sinais*. Cuiabá: UAB/EdUFMT, 2012.

DUARTE, A. S; PADILHA, Simone de Jesus. Relações entre língua de sinais e língua portuguesa em materiais didáticos: a notação pelos números semânticos. *ReVEL*. v. 10, n. 19, p. 309-326. 2012.

GNERRE, M. *Linguagem, escrita e poder*. 5ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

VYGOTSKY, L. S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

TOPONÍMIA DO POVOAMENTO RURAL: OS CONTINUADORES DO LATIM *QUINTANA* E SEUS DERIVADOS

Maria Alice FERNANDES, UAlg⁸⁷⁵
Esperança CARDEIRA, UL⁸⁷⁶

Resumo: Os topónimos com origem no latim *QUINTANA* e seus diminutivos e derivados têm um interesse muito particular para a história da língua portuguesa e para a história do povoamento rural. Relativamente à história da língua, estes topónimos permitem diferenciar domínios linguísticos ibero-românicos (através da conservação ou síncope do N latino intervocálico, e.g., *quintana* vs *quintã*), fornecer dados para o estabelecimento da cronologia da sua fixação (por meio dos sufixos diminutivos usados, e.g., *quintela* vs *quintãzinha*) e de mudanças linguísticas arcaicas (e.g., *quintãã* > *quintã* ~ *quintãan* > *quintãn* > *quintãõ*), demarcar áreas dialetais (através de variantes específicas, e.g., *quintãs~quintães*; *quintã/s~quintãõ/s*) e ainda contribuir para o esclarecimento da difusão geográfica do galego-português a sul do Vale do Vouga e para a identificação da proveniência regional dos colonos. Quanto à história do povoamento rural, a revisão da sua etimologia e da sua evolução histórica formal e semântica, no espaço e no tempo, concorre igualmente para a caracterização das formas de ocupação e organização do território, através da discussão do tipo e da morfologia das propriedades por eles denominadas, e para o estabelecimento da sua fixação toponímica e da origem dos povoados que lhes conservam o nome.

Palavras-chave: toponímia, história da língua, povoamento rural.

1. Toponímia do povoamento rural. Os continuadores do latim *quintana* e seus derivados

O tema aqui abordado inscreve-se num estudo mais vasto do conjunto da toponímia do povoamento rural no território político português, concretamente a toponímia medieval relativa às propriedades rurais com habitação. É o caso de *Quintã* e de *Quintela*, provenientes do latim *QUINTANA* e do seu diminutivo *QUINTANELLA*, cujo uso para designar a propriedade rural fundiária caracterizou toda a idade média. Esta aceção é específica do domínio ibero-românico e teve a sua origem no norte peninsular.

O que vamos apresentar não é, todavia, um estudo baseado em dados coligidos nas fontes medievais, mas sim no *Reportório Toponímico de Portugal Continental (03- Continente)* do Serviço Cartográfico do Exército (1967). O *corpus* é, assim, constituído por topónimos que se fixaram na época medieval e que subsistiram na paisagem rural portuguesa. Recorremos, mesmo assim, a fontes textuais coevas da sua formação, por forma a podermos validar os fenómenos de mudança das variantes (comuns ou toponímicas) relevantes para a sua história.

Para a etimologia servimo-nos dos dicionários etimológicos de Joan Corominas e José A. Pascoal (1992), de José Pedro Machado (1977) e de António Geraldo da Cunha (1991), dos dicionários da língua portuguesa de António de Moraes Silva (1890) de Cândido de Figueiredo (1922) e de António Houaiss (2002), entre

⁸⁷⁵ Escola Superior de Educação da Universidade do Algarve. Faro, Portugal. E-mail: mfernand@ualg.pt

⁸⁷⁶ Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa, Portugal. E-mail: ecardeira@hotmail.com

outros, bem como do *Dicionário Etimológico Onomástico* de José Pedro Machado (s.d.). Recorremos também ao *Léxico Hispânico Primitivo* editado por Manuel Seco (2003) e ao *Glosario de Voces Ibéricas y Latinas Usadas entre los Mozárabes* de Simonet (1967). Para os étimos latinos consultámos os dicionários e os *corpora* da *Perseus Digital Library* (www.perseus.tufts.edu), bem como o *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine* de Ernout e Meillet (1994).

Para a implantação cartográfica dos topónimos, usámos o NOTVS, um programa informático de cartografia e análise toponímica, da autoria do geógrafo histórico Luís Fraga da Silva, com a colaboração de Maria Alice Fernandes (2002).

O objetivo deste estudo é traçar, em linhas gerais, a história interna e externa do latim QUINTANA e dos seus derivados QUINTANELLA, QUINTANALE e QUINTANARIU na toponímia do povoamento rural. Nesta apresentação limitar-nos-emos, por condicionamento de espaço, aos continuadores de QUINTANA e do diminutivo QUINTANELLA.

2. Áreas linguísticas e fronteiras militares da Reconquista

No mapa 1 (Figura 1, em cima à esquerda), relativo ao território político português, encontramos duas áreas destacadas: uma a noroeste e outra, mais pequena, a nordeste. A primeira consiste na zona meridional da área original do romance galego-português – a chamada *Galécia Magna* ou *Maior* (Nogueira, 1988). A segunda, a nordeste, é a área da língua regional mirandesa que é uma evolução histórica do leonês. A área restante é de colonização linguística galego-portuguesa: ou seja, trata-se da área onde, ao tempo da Conquista cristã dos territórios muçulmanos, as populações autóctones viviam em situação de bilinguismo, falando variedades do romance moçárabe (i.e., da língua neo-latina usada sob domínio islâmico) e o árabe andaluz, línguas que acabaram por ser abandonadas pelos seus falantes à medida que foram adotando o galego-português.

A Conquista cristã deu-se por fases (com avanços e recuos) ao longo do espaço e do tempo, tendo estabilizado no rio Douro por volta do ano mil. As linhas a rosa representam as suas fronteiras militares (as extremas) a sul do Rio Vouga desde 1064 (data da posse definitiva de Coimbra) a 1249 (com a conquista do Algarve): em 1135 a construção do castelo de Leiria por Afonso Henriques, que viria a ser o primeiro rei de Portugal, assegura a colonização a sul de Coimbra, e em 1147, a defesa da linha do Tejo permite a colonização dos territórios na Estremadura e no Ribatejo. Em 1191, no reinado de Sancho I, parte do Alentejo e do Algarve estava igualmente conquistada, mas o contra-ataque almóada faz recuar o domínio português novamente para o Tejo. Só em meados do século XIII é que o rei D. Afonso III recuperará esses territórios.

A colonização acompanhará os movimentos da Conquista e com ela a difusão do galego-português.

3. Aceção e morfologia

Nas fontes textuais do século XIII, QUINTANA designa a propriedade rural com casa paçã, originalmente o domínio fundiário da aristocracia de sangue (a nobreza nortenha) que se estendeu à aristocracia concelhia (os cavaleiros-vilãos) com a Conquista.

Este tipo de propriedade rural consistia em dois prédios, um urbano e outro rústico, de que ainda se conservam alguns exemplares que fazem parte do património edificado no norte de Portugal. O prédio urbano era formado pela habitação residencial e seus apêndices agro-pecuários, uma casa-pátio cercada pelas próprias

edificações e muros. O dialectalismo minhoto *quintã* ainda se usa para designar o pátio ou quinteiro que constituía a entrada (eido < lat. ADITU-) e a saída (eixido < lat. EXITU-) da área residencial (Almeida Fernandes, 1978). O prédio rústico consistia nos terrenos de cultivo anexos – jardins, horto, pomar, etc. É a essa área de cultivo particular à *quintana* que ascende o derivado QUINTANALE (Leite de Vasconcelos, 1980). *Quintal*, que continua historicamente o derivado latino, designa actualmente tanto o pátio ou quinteiro, como o terreno anexo destinado a policultura de subsistência.

4. Etimologia remota e próxima

A etimologia remota é o latim QUINTANUS,-A,-UM, um adjetivo relacional derivado do numeral latino QUINTUS, de largo uso em latim. A forma feminina QUINTANA,-AE substantivou-se na acepção de VIA QUINTANA, a via do acampamento romano que intersetava as tendas de duas legiões, separando o quinto do sexto manípulo e a quinta turma da sexta (Perseus Digital Library). No século VI, Isidoro de Sevilha (*Etymologiarum* XV, II, 24), atesta a adoção do termo militar na vida civil, ao definir QUINTANA como uma via carroçável, com a largura correspondente à da quinta parte da praça (designação de uma rua principal ainda em uso na época medieval) No séc. IX, QUINTANA aparece na documentação latina do norte peninsular nas aceções de via dianteira à casa, casa paçã ou propriedade senhorial, embora os textos nem sempre permitam precisar o seu referente. A polissemia do termo revela que nesta época o processo de mudança semântica estava ainda em curso.

À exceção do castelhano em que *quintana* significa ‘renda variável de 1/5 da produção agrícola’, nas outras línguas ibero-românicas os continuadores do latim *quintana* referem-se a um espaço dianteiro ou contíguo à casa rural: português *quinta* ‘propriedade rural com moradia’; dial. port. minhoto *quintã* ‘pátio ou quinteiro dianteiro à casa, que lhe serve de entrada e de saída’; dial. port. beirão *quintã* ‘corte de porcos; estrumeira no pátio ou junto à casa’; asturiano *quintana* ‘corraliza, muladar de delante la casa, estercolero’ e também ‘plazoleta, espacio de calle delantero de una casa’; catalão *quintana* ‘prado, pastura ou campo cercano a la casa de campo’ (cf. os dicionários e os glossários referidos). As diferenças de significado (localização do recinto em torno da casa e seus referentes específicos) permitem-nos sugerir as seguintes correlações entre tipos de propriedade e de povoamento: quando a propriedade é senhorial, *quintã* e *quintana* designam o pátio no tipo de povoamento fechado e a rua no aberto; se camponesa, designam as estrumeiras, pocilgas, etc. no povoamento fechado e os pastos e terrenos de cultivo adjacentes no povoamento aberto.

Na medida em que os topónimos radicam em nomes comuns usados pelos falantes à época da sua fixação, é, então, possível postular a hipótese de que terá sido entre meados do séc. VI e do IX que se terá dado a extensão do significado do termo: primeiro, de via carroçável à via dianteira à casa; segundo, de via dianteira à casa (i.e., espaço de entrada, fosse ele um pátio ou uma rua) à própria casa; e, terceiro, da casa paçã ao domínio senhorial por ela encabeçado. O étimo próximo teria sido assim QUINTANA na aceção isidoriana.

Muitas destas casas paçãs assentam em antigas *villas* (algumas ainda de origem romana, outras tardo-antigas e alto-medievais) identificadas com o nome do possessor no genitivo, do tipo *villa Paterni* ‘a vila de Paterno’ ou *Vimaranis* ‘a vila de Vimara ou Vimara’, o que explica que os topónimos medievais continuadores de QUINTANA sejam muito raramente acompanhados do nome do possessor ou de

qualquer adjetivo qualificativo. Uma exceção ilustrativa são os topónimos *Quintana Donga* e *Quintandona* (< QUINTANA DOMINICA) literalmente ‘casa do senhor’, que é sinónimo de DOMUS HABITATIONIS – a ‘casa de habitação’. Este novo termo vai posicionar-se em prestígio e estatuto na seguinte escala gradativa das denominações das moradias rurais medievais: *paço* ‘habitação real, episcopal ou da alta nobreza’ (< lat. PALATIUM), *quintã* ‘casa paçã’ (< lat. tard. QUINTANA), *casa* ‘habitação camponesa’ (< lat. CASA), *cabana* ‘habitação rústica’ (< lat. CAPANNA).

Quer fossem herdeiras das romanas ou novas edificações, as *quintanas* da documentação da Reconquista designam, preferencialmente, a DOMUS HABITATIONIS nobre ou viloa. A denominação viria a estender-se da morada e apêndices urbanos aos prédios rústicos e, no caso da ‘casa paçã’, ao domínio senhorial que ela encabeçava (Almeida Fernandes, 1978). As *quintanas* consolidariam núcleos populacionais quer no seu interior quer adjacentes. São estes núcleos que darão origem aos povoados rurais que lhes continuam o nome.

5. Origem românica dos topónimos continuadores do latim QUINTANA

Os topónimos continuadores do latim QUĪNTĀNA- e seus derivados podem ser agrupados em duas categorias distintas, de acordo com o tratamento do –N- latino simples em contexto intervocálico. Com efeito, as suas formas actuais ilustram dois tratamentos divergentes – a sua síncope ou a sua conservação-, que opõem, respectivamente, o galego-português aos restantes romances ibéricos, nomeadamente o leonês e o moçárabe com os quais confinava a leste e a sul ao tempo da Conquista.

O que o Mapa 2 nos mostra é que os topónimos com conservação do N latino intervocálico são fundamentalmente leoneses, observando-se a nordeste no território mirandês e a sul numa zona de colonização linguística leonesa fronteiriça ao concelho alentejano de Mourão, onde também se regista uma ocorrência toponímica. A sua presença na zona moçárabe não nos parece ser autóctone, mas fruto da adoção e adaptação linguística do termo pelas populações locais aquando da Conquista. É o que leva a crer a sua ocorrência ocasional em zonas de comprovado povoamento moçárabe.

Mostra-nos, por outro lado, uma concentração dos topónimos com síncope de N latino intervocálico na área original galego-portuguesa e a sua transplantação para os territórios de colonização linguística portuguesa. Essa transplantação, por sua vez, permite-nos identificar a proveniência regional dos colonos e os seus lugares de assentamento, o que não é de somenos importância no âmbito da história social e linguística, uma vez que o padrão genérico da colonização a partir do Rio Mondego acompanhou os movimentos da Conquista, transferindo para sul e leste populações das regiões imediatamente contíguas anteriormente colonizadas.

6. Topónimos portugueses continuadores do galego-português *quintãa*

É da primitiva solução romance *quintãa* que provêm as formas toponímicas portuguesas *Quintã/s* (166), *Quintães* (24) e *Quintão/s* (56), que fazemos acompanhar do respetivo número de ocorrências. Todas estas formas são arcaísmos medievais.

Quintã é a forma portuguesa literária e culta, que resultou da resolução do hiato por crase numa vogal nasal (*quintãa* > *quintã*), uma mudança que se teria iniciado no séc. XIII.

O plural *Quintãs* apresenta a variante dialetal minhota *Quintães* por confusão com os nomes da 3ª declinação, que na região de Entre-Douro-e-Minho ainda no séc.

XVI se realizavam no singular em *-ã* (como *cã/ cães, pã/pães*), de acordo com a abonação do gramático Fernão de Oliveira (1536).

Quintão provém da forma intermediária *quintánj*, uma variante dialetal alto-minhota e galega ocidental, que documenta a consonantização da ressonância nasal numa velar e a resolução do hiato numa vogal oral aberta (*quintãa > quintáan > quintánj*). O ditongo de *Quintão* resultou da semivocalização da consoante nasal velarizada (Maia, 1981). Esta variante é assim temporalmente posterior (pelo menos em teoria, na ausência de atestações documentais) a *quintã*.

Quinta é a forma moderna em uso na língua comum, com o significado de propriedade rural com moradia e terrenos de cultivo anexos. Semanticamente, retomou o significado original da VILLA RUSTICA. Formalmente, provém de *quintã*, através da desnasalização da vogal tónica e do recuo do acento, tal como aconteceu com *campã* e *ventã* que evoluíram para *campa* e *venta*. Trata-se de uma evolução comum ao galego e ao português, mas que apenas encontramos atestada em 1498, num documento da Chancelaria de D. Manuel na forma do plural *quintas* (Dias, 2002, p. 43 e 44), o que nos permite recuar as atestações quinhentistas de Machado para os finais da centúria anterior (1977, V, 22b-23a, s. v. *quinta*).

Muitos dos antigos topónimos com a forma arcaica *Quintã* acabaram por ser substituídos por *Quinta*, tanto no norte como no sul do país. Entre as formas novas e as arcaicas que foram substituídas, o *Reportório Toponímico Continental* regista cerca de dez mil topónimos com o nome *quinta*, no singular, plural e diminutivo.

A distribuição destes topónimos no Mapa 3 demonstra a sua origem na região de Entre-Douro-e-Minho, no noroeste português, e a sua difusão durante a Reconquista, à exceção da variante *Quintães* que permaneceu localizada diatopicamente. Por seu lado, a distribuição do topónimo *Quintão* confirma e completa a descrição de Clarinda Maia (1981, pp. 77-79 e 85) das áreas da variante dialetal *-ão*, resultante da evolução de *-ánj*, determinadas pela autora com base no vocabulário comum (assinaladas no mapa a cor, mais forte ou mais fraca consoante a produtividade deste ditongo). Trata-se de três áreas descontínuas: a primeira no Minho e Douro Litoral, em toda a região interamnense; a segunda, mais reduzida, localizada nos distritos de Castelo Branco e de Portalegre; e a terceira nos distritos de Beja e Faro.

A implantação toponímica de *Quintã* e de *Quintão* revela não só a localização das propriedades rurais pertencentes aos colonos galego-portugueses como o seu estrato social, dado *Quintã* ser a forma culta e *Quintão* um dialetalismo. A sobreposição das variantes *Quintã* e *Quintão* no sul sugere-nos a sua coexistência à época da colonização dos territórios em que se observam, possivelmente já no reinado de D. Dinis (1261-1325).

7. Formas toponímicas diminutivas

O nome latino tardio QUINTANA deu origem ao diminutivo QUINTANĒLLA, formado com o sufixo latino-vulgar *-ĒLLA*. QUINTANELLA encontra-se representado, tal como a base, por topónimos com e sem conservação de N latino intevocálico. Os galego-portugueses apresentam ainda a redução do LL (*Quintela* 93) ao contrário da solução leonesa com palatalização (*Quintaniella* 1, *Quintanilla* 1, *Quintanilha* 2). O moçárabe conhece as duas soluções, a redução e palatalização (*Quintanela* 1, *Quintanilha* 1/ *Quintanilho* 1). A par destes diminutivos existem ainda os topónimos portugueses *Quintelinha* (1) e *Quintãzinha* (2) e o leonês *Quintanica* (1) no concelho de Miranda do Douro. *Quintelinha* é um topónimo já opaco, uma vez que a perda do

seu valor diminutivo levou a uma nova sufixação em *-inh-* porventura por formação de um novo lugar por divisão ou proximidade de outro denominado *Quintela*. *Quintãzinha* e *Quintânica* são já diminutivos das formas românicas *quintã* e *quintana*, posteriores, portanto, aos topónimos evoluídos do lat. QUINTANELLA. Em contrapartida, estes atestam a antiguidade da sua fixação toponímica e, correlativamente, da base QUINTANA.

Com efeito, o sufixo latino-vulgar *-ĒLLUS/A*, que foi de uso geral em todo o domínio ibero-românico, conhecia ainda uma grande divulgação na área galego-portuguesa original durante a antiguidade tardia, apesar da concorrência com outros diminutivos latino-vulgares, nomeadamente *-ĪNU/A* (originalmente com valor relacional). Dá testemunho dessa divulgação a sua adoção no onomástico, atestada por antropotopónimos quer de origem latina quer germânica. Esses antropotopónimos designam as propriedades fundiárias, através do nome do possessor no genitivo de posse, precedido ou não do determinando *VILLA* ou *FUNDU* (Piel, 1948-1949). Mas o sufixo *-ĪNU/A* viria a ser o diminutivo privilegiado em galego-português, onde evolui para *-inho* mediante a síncope de *N* intervocálico e a resolução do hiato resultante por epêntese de uma consoante nasal palatal (*-ĪNU > -ĩo > -inho*). Sabemos pela toponímia que ao longo do séc. XI *-inho* já demonstrava um ligeiro predomínio sobre o uso de *-elo/a* a Norte do Rio Douro (51% contra 49%), que aumentou aquando do povoamento das Beiras Alta e Litoral (com valores entre 60 e 71 por cento). No século XII apresentava já valores de 75 e 85 por cento no Baixo Mondego e na Beira Baixa que, no século seguinte atingiriam os 92 por cento com a Conquista do Alentejo e do Algarve (Catalán, 1960; Rio-Torto, 1999).

Encontrámos o nome QUINTANINA atestado nas Inquirições de 1258 (P.M.H., *Inq.*, 880b), onde representa um sobrenome geográfico. Este caso único é um indício de que o uso do sufixo à época da formação do topónimo era ainda incipiente. A inexistência de outras atestações e bem assim de topónimos evoluídos deste diminutivo revelam ainda que a modificação diminutiva de QUINTANA foi anterior à expansão do sufixo *-ĪNU/A* na comunidade de fala galego-portuguesa. É também o que demonstra a geografia dos topónimos *Quintela* (v. Mapa 4), que cobre, fundamentalmente, a área de predomínio do sufixo *-ĒLLU/A*.

8. Conclusões

A conjugação de dados da história interna e externa dos topónimos continuadores do latim QUINTANA e QUINTANELLA permite-nos concluir que esta denominação da propriedade senhorial foi exclusiva do norte hispânico e que a sua fixação toponímica nas regiões setentrionais portuguesas remonta à primeira fase da expansão territorial cristã.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA FERNANDES, A. de. A Nobreza na Época Vimarano-Portugalense, *Revista de Guimarães*, 88, pp. 249-355, 1978.

CATALÁN, Diego. Hacia un atlas toponímico del diminutivo (*-Īnu* en la toponímia hispano-románica), Separata do *Boletim de Filologia*, XVII, 1960.

COROMINAS, Joan & PASCOAL, José A.. *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*, 3ª ed., 6 vols. Madrid: Editorial Gredos, 1992.

- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Nova fronteira, 1991.
- DIAS, João José Alves. *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*. Lisboa: Centro de estudos Históricas da Universidade Nova de Lisboa, 2002.
- DURAND, Robert. *Les Campagnes Portugaises entre Douro et Tage aux XIIIe et XIIIe Siècles*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1982.
- ERNOUT, A. & MEILLET, A.. *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine. Histoire des mots*. Retirage de la quatrième édition, augmentée d'additions et de corrections nouvelles par Jacques André. Paris: Éditions Klincksieck, 1994.
- FIGUEIREDO, Cândido de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 3ª ed., 2 vols. Lisboa: Imprensa Portugal-Brasil, 1922.
- HOUAISS, Antônio & SALLES, V. M.. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (CD-ROM, versão 1.0.5). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3ª ed, 5 vols. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa*, 3 vols. Lisboa: Editorial Confluência, s.d.
- MAIA, Clarinda de Azevedo. Geografia dialectal e história do português. Resultados da terminação latina –ã na, *Biblos*, 57, pp. 73-96, 1981.
- NOGUEIRA, Carlos Filipe. O conceito geográfico-linguístico de Galécia Maior. In: *Sete Ensaios sobre a Obra de J. M. Piel*. Lisboa: Publicações do Instituto de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa, pp. 75-103, 1988.
- PIEL, Joseph-Maria. Sobre o sufixo –ëllus, -ëlla no onomástico tardio hispano-latino, *Humanitas*, 2, pp. 241-248, 1948-1949.
- Reportório Toponímico de Portugal Continental. 03- Continente (Carta 1/25.000)*, 3vols. Lisboa: Ministério do Exército - Serviço Cartográfico do Exército, 1967.
- RIBEIRO, Orlando. *Opúsculos Geográficos, Vol. IV: O mundo rural*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991.
- RIO-TORTO, Graça Maria. Geografia sufixal do português: algumas matrizes. In: FARIA, Isabel Hub (org). *Lindley Cintra. Homenagem ao Homem, ao Mestre e ao Cidadão*. Lisboa: Edições Cosmos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999, pp. 683-706.
- SAMPAIO, Alberto *Estudos Históricas e económicos, Vol. I: As Vilas do Norte de Portugal*. Lisboa: Vega, s.d.

SECO, Manuel (ed.) *Léxico Hispânico Primitivo (siglos VIII al XII). Versión primera del Glosario del primitivo léxico iberorrománico*. Projectado y dirigido inicialmente por Ramón Menéndez Pidal, redactado por Rafael Lapesa con la colaboración de Constantino García. Madrid: Espasa Calpe, 2003.

SILVA, António de Moraes. *Dicionário da Língua Portuguesa*, 8ª ed., 2 vols. Rio de Janeiro: Empresa Litteraria Fluminense, 1890.

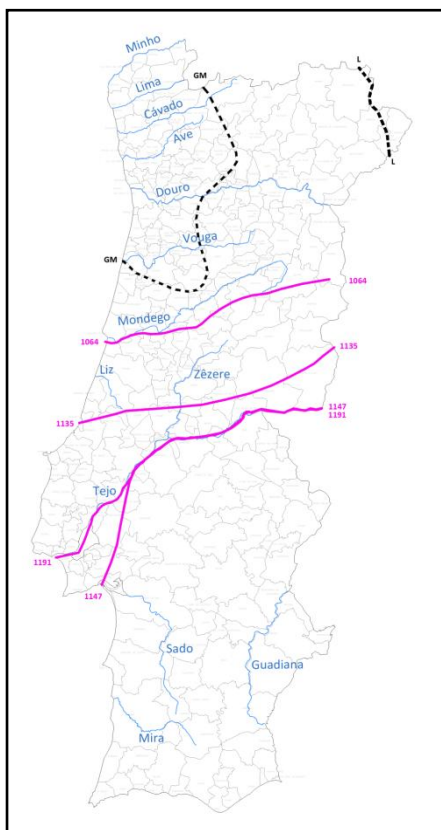
SILVA, Luís Fraga da & FERNANDES, Maria Alice. *NOTVS. Exploração do Corpus Territorial do Sul*. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira, 2002.

SIMONET, Francisco. J.. *Glosario de Voces Ibéricas y Latinas Usadas entre los Mozárabes*. Amsterdam: Oriental Press, 1967.

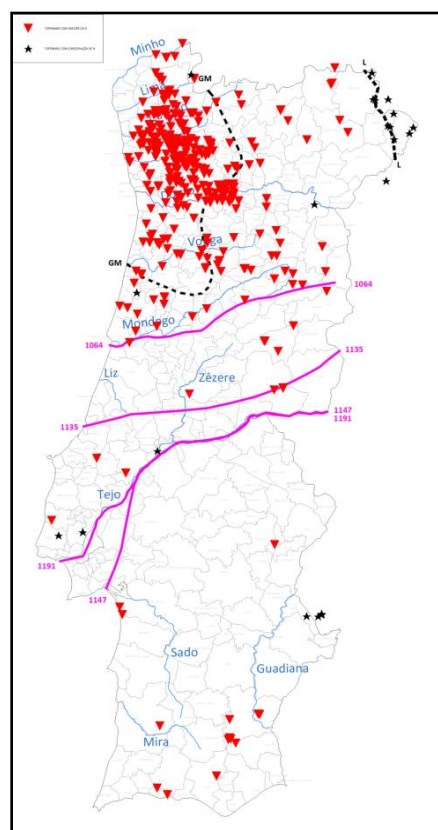
VASCONCELLOS, José Leite de.. *Etnografia Portuguesa*, Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1980.

Apêndices: Mapas

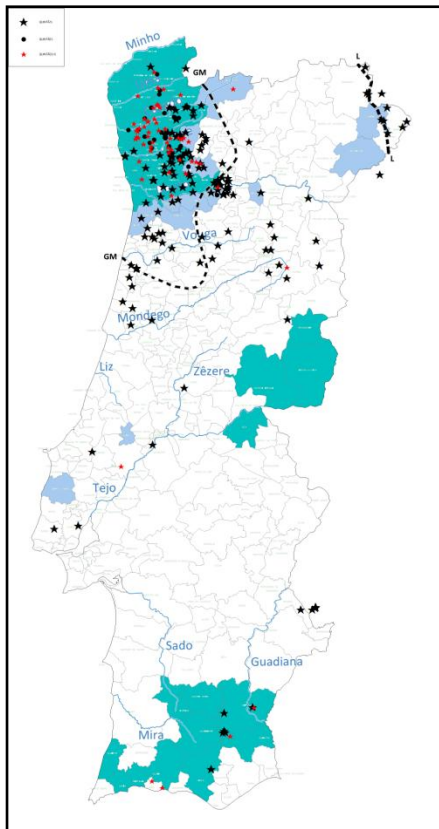
1. Áreas linguísticas e fronteiras militares da Conquista cristã
2. Topónimos sem e com conservação de N latino intervocálico
3. Topónimos continuadores do galego-português *quintãa*
4. Formações toponímicas diminutivas



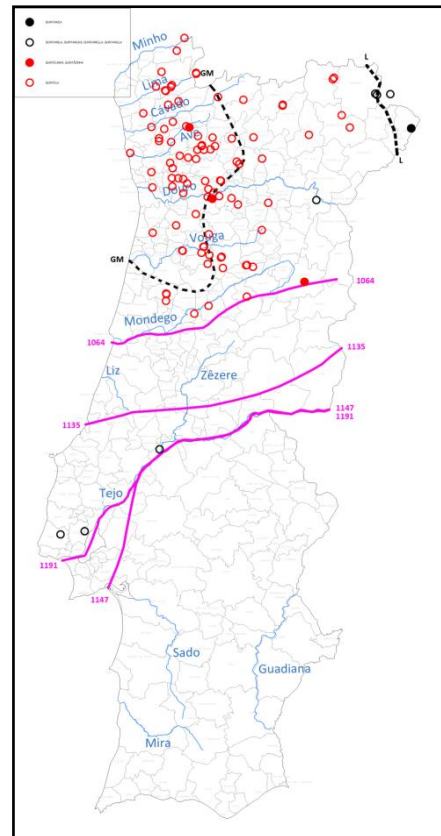
Mapa 1



Mapa 2



Mapa 3



Mapa 4

TOPONÍMIA PERNAMBUCANA: O PERCURSO DO VALE DO RIO IPOJUCA

Ana Gabriela BRAGA (UFPE)⁸⁷⁷
Sivaldo Correia da SILVA (UFPE)⁸⁷⁸

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar alguns possíveis processos motivadores, do século XVIII aos dias atuais, de topônimos de provável origem indígena que cortam o Vale do Rio Ipojuca, até o município de Bezerros-PE, bem como traçar uma classificação desses topônimos com base no modelo proposto por Dick (1990) e investigar os principais processos fonológicos sofridos por eles no *continuum* histórico.

Palavras-chave: Onomástica, Topônimos, Classificação Toponímia, Rio Ipojuca

1. Introdução

A Onomástica, ciência que tem como objeto de estudo o nome próprio, buscando compreendê-lo desde a sua origem, passando pelos processos de mudança até um possível desaparecimento, subdivide-se nos ramos da Antroponímia e da Toponímia, sendo esta última dedicada ao estudo dos nomes de lugares (cidades, rios, lagos, estradas). Segundo Carvalhinhos (2004), a Onomástica foi reconhecida como ciência apenas no século XIX. Porém, afirma a autora, desde a Antiguidade Clássica vários questionamentos foram discutidos, tanto no enfoque da ciência dos signos como quanto ao próprio princípio onomástico, o onoma.

As pesquisas toponímicas têm sido de grande relevo na preservação de aspectos da cultura local. Isto é possível graças ao caráter singular do topônimo, que, por sua estabilidade, porta sentidos e valores antropoculturais, que podem ser recuperados a partir de uma pesquisa historiográfica. Os topônimos refletirão não apenas a imediata referência do objeto a ser denominado com o seu ambiente, mas a visão de mundo do que é relevante para o sujeito denominador. De acordo com Dick (1990, p.22), os topônimos são “verdadeiros testemunhos históricos”, haja vista que revelam diferentes etapas da vida de uma comunidade e, assim, “a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras”.

Diversos foram os estudiosos que, com caráter mais ou menos sistemático, refletiram sobre a questão da origem dos nomes de lugares sob o viés etimológico ou filológico. A toponímia em Portugal teve um dos expoentes, Leite de Vasconcelos, que apesar de ter questionáveis algumas etimologias, deixou um importante legado para a uma melhor compreensão da toponímia portuguesa em seus Opúsculos.

No Brasil, devido à dificuldade de se encontrar registros das línguas indígenas, ágrafas na sua totalidade, os estudos de nomes próprios realizados até a década de 1980 consistiam em investigações de caráter mais especulativo do que estudos sistemáticos do léxico de grupos dialetais (tupis e não tupis) que recuperassem a história social e um nível de referência entre o topônimo e a comunidade. O quadro se

⁸⁷⁷ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Brasil. E-mail: gabibraga88@gmail.com.

⁸⁷⁸ Universidade Federal de Pernambuco. Recife, Brasil. E-mail: sivaldocorreia@gmail.com.

apresentava como uma confusão de interpretações etimológicas por estudiosos e intelectuais, e o que se encontrava em muitos casos eram apenas listas de palavras de origem indígena e seus significados em português. O tupi era visto com um certo grau de preciosismo por muitos toponimistas, que efetuavam verdadeiras intervenções arbitrárias nos mapas como ato eminentemente político. Alguns estudiosos com Teodoro Sampaio e Carlos Drummond trouxeram em seus trabalhos reflexões e preocupações não apenas com o significado etimológico, mas também contribuições para a estrutura morfológica e fonológica dos topônimos.

A tese de Dick (1980), então, apresenta-se como seminal para a toponímia brasileira, sob o escopo da ciência Onomástica. Neste trabalho, a autora propõe um modelo de classificação de topônimos para o Brasil baseado na semântica. Partindo da abordagem onomástica, as pesquisas atuais, buscam, além de uma investigação etimológica dos signos toponímicos, qual a motivação do denominador para um dado acidente geográfico. Necessariamente, encontram-se imbricados fatores históricos e sociais.

De acordo com Dick (1992, p.20), o topônimo pode ser interpretado “como um verdadeiro fóssil linguístico, expressão tomada ao francês Jean Brunhes, que o considerava um fóssil da geografia humana”. Partindo desta perspectiva, consideramos que os topônimos de base indígena e africana registrados em nossos mapas representam fatos antropoculturais do universo semiológico dos grupos étnicos, e nossa pesquisa segue em função de desvelar as camadas históricas que guardam estes nomes.

O estudo aqui apresentado, ainda em caráter preliminar, destaca os topônimos de origem indígena encontrados em parte do curso do Rio Ipojuca, no estado de Pernambuco, com os objetivos de evidenciar de qual ordem foi a motivação dos topônimos, classificando-os à luz do modelo proposto por Dick (1990), apresentar as mudanças fonéticas recorrentes nos topônimos de origem tupi para o português e, com isso, contribuir para a história social do Rio Ipojuca e dos pequenos povoados ao longo do vale do rio. Os dados que fazem parte do nosso *corpus* provêm de Cartas IBGE (2010), escala 1:100.000, dicionários e fontes documentais. Para esta análise, o nosso recorte engloba os municípios de Ipojuca, Escada, Chã Grande, Gravatá e Bezerros, os quais são cortados pelo rio. Para o tratamento das mudanças fonéticas, buscamos também os topônimos indígenas dos outros municípios que cortam o rio Ipojuca os quais não foram contemplados ainda pela classificação realizada neste trabalho.

2. Por que o Rio Ipojuca?

O Rio Ipojuca corta parte do estado de Pernambuco, nasce na cidade de Arcoverde (Serra das Porteiras), início do sertão, e desemboca no Atlântico pela cidade de Ipojuca, litoral sul do estado. Localizado na região Hidrográfica do Atlântico NE Oriental, os seus principais afluentes, pela margem direita, são riacho Liberal, riacho Taquara e riacho do Mel e, pela margem esquerda, riacho do Coutinho, riacho dos Mocós, riacho do Muxoxo e riacho Pata Choca. Francisquini (1998, p. 216) destacou que “o rio, entre os acidentes hidrográficos, é o que mais impressiona o homem primitivo por correr sem cessar, muitas vezes impossibilitando a população das margens chegar-lhe à nascente ou à foz”. Na história da humanidade, os rios serviram naturalmente como caminhos para desbravamento de novas áreas geográficas, fixação de povos e rotas alternativas às estradas. Na região que hoje conhecemos como o estado de Pernambuco não foi diferente. O curso do Rio Ipojuca é apontado por

historiadores, dentre eles, Gonsalves de Mello, como uma das três rotas de penetração do território pernambucano.

A tese de Capistrano de Abreu é de que Duarte Coelho, primeiro Capitão-donatário da capitania de Pernambuco e fundador da cidade Olinda, teria como um dos objetivos de seu governo a exploração do Rio São Francisco, e para isso escolheu via marítima. Na visão de Abreu, o que não parecia haver na época era o interesse pela exploração do sertão do estado e sim uma busca de caminho pelo Rio Francisco e através dele chegar a jazidas de ouro. “Os serviços superiores de Pernambuco avultam na conquista do Nordeste e do Norte do país, ao passo que não ocorrem o devassamento do seu próprio sertão”⁸⁷⁹.

No entanto, Abreu, ao afirmar que não se penetrava no interior do território para além de Bezerros (a quinze léguas de Recife) na segunda metade do século XVIII, parecia desconhecer alguns documentos que identificavam a existência de pernambucanos no interior de seu território. De fato, pelas vias fluviais foi-se alcançando o agreste e sertão, sendo o Caminho do Ipojuca um dos três roteiros de penetração no território pernambucano, juntamente com os caminhos do Capibaribe e do São Francisco. Desta forma, encontramos aí mais um motivo para a escolha de estudo desta região. Ao longo vale do Rio, segundo fontes históricas, encontramos nos séculos XVII e XVIII a presença fixa de grupos indígenas, os quais não são definidos nas fontes⁸⁸⁰ — em dois pontos, mais especificamente onde hoje se situam os municípios de Escada e Pesqueira (antiga Cimbres). Além dos aldeamentos que se formaram nestas regiões, como lugares de catequese dos índios, havia também missões indígenas itinerantes atribuídas a padres das ordens dos jesuítas, capuchinhos, franciscanos, carmelitas e oratorianos que avançaram para o agreste e sertão.

3. Objetivos

Esta pesquisa objetiva contribuir para a construção da história social do próprio Rio Ipojuca, principalmente dos pequenos povoados e localidades rurais que se encontram em seu vale. Os vestígios deixados pela toponímica são caminhos para recuperarmos histórias e memórias de um povo em vias de esquecimento ou já apagadas pelo contexto local. Em várias localidades, o avanço da zona urbana dos municípios sobre a rural tem provocado migrações e extinção de povoados, por isso, uma preocupação a mais para os estudiosos de toponímia. Isso não nos afastando ainda do objetivo de buscar a identificação dos grupos dialetais, sejam indígenas ou africanos, que influenciaram a toponímia da região. Seguindo o modelo proposto por Dick (1990), com o acréscimo de algumas possíveis novas categorias, buscaremos evidenciar de qual ordem foi a motivação dos topônimos. Apresentaremos em seguida algumas dificuldades na classificação e discutiremos o percentual de topônimos classificados a partir dos dados obtidos da região entre Bezerros e Ipojuca.

4. Classificação dos topônimos

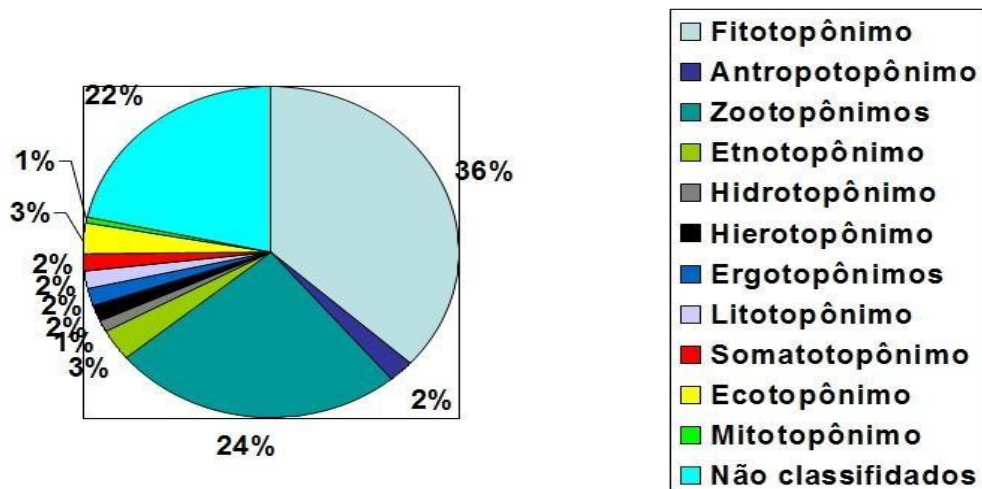
Nesta fase da pesquisa, os dados foram coletados a partir de cartas do IBGE. A seleção foi realizada dos topônimos que apresentassem de forma simples ou como termo específico um nome que tivesse étimo provavelmente indígena ou africano.

⁸⁷⁹ Trecho de Caminhos antigos e povoamento do Brasil (João Capistrano de Abreu).

⁸⁸⁰ Textos da época generalizam os grupos indígenas do interior sob a denominação de “tapuyas”.

Com base em critérios semânticos, decidimos categorizar os topônimos e posteriormente quantificá-lo, conforme gráfico 1.

Gráfico 1. Classificação dos topônimos



Do total de 154 topônimos, a classe que mais prevaleceu foi a dos fitotopônimos (36%) seguida pelos zootopônimos (24%), e por um grande percentual (22%) de nomes que não conseguimos precisar a classificação. Alguns impasses na atribuição de taxes residiram na dúvida entre uma e outra categoria. Nomes como “Urucum” e “Jitai” podem figurar como elemento da fauna ou da flora, conforme definições de Cunha (1998) e Sampaio (1987).

Houve dúvida na classificação de “Aripibu” (fonte que resiste a seca) como hidrotopônimo. “Cotunguba”, “Guxabas”, “Cré-Cré”, “Gurjaú”, “Caçaruta” são alguns exemplos de classes que não foram ainda encontradas definições etimológicas em dicionários nem mesmo em fontes não especializadas. A ausência de classificação para nomes com étimo indefinido dá margem a pensarmos na origem destes nomes como de base indígena, africana ou até mesmo sendo formas onomatopeicas.

Constatamos duas ocorrências do topônimo “Cafundó”, o que pode indicar local onde habitou algum grupo de escravos africanos. Uma próxima etapa necessária para a elucidação do fato toponímico é o trabalho de desenvolvimento de pesquisas maiores em fontes documentais em cruzamento com os dados apresentados em relatos de alguns moradores (informantes) colhidos na região em estudo. Desta forma, poderemos nos aproximar melhor da real motivação dos topônimos. Nossos dados ratificam o que Dick (2000) afirma da preponderância dos elementos da flora e da fauna como marca mais acentuada do emprego de palavras de base indígena na toponímia brasileira.

A pesquisa toponímica é possível relevar também informações acerca dos próprios habitantes das regiões, que podem ser os nomes das próprias tribos ou comunidades. Os topônimos encontrados, que classificamos como etnotopônimos, podem nos trazer pistas sobre a localização de alguns grupos: “tapuia” (denominação genérica) pode indicar a presença da região de uma língua indígena falada na região diferente do tupi; “carapotós” (grupo indígena identificado hoje no estado de Alagoas - Porto Real do Colégio) pode nos reforçar a ideia da existência de algum aldeamento na região. Há evidências que na história oral do município de Gravatá houve um aldeamento dos carapotós na região.

Apesar das possibilidades de encontrarmos em pesquisas toponímicas ricas informações sobre a cultura e a história de um povo, não podemos desconsiderar as influências que as cidades e localidades sofreram em termos de substituição de seus nomes, que antes possuíam um referencial para aquele povo. A toponímica muitas vezes foi utilizada por autoridades e intelectuais que, por atos políticos, efetuaram mudanças na denominação de lugares. Na década de 1930, procedeu-se uma reforma no mapa de Pernambuco, em que muitas localidades foram trocadas de nome, seja por haver repetição ou por outros critérios que Maciel (1984) julga como verdadeiras arbitrariedades e anacronismos. Ao ampliarmos a pesquisa, é necessário considerar este fator, a fim de evitar interpretações errôneas, tendo em vista que o léxico indígena é considerado como de prestígio e que muitos nomes podem surgir em mapas como meras homenagens ou representações de elementos que, para o denominador, sejam importantes para revelar a cultura do estado.

5. Mudanças fonéticas/fonológicas

Diacronicamente, o topônimo passou por processos de mudança decorrentes de fatores diversos, sendo um dos principais o contato com a língua portuguesa. De acordo com Sampaio (1987, p.122, grifo do autor),

As duas línguas, portuguesa e tupi, em contato no Brasil, por um longo período de anos, experimentaram, ao calor uma da outra, quer no vocabulário, quer na fonologia, uma ação idêntica ao que em calorimetria se denomina *equilíbrio móvel* de temperatura de dois corpos em presença.

No âmbito fonológico, essa influência bilateral fica evidente através das mudanças fonéticas que visivelmente buscam a aproximação entre as línguas, através da assimilação de traços uma da outra, e a conseqüente facilitação da apreensão e produção desses sons pelos falantes.

No nosso trabalho, analisamos as mudanças ocorridas nos topônimos de origem tupi encontrados no curso do rio Ipojuca. Para tanto, utilizamos as formas originais apresentadas no dicionário de Cunha (1999) e no trabalho de Sampaio (1987).

Analisando o trabalho de Cunha (1999)⁸⁸¹, verificamos que boa parte dos topônimos tupi não sofreu mudança fonológica, tendo apenas grafias distintas em diferentes momentos históricos. Podemos citar como exemplos: *mutuca*, do tupi *mu'tuka*, datado de 1587, “inseto da família dos tabanídeos; mosca de ferrão”; *itans*, do tupi *i'tã*, datado de 1584, “concha”; e *camaçari*, do tupi *kamasa'ri*, grafado em 1587 e 1618 como “camasari”, “Planta da família das ternstremiáceas”.

Dentre os topônimos de origem tupi que sofreram mudança fonética, percebemos a recorrência dos processos de fortalecimento de semivogais em posição de onset em sílabas átonas e aférese — processos que podem indicar a busca pelo padrão silábico CV da língua portuguesa — harmonia vocálica e assimilação da nasalidade pela vogal seguida da desnasalização da consoante, conforme exemplos abaixo:

⁸⁸¹ É pertinente lembrar que a representação das palavras tupi apresentadas por Cunha (1999) não são unânimes, havendo variação em diferentes trabalhos. A escolha por essa obra para a análise se deu por dois fatores principais: primeiro, por ser uma fonte confiável de verificação de palavras portuguesas de origem tupi; segundo porque, ao apresentar formas encontradas em textos desde o século XVI, quando ainda não havia uma normatização da grafia do tupi, os registros no dicionário têm grafias muito próximas forma fonética, o que nos dá maior possibilidade de uma análise das mudanças baseada nos sons.

- a) Fortalecimento:
 sabiá: [sau'i'a] → [sabi'a]
 manoçoba: [mani'soua] →
 [mani'soba] jacu: [ia'ku] →
 [ʒa'ku]
 jaracatiá: [iarakati'a] → [ʒarakati'a]
- b) Harmonia vocálica:
 tabatinga: [toua'tina] → [taba't ga]
 japecanga: [iapi'kana] → [ʒape'kãga]
- c) Assimilação da nasalidade pela vogal, seguida da desnasalização da consoante: jandaia: [ia'naia] → [ʒã'daia]
 macambira: [maka'mira] → [makã'bira]
- d) Aférese:
 mandacaru: [iamanaka'ru] →
 [mãdaka'ru] munguba: [imu'nüua]
 → [mun'guba]

As formas fonéticas das palavras tupi encontradas em Cunha (1999), no entanto, não coincidem, em grande parte dos casos, com as formas encontradas em Sampaio (1987), o qual dedica, em sua gramática, um capítulo às alterações fônicas do tupi em decorrência do contato com a língua portuguesa. De acordo com ele, “Observa-se, na verdade, que o tupi, como língua geral, ganhara em vocalização, se tornara menos fanhoso ou nasal, e simplificaram-selhe as palavras, caindo grande número de sons ásperos ou guturais” (p.124). O autor apresenta, então, alguns desses processos. O primeiro deles, a redução ou o desdobramento das consoantes duplas *mb*, *nb*, *nt*, que fizeram palavras como *mbaé* passarem a *maé* ou *baé*. Alguns topônimos como *macambira*, *jandaia* e *camaratuba* parecem ter sofrido esses processos, tendo na sua origem consoantes duplas. Outras como *camará* e *arandú* aparecem na literatura (SAMPAIO, 1987; Maciel, 1984) com a presença das consoantes duplas – *caáambará* e *ará-ndú*, respectivamente.

Ainda de acordo com o autor, o som nasal *ã* ou *an* em final de palavra foi desnasalizado e, “transformou-se, sob a influência do português, em á agudo” (p.125). O mesmo aconteceu com o som nasal *im* em final de palavra. Em nossos dados, encontramos algumas palavras como *manacá*, *sabiá*, *sagui*, grafados por Sampaio (1987), respectivamente, como *mana-cã*, *çoo-biã* e *çoi-im*.

Ainda de acordo com o autor, a vogal *ê* em sílaba pré-final tônica sofreu ditongação, passando a ser realizada como *ei*. Este parece ter sido o caso do topônimo *Ipoeira*, encontrado em Tibiriçá (1984) grafado como *Ypuera* e em Sampaio (1999), como *Y-poéra*. Este topônimo, aliás, também parece se enquadrar numa outra afirmativa de Sampaio: a de que a vogal pura *o* foi substituída em um número muito extenso de palavras pela vogal *u*.

Por fim, o autor explicita a transformação do *Y*, vogal gutural do tupi, morfema que designa *água* para *u* ou *i*, em decorrência da não existência desse morfema na língua portuguesa e da consequente dificuldade dos falantes do português em realizarem esse som. No nosso corpus, encontramos exemplos dessa mudança em nos topônimos *Utinga*, “a água ou o rio branco”, originalmente *Y-tinga*, e *Ipojuca*, “banhado de águas pútridas”, originalmente *Yapó-yuc*.

6. Considerações finais

Nesta pesquisa preliminar, identificamos que dentre os topônimos indígenas e africanos, há predominância da origem tupi. Os topônimos não classificados nos mostram ser de provável origem diversa do tupi, que podem ser fósseis históricos de africanismos ou de línguas não tupis como o dialeto kariri. Em etapa seguinte, com maiores dados históricos e relatos de informantes acreditamos que é possível atingir a real motivação de topônimos que apresentaram dúvida na classificação ou mesmo os que ainda não tiveram o seu étimo recuperado. Quanto aos aspectos sonoros, pudemos perceber que as mudanças dos topônimos tupi se deram em decorrência do contato com a língua portuguesa, de maior prestígio social, quer na assimilação ou transformação de sons não existentes no inventário fonológico português em sons facilmente produzidos por falante da língua indo-europeia, quer na busca pelo seu padrão silábico, CV, através do fortalecimento de semivogais em sílabas átonas.

Referências Bibliográficas

CARVALHINHOS, P. de J. A onomástica e o resgate semântico: as antas. In: *Estudos Linguísticos XI*, p. 274-279, 2004.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. 4. ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998. 357p.

DICK, M. V. de P. do A. O problema das taxonomias toponímicas. Uma contribuição metodológica. IN: *Toponímia e antroponímia no brasil*. Coletânea de Estudos. 2. ed. São Paulo, 1990.

_____. *A Motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado de São Paulo, 1990.

_____. O documento toponímico e sua representação funcional. In: *Estudos Linguísticos XXI– Anais de Seminários do GEL*. v. 1. p.305-312. Jaú, 1992.

_____. Inter-relação léxico e cultura na América Indígena. Estudo de Caso. In: *Acta Semiótica et Lingüística (SBPL)*, São Paulo, v.8, p 295-308, 2000.

FRANCISQUINI, I. de A. *O nome e o lugar: uma proposta de estudos toponímicos da microrregião de Paranavaí*. Londrina, 1998.

MACIEL, J. de A. *Questões de toponímia municipal pernambucana*. Recife: Centro de Estudos de História Municipal, 1984.

MELLO, J. A. G. de. Três roteiros de penetração do território pernambuco (1738 e 1802). In:

Da Inquisição ao Império. Recife: Ed. UFPE, 2004.

SAMPAIO, T. *O tupi na geografia nacional*. São Paulo: Editora Nacional. 1987.